



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

CAMPUS JOAQUIM AMAZONAS:
da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio
urbano

ROSALI FERRAZ DA COSTA

RECIFE

2016



ROSALI FERRAZ DA COSTA

CAMPUS JOAQUIM AMAZONAS:
da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio
urbano

Dissertação submetida à avaliação por banca examinadora pela aluna Rosali Ferraz da Costa no nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco sob a orientação do Professor Luiz Manuel do Eirado Amorim e coorientação da Professora Jovanka Baracuhi.

RECIFE

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

C837c	<p>Costa, Rosali Ferraz da</p> <p>Campus Joaquim Amazonas: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano / Rosali Ferraz da Costa. – 2016. 215 f.: il., fig.</p> <p>Orientador: Luiz Manuel do Eirado Amorim. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2016.</p> <p>Inclui referências e apêndice.</p> <p>1. Espaço (Arquitetura). 2. Universidades e faculdades públicas. 3. Centros universitários. 4. Espaços públicos. 5. Patrimônio cultural. 6. Administração pública. I. Amorim, Luiz Manuel do Eirado (Orientador). II. Título.</p> <p>711.4 CDD (22. ed.) 124)</p> <p>UFPE (CAC 2016-</p>
-------	---

Ata da sétima defesa de Dissertação de Mestrado, do Programa De Pós-Graduação em
Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal
de Pernambuco, no dia
15 de março de 2016.

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e dezesseis (2016), às 9 horas, no Mini Auditório 2 do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da dissertação intitulada “CAMPUS JOAQUIM AMAZONAS: DA RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO INSTITUCIONAL E A CONSERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO URBANO” da aluna Rosali Ferraz da Costa, na área de concentração Desenvolvimento Urbano, sob a orientação do Prof. Luiz Manuel do Eirado Amorim e coorientação da Profa. Jovanka Baracuhhy Cavalcanti Scocuglia. A mestranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Urbano. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 16 de dezembro de 2015, na sua 8ª Reunião e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.012650/2016-95, em 08/03/2016, composta pelos Professores: Luiz Manuel do Eirado Amorim e Fernando Diniz Moreira, MDU/UFPE; Profa. Jovanka Baracuhhy Cavalcanti Scocuglia, UFPB; Natália Miranda Vieira, DAU/UFPE; e Rafaela Campos Cavalcanti, Prefeitura da UFPE. Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder à mesma a menção APROVADA da referida Dissertação. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Renata de Albuquerque Silva, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 15 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luiz Manuel do Eirado Amorim

Profa. Jovanka Baracuhhy Cavalcanti Scocuglia

Prof. Fernando Diniz Moreira

Profa. Natália Miranda Vieira

Profa. Rafaela Campos Cavalcanti

Rosali Ferraz da Costa

Renata de Albuquerque Silva (Secretária)

Indicada para publicação ()

Campus Joaquim Amazonas: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano

Para Gilvanelson e Daniel,
com amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Luiz Amorim, pela orientação de um verdadeiro educador que vai além das discussões acerca da pesquisa, pela arte de ensinar com leveza, pela extrema relação de confiança e por não me deixar desistir apesar de todos os entraves que surgiram no decorrer da pesquisa, meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

À Profa. Jovanka Baracuh, por aceitar o desafio da coorientação em uma fase da pesquisa em que muitos não se arriscariam e pela imensurável ajuda em colocar a “cereja no bolo”, afinal de contas, o que seria do bolo sem o seu toque final?

Ao Prof. Evson Malaquias, professor do Centro de Educação da UFPE, que me ajudou a compreender o contexto da educação brasileira referente ao ensino público de nível superior, uma área antes completamente desconhecida por mim.

Às arquitetas do CBPI, Rosário Florêncio e Marie Monique, que se dispuseram por diversas vezes a procurar e disponibilizar material que fosse útil à pesquisa, que permitiram alguns dias de atrapalho em suas tarefas funcionais para que eu pudesse analisar e fotografar o material, que se delongaram em conversas sobre a Universidade e assim, trouxeram-me informações que não conseguiria sem seus apoios.

Aos funcionários da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Gestão da UFPE que me receberam com grande presteza e me estenderam a mão na busca pelos dados que eram necessários às minhas análises.

Aos professores Efrem Maranhão, George Browne, Mozart Neves, Herminio Ramos e Enio Eskinazi, pela concessão de seus tempos em algumas horas de entrevistas cruciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos Paulo Patriota, Amanda Ferreira e Wilma Limeira que contribuíram, cada um à sua maneira, para a produção da dissertação.

Aos professores do MDU e colegas de turma, mestrandos e doutorandos, pelas enriquecedoras discussões e troca de conhecimentos em sala de aula que me ajudaram a adentrar e fazer parte do mundo acadêmico, antes tão misterioso para mim.

Aos funcionários do MDU que sempre se dispuseram a ajudar nas questões burocráticas e administrativas do Programa.

Aos amigos e familiares que sempre apoiaram a jornada e que sempre tiveram paciência em ouvir minhas dúvidas e questionamentos.

Aos meus queridos e amados pais, pelo amor que me concederam em toda minha existência.

Em especial, ao meu marido, Gilvanelson Nascimento, que esteve ao meu lado em cada minuto de todos os anos dedicados à pesquisa, que me devotou amor e carinho e cuidou de mim sempre que precisei, que suportou todo o meu cansaço, todas as minhas oscilações, todas as minhas angústias e dúvidas, que não me deixou desistir, que foi crucial para a produção da pesquisa com seu amplo conhecimento na construção de gráficos e tabelas por meio do Excel, que me acompanhou em entrevistas e levantamentos fotográficos, que foi meu suporte técnico, operacional e sentimental sempre que a tecnologia insistiu em atrapalhar meus planos ou que a própria ação do ser humano o fez. A ele, minha profunda gratidão e meu sincero reconhecimento por sua força, apoio e companhia inestimáveis.

Ao meu pequeno filho, Daniel Nascimento, que, mesmo sem saber, pelo amor que me tem, me deu força para seguir em frente. Ao meu outro filho, Nick, que por muito tempo foi meu companheiro nas horas intermináveis a frente do computador, sempre enroscado nos meus pés, oferecendo o conforto de sua companhia.

Finalmente, a Deus, meu refúgio, minha força e minha fortaleza, pois sem Ele, para mim, nada disso seria possível.

"Certo de que uma Universidade não poderá ser a simples criação por um decreto, nem obra de um dia, mas da dedicação de seus organizadores, da solidariedade de todos os seus componentes, por tempos corridos, - anos, dezenas de anos, séculos talvez..."

(Professor Joaquim Amazonas)

RESUMO

Esta dissertação busca analisar a relação entre a gestão institucional da Universidade Federal de Pernambuco frente ao seu patrimônio físico-espacial e seu estado de conservação, com base na sua condição de integridade atual. Para tanto, a autora realizou pesquisa histórica sobre a política institucional nacional acerca do ensino superior público desde a criação da primeira universidade no Brasil, da Universidade Federal de Pernambuco, a partir da criação da Universidade do Recife e da concepção do Campus Joaquim Amazonas. Levantou ainda a gestão institucional da Universidade em relação ao Campus Joaquim Amazonas e procurou compreender sua condição de integridade física-espacial para estabelecer relações existente entre esses fatores. A pesquisa está fundamentada na teoria da conservação urbana integrada, calcada nos princípios internacionais de conservação e nos conceitos atrelados à gestão do patrimônio. A metodologia da pesquisa se estruturou de forma a investigar por vias de levantamento histórico de fontes documentais a organização institucional da UFPE e de seu patrimônio, incluindo a conformação de sua gestão e o diagnóstico da condição de integridade de seu substrato físico e espacial, enquanto fator determinante para a expressão valorativa do bem que necessita de salvaguarda. Com a investigação, foi possível determinar a relação de influência que a gestão institucional do Campus Joaquim Amazonas exerceu, ao longo dos anos, sobre seu estado de conservação atual, que culminou na degradação de sua condição de integridade.

palavras-chave: conservação urbana integrada, campus universitário, arquitetura moderna.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyse the link between the institutional management of physical and spatial heritage of the Federal University of Pernambuco and its conservation, based on the institution's current state of integrity. To examine so, the author performed historical research into the evolution through the years of the national institutional policy concerning public higher education since the founding of the first Brazilian university, as well as the institutional development of the Federal University of Pernambuco, since the creation of the University of Recife and the conception of the Joaquim Amazonas campus. The author also highlighted the institutional management of the Federal University of Pernambuco's historical configuration in relation to the Joaquim Amazonas campus and sought to comprehend its condition of physical and spatial integrity to establish a connection between these items, under the strength of all the raised information. The research is based on the integrated urban conservation theory, supported by the international principles of conservation and on the concepts that regard the administration of heritage. The research methodology was structured in a way to investigate the institutional configuration of UFPE through historical survey of documentary sources and its patrimony, including the formation of the university's management, and the diagnosis of the university's physical infrastructure as a determining factor to the expression of valuation of the good that needs to be conserved. With the investigation, it was possible to determine the relation of influence that the administration of the Joaquim Amazonas campus has had throughout the years over its state of integrity, which culminated in the campus's infrastructure degradation.

Key words: integrated urban conservation, university campus, modern architecture

LISTA DE FIGURAS

Fig.1: Campus da Universidade da Virgínia.....	62
Fig.2: Propostas de plano urbano para a UB.....	67
Fig.3: Mapa do campus universitário atual na Ilha do Fundão.....	68
Fig.4: Vista aérea campus- CUC.....	71
Fig.5: Biblioteca Central- CUC.....	72
Fig.6: Hospital Universitário- CUC.....	72
Fig.7: Plano Urbano de Mario Pani e Enrique del Moral, 1954- UNAM.....	75
Fig.8: Estádio Olímpico- UNAM.....	76
Fig.9: Biblioteca Central- UNAM.....	77
Fig.10: Frontões- UNAM.....	78
Fig.11: Campus Universitário Darcy Ribeiro- UnB.....	80
Fig.12: Vista aérea do Instituto Central de Ciências.....	81
Fig.13: FE 1.....	82
Fig.14: Mapa de trecho da cidade de Recife com Campus da UFPE em destaque.....	87
Fig.15: Perspectiva do Campus Universitário Joaquim Amazonas, 1949.....	88
Fig.16: Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus, em 1949.....	89
Fig.17: Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus com zoneamento, em 1949.....	90
Fig.18: Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus, em 1951.....	92
Fig.19: Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus com zoneamento, em 1951.....	93
Fig.20: Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus, em 1955.....	94
Fig.21: Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus com zoneamento, em 1955.....	95
Fig.22: Mapa do Plano Urbano para o Campus, em 1957.....	96
Fig.23: Mapa do Plano Urbano para o Campus com zoneamento, em 1957.....	97
Fig.24: Horizontalidade das fachadas evidenciada pela estrutura de lajes e pilares em	

concreto armado a. antiga Faculdade de Medicina. b. Centro de Tecnologia e Geociências. c. Hospital das Clínicas.....	102
Fig.25: Diminuição da seção da estrutura nas extremidades. a. Hospital das Clínicas. b. antiga Faculdade de Medicina.....	103
Fig.26: Pilares do pavimento térreo do Hospital das Clínicas.....	104
Fig.27: Diferentes ângulos de visão da antiga Faculdade de Medicina.....	105
Fig.28: Hospital das Clínicas.....	100
Fig.29: Diferentes ângulos de visão do antigo Instituto de Antibióticos.....	108
Fig.30: Projeto original do antigo Instituto de Antibióticos.....	111
Fig.31: Projeto original da Antiga Faculdade de Medicina- Blocos A, B, C, D, E e F, respectivamente.....	113
Fig.32: Plantas Baixas com destaque das circulações voltadas para oeste.....	117
Fig.33: Pátio externo da antiga Faculdade de Medicina. a. vista superior. b. vista interna.....	119
Fig. 34: Pátios e áreas verdes do Campus Joaquim Amazonas.....	120
Fig.35: Cobogós cerâmicos do CFCH.....	122
Fig.36: Cobogós em vidro da antiga Faculdade de Medicina.....	123
Fig.37: Brises em ferro da antiga Faculdade de Medicina.....	124
Fig.38: Brises-soleil. a. CAC. b. antigo Instituto de Antibióticos.....	125
Fig.39: Diagrama de Atcon para a setorização padrão das universidades.....	136
Fig.40: Gráfico em linha do corpo discente em números absolutos.....	157
Fig.41: Gráfico em linha da evolução do corpo discente em números percentuais.....	158
Fig.42: Gráfico em linha do corpo docente em números absolutos.....	159
Fig.43: Gráfico em linha da evolução do corpo docente em números percentuais.....	159
Fig.44: Gráfico em linha da relação aluno/docente em números absolutos.....	160
Fig.45: Gráfico em linha do número de vagas oferecidas em números absolutos.....	160
Fig.46: Gráfico em linha da evolução do número de vagas oferecidas em números percentuais.....	161
Fig.47: Gráfico em linha do número de cursos oferecidos em números absolutos.....	161
Fig.48: Gráfico em linha da evolução do número de cursos oferecidos em números percentuais.....	162
Fig.49: Mapa do Plano Urbano do Campus, em 1985.....	164

Fig.50: Mapa do Plano Urbano do Campus, em 1998, com áreas expandidas destacadas em amarelo.....	166
Fig.51: Mapa do Plano Urbano do Campus, em 2004, com área expandida destacada em amarelo e área cedida em azul.....	168
Fig.52: Planta Baixa do primeiro pavimento do projeto de expansão do CAC.....	169
Fig.53: Mapa do Plano Urbano do Campus, em 2012, com área expandida destacada em amarelo e área de projeção de futuras expansões em vermelho.....	170
Fig.54: Mapas do Plano Urbano do Campus, em 1957 e 2012, respectivamente.....	171
Fig.55: Aspectos de degradação física do CCS. a. passarela coberta. b. laje da circulação. c. parede de vidro.....	174
Fig.56: Vitral do volume da escada da Biblioteca Central. a. vista da composição completa. b. base do vitral degradada.....	175
Fig.57: Fachadas dos edifícios que sofreram substituição do revestimento original. a. CFCH. b. antigo Instituto de Micologia.....	176
Fig.58: Situações de degradação física em alguns edifícios do Campus a. Hospital das Clínicas. b. Centro de Tecnologia e Geociência. c. antigo Instituto de Antibióticos. d. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. e. Centro de Tecnologia e Geociências.....	178
Fig. 59: Bloco F da Antiga Faculdade de Medicina com o pavimento térreo fechado nos dias atuais.....	179
Fig.60: Planta Baixa do terceiro pavimento do Bloco F da Antiga Faculdade de Medicina. a. projeto original. b. situação atual.....	181
Fig.61: Centro de Artes e Comunicação. a. fachada com entrada atual do edifício. b. antiga entrada leste do edifício que funciona atualmente como acesso para um pátio externo gradeado.....	182
Fig.62: Imagens atuais. a. antigo Instituto de Antibióticos. b. antigo Instituto de Micologia.....	183
Fig.63: Projeto para implantação de piso intermediário em estrutura metálica no Departamento de Bioquímica do CCS.....	184
Fig.64: Imagem atual de pátio interno da Antiga Faculdade de Medicina cimentado e gradeado.....	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Metas físicas concluídas no período 1974/1978.....	144
Quadro 2: Número de instituições participantes do Programa.....	145
Quadro 3: Metas físicas implantadas e a implantar no período 1974/1981.....	146
Quadro 4: Parte das instituições participantes do Programa com a UFPE em destaque.....	146
Quadro 5: Projeção de ampliação do número de vagas na UFPE no período 2008/2012.....	149
Quadro 6: Projeção de ampliação do corpo docente na UFPE no período 2008/2012	150
Quadro 7: Projeção de ampliação do corpo técnico-administrativo na UFPE no período 2008/2012.....	150
Quadro 8: Projeção de reforma da estrutura física da UFPE no período 2008/2012....	151
Quadro 9: Projeção de construção para a UFPE no período 2008/2012.....	151
Quadro 10: Instituições da formação inicial da UR.....	153
Quadro 11: Estrutura institucional pedagógica UFPE (Estatuto de 1975).....	156

LISTA DE ABREVIATURAS

BC- Biblioteca Central
CAC- Centro de Artes e Comunicação
CAp- Colégio de Aplicação
CCB- Centro de Ciências Biológicas
CCEN- Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCS- Centro de Ciências da Saúde
CCSA- Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CE- Centro de Educação
CEDATE- Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico a Educação
CEPLAN- Centro de Planejamento Oscar Niemeyer
CEPU- Comissão de Estudos do Plano da Universidade
CFCH- Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CMMAD- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPBI- Coordenação de Patrimônio e Bens Imóveis
CPF- Coordenação de Planejamento Físico
CRCN-NE- Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste
CTG- Centro de Tecnologia e Geociências
CUC- Cidade Universitária de Caracas
DPP- Departamento de Planos e Projetos
EAPES- Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
Esc.- Escola
ETA- Escritório Técnico Administrativo
ETCU- Escritório Técnico da Cidade Universitária
EUA- Estados Unidos da América
Fac.- Faculdade
HC- Hospital das Clínicas
ICC- Instituto Central de Ciências
ICOMOS- *International Council on Monuments and sites*
IFES- Instituição Federal de Ensino Superior

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MUCA- Museu Universitário de Ciências e Artes

NHT- Núcleo de Hotelaria e turismo

PCU- Prefeitura da Cidade Universitária

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

PREMESU- Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior

PROPLAN- Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Séc.- Século

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UB- Universidade do Brasil

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNAM- Universidade Nacional do México

UnB- Universidade de Brasília

UNE- União Nacional dos Estudantes

UNESCO- *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UR- Universidade do Recife

URJ- Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	19
1. CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA.....	34
1.1 Sobre conservação, significância, autenticidade e integridade.....	34
1.2 Sobre desenvolvimento sustentável e a conservação integrada.....	46
1.3 O planejamento estratégico como ferramenta de gestão na busca pela conservação integrada do patrimônio.....	52
2. DO SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES À PATRIMONIALIZAÇÃO DOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS MODERNOS.....	58
2.1 O surgimento das universidades na Europa e nos EUA.....	58
2.2 A criação da universidade brasileira.....	62
2.3 Campi universitários latino-americanos integrantes da lista de Patrimônio Mundial da UNESCO.....	69
2.3.1 A Cidade Universitária de Caracas.....	69
2.3.2 A Universidade Nacional do México.....	74
2.3.3 A Universidade de Brasília.....	79
2.4 O Campus Universitário Joaquim Amazonas.....	83
2.4.1 O plano urbano.....	83
2.4.2 Os valores da arquitetura moderna.....	99
3. FATORES DA GESTÃO INSTITUCIONAL.....	127
3.1 A política institucional de ensino superior no Brasil.....	127
3.2 As reformas universitárias e seus reflexos.....	131
3.3 Os programas de incentivo à expansão das universidades federais.....	140
3.4 Fundação e estrutura institucional pedagógica da UFPE.....	152
3.5 Análise dos dados quantitativos institucionais da UFPE.....	157
4. A CONDIÇÃO DE INTEGRIDADE.....	163
4.1. Sobre o plano urbano.....	163
4.2. Sobre os valores da arquitetura moderna.....	173
4.3. Da síntese dos resultados.....	186

CONCLUSÃO.....	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
APÊNDICE.....	204

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca analisar a relação existente entre a gestão institucional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) frente ao patrimônio físico-espacial do Campus Universitário Joaquim Amazonas¹ e seu estado de conservação com base na condição de integridade em que se encontra atualmente.

O Campus Universitário Joaquim Amazonas é um patrimônio urbano de características modernistas de grande qualidade arquitetônica pertencente à Universidade Federal de Pernambuco. Seu plano urbanístico começou a ser concebido no ano de 1949, pelo arquiteto italiano Mario Russo, convidado para lecionar no Brasil na Escola de Belas Artes de Pernambuco e assumir o cargo de chefe do Escritório Técnico da Cidade Universitária (ETCU). Tal plano foi submetido a duas revisões em 1951 e 1955 ainda segundo a coordenação do arquiteto e sua equipe, mas apenas no ano de 1957, quando Russo já havia deixado sua posição na Universidade do Recife, recebeu sua configuração definitiva (UFPE, 1985).

Mario Russo propôs um plano urbano caracterizado, em linhas gerais, pela autossuficiência em relação à cidade, visto que abrigava equipamentos não apenas de ensino, mas também de lazer, cultura, desportivos e residenciais; pela setorização funcional, característica marcante do arquiteto e do movimento modernista brasileiro; pela dispersão de edificações que são “permeadas pelo verde do Campus, recebendo luz e vento, e refletem, como objetos abstratos, a luz do sol” (CABRAL, 2006, p.45); pela assimetria de composição e pela permeabilidade edilícia e urbana.

Das obras projetadas pelo arquiteto no plano original, apenas duas foram construídas em condição de completude, o Instituto de Antibióticos e a Faculdade de Medicina, primeiros

¹ A estrutura física da UFPE abrange dois campi além do Campus Universitário Joaquim Amazonas: o Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru, e o Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata Norte. Abrange também em Recife, fora do Campus Universitário Joaquim Amazonas: o Centro de Ciências Jurídicas, o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias, o Centro Cultural Benfica, o Memorial de Medicina e o Núcleo de Educação Continuada.

edifícios implantados no Campus. O Hospital das Clínicas, também projetado pelo arquiteto, guardou apenas a concepção estrutural e volumetria do projeto original. Outros edifícios do conjunto possuem autoria de arquitetos que foram alunos e estagiários de Mario Russo e que, por isso, receberam grande influência do arquiteto, como Maurício Castro, Antônio Pedro Pina Didier, Everaldo Gadelha, Heitor Maia Neto e Reginaldo Esteves. Outro arquiteto que projetou edificações emblemáticas para o Campus é o arquiteto também italiano, Filippo Mellia, trazido por Russo para o Brasil.

O Campus Universitário Joaquim Amazonas vem sofrendo, ao longo dos anos, degradação de seu substrato físico e espacial devido às inúmeras intervenções e a falta de manutenção preventiva de seu patrimônio, resultantes de fatores diversos que evidenciam a ausência de um plano de conservação integrada. A degradação a que o Campus vem sendo submetido ao longo de sua história compromete sua condição de integridade, risco esse que tem despertado a preocupação de alguns pesquisadores como é perceptível na recomendação feita em estudo morfológico que foi desenvolvido para a área:

Garantir a preservação das propriedades urbanísticas e arquitetônicas que caracterizam o espaço urbano do Campus, um dos mais significativos espaços modernos do estado. Devem-se considerar instrumentos de preservação da trama urbana e de algumas edificações, como a Faculdade de Medicina, o Instituto de Antibióticos e Centro de Filosofia e Ciências Humanas. (AMORIM; NASCIMENTO, 2006, p.49)

O Plano Urbano de 1957 definiu boa parte da configuração atual do Campus (AMORIM; NASCIMENTO, 2015), no entanto, há uma lacuna de informações referentes ao planejamento físico da Universidade até 1985, quando o documento intitulado *Plano Diretor Físico* (UFPE, 1985) foi publicado contendo uma descrição atualizada do Campus na época e propostas de zoneamento e expansão.

Tais propostas foram desenvolvidas de forma insipiente para que o documento pudesse ser utilizado como um plano diretor físico de fato, instrumento de planejamento urbano inexistente até hoje na UFPE, fator esse que permitiu o tratamento do espaço físico do

Campus Universitário Joaquim Amazonas sem limitações e diretrizes projetuais contribuindo negativamente para a conservação de sua condição de integridade.

A Falta de planejamento físico para o tratamento do Campus Universitário Joaquim Amazonas resultou em uma forma de lidar com os problemas físico-espaciais sempre de forma imediatista, pontual e emergencial, jamais com a implantação de ações baseadas em um planejamento estratégico.

A UFPE passou por momentos em que, por um lado, o índice de degradação física de seu patrimônio era extremamente alto e, por outro lado, não havia investimento financeiro para sua manutenção, como também passou por momentos em que havia investimento, mas o número de demandas era grande e os prazos de financiamento muito curtos. Esses contextos culminaram em diferentes formas de lidar com o Campus Universitário Joaquim Amazonas por meio de seus gestores².

O professor George Browne iniciou seu reitorado nos últimos anos do período da ditadura militar, em 1983. O ex-reitor afirma que, quando assumiu o cargo, o campus da UFPE encontrava-se em um estado de degradação física muito grande e, por isso, assumiu a responsabilidade de recuperá-lo. No entanto, deparou-se com o entrave econômico, visto que as universidades possuíam orçamentos muito precários a nível nacional, optando, então, pela busca do financiamento a partir de convênios internacionais.

Quando eu assumi a reitoria, a Universidade estava muito degradada, sobretudo no ponto de vista físico. O Campus estava praticamente abandonado. Era uma coisa terrível você entrar na faculdade de Medicina, no Centro Biológico, a própria prefeitura era um farrapo. E eu tomei a decisão de recuperar o Campus da Universidade. Mas eu não podia, a nível do orçamento da instituição, fazer uma coisa muito significativa, porque os orçamentos das universidades são muito precários e não havia outras fontes de

² Foram realizadas entrevistas com algumas figuras fundamentais do processo de gestão da UFPE na tentativa de compreender melhor os entendimentos, objetivos e ideologias de seus gestores frente à necessidade de gerir um patrimônio. Os entrevistados foram: Prof. George Browne, Reitor entre 1983-1987; Prof. Efreim Maranhão, Reitor entre 1991-1995; Prof. Mozart Neves, Reitor entre 1996-2003; Prof. Herminio Ramos de Souza, Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças entre 1996-2011; Prof. Enio Eskinazi, Diretor do Departamento de Planos e Projetos (DPP) da Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) entre 2003-atual.

recursos, outras alternativas a nível nacional que permitissem que eu conseguisse dinheiro pra fazer a recuperação. Tive que apelar para fontes internacionais, uma delas foi o convênio MEC/BID. Uma articulação entre o MEC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tinha um projeto de financiar a recuperação de campus universitários do mundo e eu tive a chance, depois de sacrifícios e negociações, de firmar convênio com o grupo MEC/BID. (GEORGE BROWNE, jun. 2012, entrevista)

Não apenas o professor George Browne, mas também os professores Mozart Neves e Herminio Ramos convergem na mesma opinião do grande entrave que foi a questão da falta de financiamento do governo direcionado ao trato do espaço físico das universidades durante décadas, não apenas à UFPE, mas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de um modo geral. Mozart Neves afirma que sua gestão foi tomada de dificuldades financeiras e que não possuía recursos para promover a devida expansão física que a Universidade necessitava para acompanhar seu crescimento institucional, restringindo suas ações apenas a serviços de manutenção do Campus Universitário Joaquim Amazonas, bem como a pequenas expansões e, ainda, assim, de forma dificultosa.

A gente tinha dificuldades de ordem financeira, que eram imensas, na minha gestão, no meu período de vacas magras. Foram geradas muitas greves nacionais nas universidades federais por conta das limitações dos recursos federais para as universidades (...). Eu praticamente não tive dinheiro para construir novos prédios, então o que fiz foi apenas manutenção dos prédios e expansão. Essa era a maior dificuldade, porque se existia crescimento por um lado, do outro não tinha dinheiro para estrutura física, para investimento. (MOZART NEVES, jun. 2012, entrevista)

O professor Herminio Ramos, que assumiu a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN) tanto no reitorado de Mozart Neves quanto no reitorado de Amaro Lins, distingue as duas gestões em função da questão econômica:

Existe uma diferença muito grande. Mozart foi reitor no governo de Fernando Henrique e Paulo Renato era o ministro. O orçamento das universidades era muito apertado e a gente não contava basicamente com nenhum recurso para recuperar a

estrutura. A deterioração da estrutura foi uma coisa impressionante. O dinheiro que vinha do governo federal basicamente dava pra pagar as despesas com funcionários da universidade. Tinha universidade que acumulava débitos de energia elétrica, etc. e como coincidiu com as privatizações de energia elétrica e telefonia, você não tinha mais a possibilidade de atrasar o pagamento, senão o serviço era cortado. Então esse foi o período de Mozart. O período de Amaro foi uma época em que o governo federal criou um programa e deu uma atenção às universidades e aí o volume de recursos deixou que a gente planejasse a estrutura da universidade, porque havia dinheiro alocado num volume muito grande. (HERMINIO RAMOS, jun. 2012, entrevista)

Fica claro, portanto, que, entre as décadas de 1960 e 1980, a UFPE sofreu pela falta de recursos que lhe oferecessem condições de acompanhar fisicamente o crescimento institucional que vinha ocorrendo, quando, no reitorado de George Browne, apesar da falta orçamentária a nível nacional, buscou-se o financiamento a nível internacional para dirimir a questão. Com as mudanças de governo, na década de 90, a Universidade voltou a sofrer pela falta de investimento governamental até a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, quando, a partir do reitorado de Amaro Lins e continuando no reitorado de Anísio Brasileiro³, a instituição recebeu um grande volume de recurso financeiro por meio do governo federal, destinado à sua expansão física.

As ações de expansão e manutenção

O ex-reitor George Browne (1983-1987) afirma que seu maior desafio frente ao patrimônio físico-espacial da UFPE foi promover a recuperação da estrutura física do Campus Universitário Joaquim Amazonas, o qual se encontrava em um estado de completa deterioração quando o mesmo assumiu o cargo de reitor da Universidade.

Então quando você chega num lugar desses, a primeira coisa que você tem em mente é: "O que eu vou fazer num lugar desses?". E a resposta é recuperar fisicamente aquilo ali (...). O primeiro momento é esse: "Como sair daquele caos?" Foi exatamente o que eu

³ Anísio Brasileiro é o reitor que sucedeu Amaro Lins no ano de 2011 e ocupa o referido cargo até o momento atual.

peguei, caos era aquilo. Caos porque era uma coisa que, me lembra muito o Centro de Ciências Biológicas que eu recuperei completamente, quando a gente entrava, o lodo caía, com perigo de desabamento, tudo estourando. Uma coisa horrível! Era consequência da falta de manutenção. (GEORGE BROWNE, jun. 2012, entrevista)

Nesse caso, George Browne explica que as medidas tomadas para solucionar o problema foram direcionadas a recuperar fisicamente o que se encontrava materialmente danificado no Campus. O foco de suas ações de planejamento foi, portanto, de restauração do extrato material do patrimônio para oferecer condições mínimas para o desenvolvimento das atividades universitárias. Ele esclarece que não construiu nenhum centro, nenhuma edificação, apenas promoveu expansões de salas de aula ou algum laboratório. O edifício mais beneficiado pelo seu programa de recuperação foi o Centro de Ciências Biológicas (CCB), mas também investiu muitos recursos no Hospital das Clínicas (HC) e na Faculdade de Medicina. Durante sua gestão foi elaborado ainda o Plano Diretor Físico do Campus, em 1985.

Posteriormente, na gestão do professor Efrem Maranhão (1991-1995), as seguintes obras foram identificadas pelo ex-reitor como fruto de seu reitorado: expansão e construção das bibliotecas setoriais, expansão da Biblioteca Central (BC), construção da quadra coberta do Colégio de Aplicação (CAp), construção de auditórios nas diversas unidades institucionais, construção do Teatro da UFPE, construção da concha acústica e do posto de comunicação policial na entrada do Campus. De acordo com o ex-reitor ainda, a maior parte da implantação do projeto paisagístico do Campus foi realizada na sua gestão e que o instrumento legal tomado como base para as transformações e expansões físicas implantadas em seu mandato foi o Plano Diretor Físico de 1985.

Após a gestão do professor Efrem Maranhão, deu-se início a gestão do professor Mozart Neves (1996-2003). Como afirmado anteriormente, ele não dispunha de recursos orçamentários para promover a expansão física que a UFPE necessitava e, portanto, suas ações de planejamento foram concentradas na manutenção da integridade física do substrato material, reformas internas e pequenas expansões dos edifícios existentes.

Na sua gestão ainda, enfrentou um grave problema relacionado ao patrimônio físico da Universidade. O Teatro da UFPE que havia sido construído e concluído na gestão anterior, foi destruído por um incêndio em seu primeiro ano de reitorado e foi necessário levantar fundos para sua reconstrução, episódio identificado por ele como um grande desafio de sua gestão relacionada ao Campus Universitário Joaquim Amazonas, no entanto, acompanhada de uma importante mobilização da sociedade.

Eu tive um enorme azar. No final do meu primeiro ano o teatro pegou fogo. Eu já não tinha dinheiro para investimentos e no MEC não ia conseguir o dinheiro para reconstruir o teatro. Foi o que aconteceu. Isso foi um desafio enorme. (...) Mas acho que isso, por outro lado, nos deu a motivação de buscar dinheiro novo e tive, também, a mobilização muito grande da sociedade para que isso acontecesse. Então eu acho que esse foi um dos grandes desafios. Eu me lembro que teve jogos de futebol para arrecadar dinheiro, leilão de obras raras, gincanas, enfim, foi muito suor. Um ano e meio de muito trabalho. (MOZART NEVES, jun. 2012, entrevista)

O episódio relatado pelo ex-reitor Mozart Neves, apesar de trágico, demonstra que a sociedade não está completamente alheia ao patrimônio que possui, mas lhe denota valor ao ponto de promover diversas ações para o levantamento de fundos para a custosa reconstrução de um edifício seriamente danificado em um curto espaço de tempo.

Ao término da sua gestão, deu-se início o reitorado do professor Amaro Lins (2003-2011). Enquanto a dificuldade das gestões anteriores era a alocação de recursos federais para recuperação do substrato material, manutenção da estrutura física existente e construção de novas edificações, o novo reitorado é marcado pela alta contribuição financeira do governo federal por meio do REUNI e, nesse caso, o grande problema passou a ser o número de demandas demandas frente à falta de estrutura técnica para atendê-las no curto período de tempo exigido. O professor Herminio Ramos enfatizou essa questão nas gestões dos ex-reitores Mozart Neves e Amaro Lins:

Nas duas administrações, de Mozart e Amaro, a grande diferença foi que uma contou com recursos e nova estrutura coordenada pela prefeitura, no caso de Amaro. No caso de Mozart, como ele contava com poucos recursos, a estrutura que existia respondia com

dificuldades. A equipe de arquitetos que você tinha lá era pequena, quando passou para a prefeitura começou a haver contratação. Criou-se na prefeitura uma estrutura mais adequada e também passou a contar com mais pessoas. É uma diferença razoável entre as duas, mas, mesmo assim, a estrutura que Amaro recebeu, de longe não atendeu as necessidades com os recursos que chegaram. (HERMINIO RAMOS, jun. 2012, entrevista)

Nas gestões anteriores, a PROPLAN era dividida em dois órgãos centrais. Um deles era a Diretoria de Desenvolvimento Institucional, responsável pelos indicadores da instituição como o crescimento dos corpos docente e discente, o número de cursos oferecidos, etc. A partir desses indicadores era gerado um modelo de distribuição de recursos para as unidades departamentais. O outro era a Coordenação de Planejamento Físico (CPF), responsável pelas ações de crescimento físico e espacial do Campus. Havia ainda a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU), responsável pelos serviços de limpeza e manutenção do Campus como poda de árvores, manutenção das redes de infraestrutura (drenagem água potável, etc.), etc. (MOZART NEVES, entrevista).

No reitorado do professor Amaro Lins, essa estrutura administrativa sofreu alterações. A CPF foi extinta e foram criados dois órgãos diretamente ligados a PCU para assumir as questões físico-espaciais relativas ao Campus: o Departamento de Planos e Projetos (DPP) e a Coordenação de Patrimônio e Bens Imóveis (CPBI). Essa é a mudança estrutural a que o professor Herminio Ramos se refere, mais adequada à nova realidade financeira da UFPE, no entanto, ainda insuficiente para o atendimento eficaz das demandas geradas.

As demandas físico-espaciais advindas das necessidades institucionais percorrem caminhos de triagem dentro do sistema de gestão da UFPE até chegarem ao seu destino final. O professor George Browne afirma que, no seu reitorado, as demandas passavam primordialmente pela PROPLAN e só então eram encaminhadas para ele, que aplicava seus critérios para decidir as que receberiam investimento.

Quando esse convênio foi aprovado e que eu anunciei publicamente no Conselho Universitário as minhas medidas, surgiram várias demandas, vindas dos centros ou de departamentos, que reivindicavam melhorias. O dinheiro, da totalidade do investimento

que a universidade recebeu, digamos que 90% era destinado à recuperação de prédios. E os outros 10% a coisas paralelas. Então eu tinha que dosar em função das demandas, estas que passavam pelo crivo da minha administração e era o preço da qualidade. Porque tinha departamento de dar dó, de gente que não quer nada com a vida, não produz nada, não tem pesquisa. E eu não iria investir dinheiro em coisas dessa ordem, eu tinha que fazer o meu esquema de prioridades. (GEORGE BROWNE, jun. 2012, entrevista)

Já o ex-reitor Mozart Neves afirma que na sua gestão as demandas deveriam ser encaminhadas diretamente para a PROPLAN, visto que era o órgão que possuía o pessoal técnico especializado para distinguir o que era cabível ou não dentre as solicitações. Mesmo assim, relata que diversas vezes um chefe de departamento ou diretor de centro encaminhava as demandas diretamente para o seu gabinete, fato que era fruto de uma cultura enraizada na ideia de uma administração centralizada na figura do reitor. No entanto, quando ocorria esse tipo de situação, o ex-reitor conta que ouvia primeiramente a opinião técnica, para só então conceder seu parecer.

Com a implantação do REUNI e a nova estrutura de gestão do patrimônio físico-espacial no reitorado do professor Amaro Lins, o professor Herminio Ramos (2012, entrevista) relata que houve uma diferenciação também no processo de triagem das demandas para a aplicação dos recursos advindos do Programa. Nesse caso, as demandas foram discutidas em conjunto com todos os centros, segundo a apresentação de programas de necessidades físicas. A partir da reunião dessas informações, a triagem foi feita com base na importância das solicitações e da disponibilidade de recursos. Foi elaborado um planejamento prévio por exigência do REUNI, que só alocaria recursos na Universidade se a Instituição apresentasse um programa a ser desenvolvido.

No entanto, além das demandas direcionadas aos recursos do REUNI, uma grande quantidade de demandas gerais relacionadas ao patrimônio físico-espacial da UFPE continuaram a ser solicitadas. O controle e desenvolvimento dos projetos relacionados a todas as demandas, fossem elas provenientes do Programa de Expansão ou não, passou a ser desenvolvido no DPP dentro da nova estrutura administrativa, mas, de acordo com o

professor Enio Eskinazi (Diretor do DPP), tal controle é de difícil ordenamento porque os demais órgãos continuam a receber as solicitações e isso faz com que, muitas vezes, a mesma solicitação seja feita diversas vezes.

Quando as demandas chegam ao DPP, o diretor encaminha aos profissionais técnicos do órgão para que possam desenvolver os projetos referentes às solicitações. A forma como a distribuição dos projetos é feita dentre os profissionais é descrita da seguinte forma:

Eu recebo a demanda e aí a minha estratégia é solicitar os profissionais, a equipe interna, quando é externa eu não posso, por área de conhecimento, para que as coisas possam andar no caminho que a gente pode chegar. Por exemplo, você tá trabalhando no Centro de Artes, coisa do Centro de Artes, já que tá sabendo tudo lá, eu solicito a Rosali, porque se eu pedir a Nara, lá vai ela entender o que é Centro de Artes, como é o espaço lá, qual o problema, aí vai ser pior, quer dizer, mais demorado, muito mais sacrifício da Instituição. Área de saúde é Nara. Ginecologia, Farmácia, Nutrição... Ela já tá sabendo, quem são os coordenadores, como é o edifício, como é que funciona, quais são os problemas. Aí quando eu solicito a ela, ela já sabe o que é. Fica mais fácil a atuação do profissional e para a Instituição, mais leve. Esse é o processo democrático. Eliana, tudo que é paisagismo, comunicação visual e tem umas áreas que ela domina também, como a Reitoria. Já fez muito projeto da reitoria. Área de tecnologia, já vai Isabel, que tá trabalhando com o CCEN na Área II. O CTG é ela também. Dessa forma, cada um, na vida profissional interna vai ganhando essa cultura do conhecimento pelo que vai sendo solicitado. (ENIO ESKINAZI, jun. 2012, entrevista)

A autora da pesquisa, enquanto participante da equipe técnica do DPP⁴, possui outra perspectiva quanto ao desenvolvimento dos projetos solicitados ao órgão. O processo intitulado como democrático pelo diretor é compreendido, na verdade, como centralizador do ponto de vista daqueles que elaboram os projetos arquitetônicos, visto que não há trabalho em equipe, não há discussões entre os arquitetos do Departamento para o correto levantamento de questionamentos, opiniões e possíveis soluções para as problemáticas apresentadas.

⁴ A autora da dissertação ocupou o cargo de Arquiteta e Urbanista no Departamento de Planos e Projetos da Prefeitura da Cidade Universitária/UFPE entre os anos de 2008 e 2014, sendo transferida para a Universidade Federal da Paraíba no ano de 2015.

O processo é, na prática, centrado na figura do diretor que decide, individualmente, os projetos a serem elaborados por cada arquiteto, que, por sua vez, elabora o projeto que lhe foi solicitado e devolve ao diretor. Este, por diversas vezes, promove alterações nos projetos desenvolvidos sem que haja consultas ou discussões com o seu autor. Em outros casos, o arquiteto apenas desenvolve os desenhos técnicos, fruto das decisões arquitetônicas unilaterais do diretor. Há ainda casos em que os projetos são elaborados por escritórios de arquitetura fora da Universidade e, da mesma forma, não há diálogo entre os escritórios e a equipe interna de projetos.

Os projetos de um centro ficam ao encargo de um arquiteto, mas não há preparação prévia do arquiteto para trabalhar com a edificação que lhe é destinada. Trata-se de uma situação em que o arquiteto promove intervenções em edificações que não são de sua autoria, sem o devido conhecimento sobre tais obras. Ademais, as informações sobre os projetos que os outros profissionais estão desenvolvendo não são repassadas para a equipe, apesar de estar se tratando de um conjunto arquitetônico articulado que deveria ser trabalhado em contexto e, acontece ainda, o caso de a mesma solicitação de projeto ser desenvolvida por diferentes arquitetos, o que reafirma a ausência de informações e de trabalho em equipe.

Desde a elaboração do Plano Diretor Físico do Campus, em 1985, até o reitorado do professor Amaro Lins, nenhum outro instrumento legal foi utilizado nas ações de planejamento físico-espacial do Campus. Com a implantação da nova estrutura administrativa, um novo Plano Diretor começou a ser desenvolvido, mas até o momento desta pesquisa não foi implantado e divulgado.

Diversos estudos já foram realizados para sua elaboração e o professor Enio Eskinazi afirma que o DPP já utiliza algumas das decisões do futuro Plano na realização de suas atividades, como: a delimitação de áreas de expansão, zoneamento para implantação de novas edificações, recuos e número de pavimentos. Segundo o diretor, há uma tentativa de promover um controle de ocupação da área do Campus, visto que, até então, seu crescimento físico-espacial vinha ocorrendo, muitas vezes, de forma desordenada.

A equipe de arquitetos desconhece as decisões tomadas para o desenvolvimento do plano diretor físico que se encontra em processo de elaboração, apontadas pelo diretor como utilizadas pelo Departamento no desenvolvimento de seus projetos, portanto, seus projetos, na prática, não levam em consideração tais informações.

Outro ponto crítico característico do processo projetual das intervenções feitas no Campus é que, comumente, o desenvolvimento dos projetos ocorre exclusivamente com base nas necessidades institucionais, não levando em consideração as características arquitetônicas e espaciais do edifício, sua identidade e contextualização, o que acarreta descaracterização de suas obras e perda de significado.

Há ainda a existência de projetos de intervenção que não passam pelo conhecimento do órgão competente, o DPP, mas são feitas exclusivamente por iniciativa dos próprios professores, coordenadores de cursos ou diretores de centros. A autora da pesquisa presenciou intervenção implantada em um dos edifícios emblemáticos do Campus, o Centro de Artes e Comunicação (CAC) em que o diretor do centro não aguardou o projeto dos sanitários que deveria ser desenvolvido pela arquiteta e promoveu a intervenção por conta própria, cujas características apresentaram uma significativa discordância com a essência projetual do edifício em questão.

O ex-reitor Mozart Neves confirma a existência de reformas internas nas edificações do Campus, até mesmo a construção de uma edificação inteira, sem o devido conhecimento e autorização da gestão responsável:

Aquele Aggeu Magalhães, ele foi algo que fugiu do controle da universidade. Eles fizeram os puxados e quando a gente foi ver a obra já estava completamente feita. Esse foi um exemplo do que foi feito totalmente sem harmonia com a reitoria da universidade, apesar de ser um prédio bonito, mas foi feito totalmente desarticulado. (...) É difícil até de explicar, porque eles tinham um contrato, um convênio e, na verdade, é complicado. O Aggeu ficava à parte, digamos, você tinha esse lado aqui do Aggeu, que era o que você via, mas do outro lado você não conseguia enxergar o que estava acontecendo. (...) E quando fomos ver já estava levantado lá. Esse, na verdade, foi o único caso que fugiu e que eu coloquei porque você me perguntou. Tínhamos algumas reformas, por exemplo,

dentro do departamento, que era feito sem a aprovação do planejamento físico, porque todo mundo reclama da demora da reitoria, da demora do projeto e, de repente, o cara diz: eu não vou esperar pela reitoria e não vou esperar pela prefeitura. Aí começavam as obras. Mas isso era a reforma, não era prédio. Então, quando a gente percebia, criava todo um ambiente de constrangimento e de tensão. (MOZART NEVES, jun. 2012, entrevista)

A sempre crescente demanda por vagas para ingresso na UFPE resultou no aumento do número de alunos, professores, cursos e programas e desencadeou a necessidade do crescimento físico-espacial do Campus Universitário Joaquim Amazonas. Paradoxalmente, enquanto urgia a necessidade de crescimento físico-espacial da estrutura do Campus, o mesmo passou pelo decréscimo de sua área devido a concessões feitas para outros órgãos, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCN-NE).

A UFPE também passou por mudanças de ordem pedagógica advindas de reformas na Educação brasileira que exigiram a adaptação de seu espaço físico. Inicialmente projetada para abrigar Faculdades e Escolas, passou a funcionar a partir de unidades institucionais denominadas Centros que reuniam uma diversidade de cursos da mesma área de conhecimento. Tais mudanças geraram a necessidade de adaptação de seus espaços já consolidados, visto que não atendiam mais ao uso que lhes era exigido.

Todos esses fatores levaram a implantação de intervenções no espaço físico do Campus Universitário Joaquim Amazonas que, somada a falta de um modelo de gestão de conservação do patrimônio causou uma progressiva perda de sua condição de integridade refletida na diminuição do equilíbrio compositivo do seu plano urbano, nas transformações da ordem espacial de suas edificações e na degradação de seu substrato material.

Para tentar compreender a relação existente entre a perda da condição de integridade física-espacial do Campus e a gestão institucional a que foi submetido em sua existência, buscou-se orientação necessária por meio de processo metodológico de abordagem qualitativa. O

levantamento de fontes documentais diversas, bem como a aplicação de entrevistas auxiliaram na análise da problemática da pesquisa.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro constam os conceitos teóricos que subsidiam a construção das percepções necessárias acerca do modelo da conservação urbana integrada e da gestão do patrimônio que deve embasar o processo de conservação de uma área urbana como o Campus Universitário Joaquim Amazonas.

O segundo capítulo pretende trazer à tona as necessidades, contextualizações e características das primeiras universidades na Europa, EUA e no Brasil. Posteriormente, o reconhecimento patrimonial do tipo de conjunto urbano campus universitário de caráter modernista, com a identificação de três campi universitários inscritos na lista da UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, a saber: a Cidade Universitária de Caracas, a Universidade Nacional do México e a Universidade de Brasília. Por fim, o capítulo finaliza com a contextualização do Campus Universitário Joaquim Amazonas dentro desse universo da arquitetura modernista com base na identificação dos valores da arquitetura moderna em seus edifícios e plano urbano.

No terceiro capítulo, busca-se, na história da educação pública brasileira de nível superior, os fatores que são influenciadores diretos da gestão institucional das universidades em geral: a legislação que delimita a política institucional padrão para todo o Brasil, as reformas universitárias que trazem mudanças para essas legislações e, conseqüentemente, para a gestão institucional e os programas de expansão das universidades públicas do Brasil que injetam recursos financeiros nas universidades, ao mesmo tempo que exigem o cumprimento de uma série de exigências e assim obrigam os gestores a fazer planejamentos para utilização desses recursos e cumprimento das metas. Além da análise dos fatores determinantes da gestão institucional a nível nacional, buscou-se também os fatores determinantes da gestão da UFPE propriamente dita: seus instrumentos legais reguladores e o levantamento e análise dos dados quantitativos institucionais.

A soma de todos esses fatores, ao longo dos anos, trouxe como consequência para o Campus Universitário Joaquim Amazonas uma série de transformações de sua configuração

física-espacial que culminaram em um processo de degradação de seu patrimônio urbano, processo esse que é descrito no capítulo quatro.

No capítulo conclusivo são propostas algumas diretrizes de controle do patrimônio urbano do Campus Universitário Joaquim Amazonas que possam auxiliar sua conservação, impedindo a continuidade do processo de degradação a que vem sendo submetido em toda sua história.

1. A CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA

1.1 Sobre conservação, significância, autenticidade e integridade

O objeto de estudo da pesquisa é o Campus Universitário Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco, considerado aqui como um patrimônio urbano de caráter modernista. Buscou-se na teoria da conservação o embasamento precípuo necessário à sua compreensão e tratamento. Para tanto, procura-se, nesse capítulo, trazer à tona alguns pontos marcantes dos pensamentos de John Ruskin na Inglaterra, em contrapartida à filosofia de Viollet-le-Duc na França e a síntese de Camillo Boito na Itália, como também das cartas patrimoniais, enquanto responsáveis pela propagação internacional das discussões filosóficas sobre a conservação do patrimônio.

De acordo com Françoise Choay (2006), as teorias e práticas de conservação que permitiram a consagração do monumento histórico se desenvolveram entre as décadas de 1820 e 1960, cujo marco final é a publicação da Carta de Veneza, em 1964. Segundo a autora, a Revolução Industrial com sua força transformadora e, ao mesmo tempo, destruidora, foi o fator que mais contribuiu para as mudanças de pensamento quanto à valoração dos monumentos históricos no período em destaque, no entanto, demonstra que a França e a Inglaterra trataram de maneira diferenciada sobre essa questão.

Na Inglaterra, John Ruskin e William Morris preconizaram a necessidade de proteção dos monumentos históricos a nível internacional e promoveram mobilização pela causa (CHOAY, 2006). Em meados do séc.XIX, Ruskin enfrentou o desafio de lutar pela preservação do passado em meio a uma sociedade que passava a olhar primordialmente para o futuro, onde os conjuntos urbanos antigos se tornaram obsoletos e os monumentos passaram a ser entraves para a nova urbanização.

Será preciso que esta pequena Europa, este canto no globo semeado de tantas igrejas antigas, tingido pelo sangue de tantas batalhas, será preciso que este pequeno fragmento do pavimento do mundo, gasto pelos passos de tantos peregrinos, seja integralmente

varrido e decorado novamente para a mascarada do Futuro? (RUSKIN in CHOAY, 2006, p.142)

Pode-se afirmar que a dificuldade enfrentada por Ruskin é uma realidade que se estendeu ao longo dos anos e que subsiste ainda hoje. A luta pela conservação do patrimônio é um grande desafio a ser alcançado frente às transformações sociais e no caso do Campus Universitário Joaquim Amazonas não é diferente. O entendimento da necessidade de sua salvaguarda é um ideal que se contrapõe a dinâmica das necessidades institucionais e sociais que lhe é característica.

John Ruskin também foi o predecessor da inserção do conjunto urbano no conceito de monumento histórico, visto que trouxe à tona a importância de salvaguarda do todo formado pela malha urbana residencial de caráter mais humilde juntamente com os monumentos isolados. Além disso, defendeu também o conceito de universalidade do monumento histórico sob um ponto de vista inédito (CHOAY, 2006).

O monumento tradicional, sem qualificativos era universalmente difundido, mas fazia reviver os passados particulares de comunidades específicas; o monumento histórico fazia até então referência a uma concepção ocidental da história e a suas dimensões nacionais. Em contrapartida, na concepção ruskiniana, quaisquer que tenham sido a civilização ou o grupo social que o erigiram, ele se dirige igualmente a todos os homens. (CHOAY, 2006, p.141-142)

John Ruskin, seguido por William Morris, defendeu a doutrina não-intervencionista da restauração dos monumentos históricos cuja ideologia era caracterizada por uma total repulsa a qualquer obra de restauração de um monumento histórico. Em sua obra *'Lamp of Memory'*, Ruskin (1849) definiu a restauração como destruidora e mentirosa. A essência do monumento advinha das marcas provenientes das gerações passadas, inclusive da ação do tempo sobre ele, o que era impossível de ser resgatado em um contexto distinto (CHOAY, 2006). Já que a restauração era considerada nociva ao monumento, outro aspecto importante também foi levantado por Ruskin, a necessidade da manutenção como solução preventiva e inibidora da degradação, permitindo uma duração maior do bem: “Cuidai bem de vossos

monumentos e não vos será preciso restaurá-los depois” (RUSKIN in CHOAY, 2006, p.156).

Para Ruskin e Morris, querer restaurar um objeto ou um edifício é atentar contra a autenticidade que constitui sua própria essência. Ao que parece, para eles o destino de todo monumento histórico é a ruína e a desagregação progressiva. Percebe-se contudo que, na realidade, esse fim pode ser retardado, e que os dois campeões do antiintervencionismo preconizam a manutenção dos monumentos e admitem que sejam consolidados, desde que de forma imperceptível. (CHOAY, 2006, p.155-156)

Na França, Viollet-le-Duc defendeu a doutrina intervencionista, contrária àquela argumentada na Inglaterra por Ruskin e seus seguidores. Em sua obra intitulada ‘*Dictionnaire*’, Viollet-le-Duc afirmou que: “Restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado” (VIOUET-LE-DUC in CHOAY, 2006, p.156). Ele justificava que existia um estado ideal do monumento (CHOAY, 2006), que pode ser compreendido como o momento de ápice de sua completude e significado, mesmo que originalmente esse estado nunca tenha ocorrido de fato.

Por um lado, a busca do estado ideal trouxe o interesse pelo conhecimento profundo de técnicas, métodos e pesquisas, por outro lado, levou ao desenvolvimento de práticas negativas de intervenção:

Fachada gótica inventada da catedral de Clermont-Ferrand, flechas acrescentadas à Notre Dame de Paris e à Sainte-Chapelle, esculturas destruídas ou mutiladas substituídas por cópias, reconstituições fantasiosas do castelo de Pierrefonds, reconstituições compósitas das partes superiores da Igreja Saint-Sernin, em Toulouse. (CHOAY, 2006, p. 157)

Curiosamente, as doutrinas defendidas por John Ruskin e Viollet-le-Duc se opunham porque a primeira defendia a continuidade do passado e a segunda, o rompimento com os sistemas históricos (passado) obsoletos. As práticas de Viollet-le-Duc eram, na realidade, inspiradas por um espírito de vanguarda tendente ao futuro (CHOAY, 2006). O estado ideal

não estava no passado, por isso, a autenticidade do objeto não era considerada importante na doutrina intervencionista defendida por Viollet-le-Duc na França.

No caso do objeto de estudo da pesquisa, a doutrina intervencionista não é pertinente a um organismo vivo como um patrimônio urbano universitário, cujo uso perene exige constantes adequações às novas demandas acadêmicas e científicas. Sendo assim, não é possível a identificação de um momento mais completo e significativo, visto que sua identidade acompanha a dinamicidade de sua história. Já a doutrina não-intervencionista que defende a manutenção como uma forma de prevenir sua degradação é relevante para a conservação de um patrimônio com as características inerentes a um campus universitário, mas também não é possível considerar a total ausência de intervenções nesse caso, pelo mesmo motivo citado acima, a dinamicidade que lhe é inerente.

No fim do século XIX, na Itália, surgiu uma nova postura crítica trazida por Camillo Boito que sintetizou os melhores princípios das outras duas em seu ensaio intitulado ‘*Conservare o restaurare*’. Da doutrina defendida por Ruskin, Boito aproveitou a noção de conservação que levava em consideração a questão da autenticidade do monumento com a valorização dos diversos acréscimos surgidos ao longo do tempo e, da doutrina defendida por Viollet-le-Duc, o arquiteto italiano ressaltou a legitimidade da restauração com a preferência do presente em relação ao passado, com a ressalva de que esse seja o último recurso de conservação aplicado ao monumento (CHOAY, 2006).

Camillo Boito foi além de John Ruskin e Viollet-le-Duc, e suas considerações trouxeram à tona a importância da avaliação da necessidade de intervenção e, em sendo necessária, de sua distinção das partes originais do monumento.

O caráter pertinente, adventício, ortopédico do trabalho feito deve ser marcado de forma ostensiva. Ele não deve, em nenhuma hipótese, poder passar por original. É imperioso que se possa, num relance, distinguir a inautenticidade da parte restaurada das partes originais do edifício, graças a uma disposição engenhosa que recorra a múltiplos artifícios: materiais diferentes; cor diferente da do original; aposição de inscrições e de sinais simbólicos nas partes restauradas, indicando as condições e as datas

das intervenções; difusão, local e na imprensa, das informações necessárias, e em especial fotografias das diferentes fases dos trabalhos; conservação, em local próximo do monumento, das partes substituídas por ocasião da restauração. (CHOAY, 2006, p. 166)

A distinção do que é intervenção em relação ao que é parte original do edifício, bem como a documentação dos processos interventivos são pontos de suma relevância no tratamento da conservação de um patrimônio, pontos esses não identificados no Campus Universitário Joaquim Amazonas. Em sua grande maioria, se não na totalidade, os processos interventivos relativos a seus edifícios e plano urbano foram causadores da degradação do conjunto e a documentação existente sobre tais ações é consideravelmente imprecisa e incompleta.

No século XX, as cartas patrimoniais serviram de meio para disseminar as ideias e discussões acerca da conservação. A Carta de Atenas (ICOMOS, 1933) aborda a importância da salvaguarda dos valores arquitetônicos transmitidos por edifícios isolados ou conjuntos de edifícios frente à possibilidade de sua morte. Comunga do ideal de Camillo Boito, visto que acredita que o material arquitetônico tem a capacidade de transmitir a história da sociedade a qual pertence e que "as obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética" (ICOMOS, 1933, p.27), alertando que "nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade" (ICOMOS, 1933, p. 25), é preciso distinguir entre o que deve ser conservado e o que não possui as prerrogativas para tal.

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança. (ICOMOS, 1933, p.25)

A Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) também adere ao pensamento de Boito, visto que no Art.11 discorre acerca do respeito que deve ser imputado a todas as contribuições consideradas válidas para o patrimônio e, no Art.13, acrescenta ainda que novas contribuições devem levar em consideração "todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente". Alerta sobre a importância da preservação da escala, bem como do funcionamento social do edifício e afirma que, para que haja conservação, é fundamental que se tenha manutenção permanente, o que faz referência a Ruskin.

Em 1972, a Carta do Restauro (ICOMOS, 1972), à semelhança de John Ruskin, também aponta para a importância da manutenção como medida preventiva que garante um tempo de vida maior ao patrimônio. Além disso, destaca o objetivo da manutenção dos valores ao longo do tempo e trata a salvaguarda como importante medida de conservação, cujo conceito implica a inexistência de uma ação interventiva direta sobre a obra e aborda ainda, que tal medida deve levar em consideração não apenas o objeto em si, visto que está inserido em um contexto urbanístico, deve preservar também a ambiência na qual se insere -ruas, praças, etc.-, bem como a ambiência que ele caracteriza -pátios internos, jardins, espaços livres, etc.-.

As intervenções de restauração nos centros históricos têm a finalidade de garantir - através de meios e procedimentos ordinários e extraordinários- a permanência no tempo dos valores que caracterizam esses conjuntos. A restauração não se limita, portanto, a operações destinadas a conservar unicamente os caracteres formais de arquiteturas ou de ambientes isolados, mas se estende também à conservação substancial das características conjunturais do organismo urbanístico completo e de todos os elementos que concorrem para definir tais características. (ICOMOS, 1972, p.16)

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972) constata que os patrimônios da humanidade, tanto natural quanto cultural, estão fadados à degradação e ao desaparecimento, não apenas pela deterioração natural que ocorre com o passar do tempo, mas pelo desenvolvimento desenfreado da sociedade e de sua economia. A Convenção entende que esta condição de degradação e desaparecimento do bem "constitui

um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo" (UNESCO, 1972, p.1) e, por isso, traça uma série de diretrizes que devem ser seguidas por todos os países presentes, com o objetivo de assegurar não só a conservação dos bens patrimoniais, mas também de garantir sua valorização, dentre as quais se destacam a importância do oferecimento de um uso social pelo bem e o desenvolvimento de estudos e pesquisas que possam dar suporte aos processos de conservação.

O Documento de Nara (ICOMOS, 1994) traz a concepção de que o patrimônio cultural possui duas instâncias, a tangível e a intangível, e sua conservação deve levar ambas em consideração. O conceito desenvolvido no Documento afirma que a conservação abrange "todos os esforços destinados à compreensão do patrimônio cultural, ao conhecimento da sua história e do seu significado, à garantia da sua salvaguarda material e, se necessário, à sua apresentação, restauro e valorização" (ICOMOS, 1994, p.5).

Os apontamentos apresentados até aqui pelas cartas patrimoniais são considerados indispensáveis para a conservação de um patrimônio, sendo assim, a necessidade de manutenção constante que demande o menor índice possível de intervenções no bem patrimonial, garantindo sua salvaguarda, e, em havendo a necessidade de intervenção, que todo o contexto idealizador, histórico, social, funcional, cultural, ambiental e significativo seja levado em consideração e respeitado por meio do suporte de estudos e pesquisas, são percepções que devem ser norteadoras para a conservação do bem patrimonial objeto da pesquisa.

Além disso, dando continuidade ainda aos conceitos abordados pelas cartas patrimoniais, a Carta de Burra (ICOMOS, 1999) introduz na teoria da conservação uma nova concepção quando define conservação como o conjunto de ações que objetive a preservação da significância cultural do bem patrimonial. Essa nova concepção abre o leque de discussões com relação ao termo 'significância cultural' trazido pela Carta, que se tornou fundamental na teoria e prática da conservação contemporânea e, juntamente com os conceitos de autenticidade e integridade, compõe uma tríade de aspectos necessários a um objeto que justifique sua conservação.

A Carta de Burra define significância como sendo o conjunto de valores artísticos, históricos, culturais e sociais para as gerações passadas, atuais e futuras. Nela, o objetivo precípua da conservação é a manutenção dos valores para as futuras gerações. Esses valores, porém, não são objetivamente encontrados, nem intrínsecos a determinado objeto, mas são atribuídos em momentos específicos por diversos grupos a partir da interação de um objeto com seu contexto (MASON, 2002). Para Clavir (2009), o campo da conservação sempre deve lidar com os aspectos físicos do patrimônio cultural, mas os significados que indicam quais objetos têm importância são, na realidade, construções sociais.

Um conceito mais profundo da significância cultural é dado por Zancheti et al (2009) ao tentar incluir a validação social e o julgamento nos processos estabelecidos pela Carta de Burra. Segundo os autores, a significância cultural deve ser compreendida como todos os valores identificáveis a partir de uma validação social contínua. Desta forma, a significância não está associada apenas aos aspectos físicos ou aparência de um objeto, mas é relacionada a todos os elementos que contribuem para o seu significado, incluindo seu contexto, sua história, seus usos e seus valores sociais e espirituais. Tomando este conceito como base, para a produção da significância, deve-se primeiro identificar os significados atribuídos ao patrimônio cultural para, em seguida, realizar um julgamento de valores, legitimados pelos grupos de interesse, ou *stakeholders*. Uma decisão consciente a respeito do conjunto de valores que serão utilizados torna-se fundamental, tendo em mente que a abordagem adotada nunca irá abarcar todas as possibilidades existentes. Segundo Mason (2002), a interação entre valores é complexa e a melhor forma de tratá-la é caracterizando diferentes tipos de valores patrimoniais de forma clara e neutra. Para o autor, o uso de uma tipologia de valores permite compreender e comparar os diferentes tipos definidos pelos diversos *stakeholders*.

O outro termo considerado base da conservação é autenticidade. Etimologicamente, autenticidade significa característica ou estado do que é autêntico, real, verdadeiro. De acordo com Viñas (2005), os autores clássicos da conservação diferem sobre o estado autêntico. Ele aponta quatro entendimentos distintos: i. o estado autêntico como aquele que o objeto tinha quando foi produzido; ii. o estado autêntico como aquele que o objeto deveria ter, mesmo que nunca o tenha tido de fato; iii. o estado autêntico como aquele pretendido pelo autor; iv. o estado autêntico como sendo o estado atual.

Viñas (2005) identifica também que a autenticidade desses estados está atrelada a outros fatores: i.os materiais que compõem o objeto: a substituição dos materiais pode acarretar na perda ou dano da autenticidade do objeto; ii.as características perceptíveis do objeto: são de percepção muito generalizada e podem variar de acordo com os níveis de exigência; iii.a ideia que originou o objeto: mesmo que um objeto seja resultado do agrupamento das ideias de diferentes atores da sociedade, a ideia considerada como original é a do autor que produziu materialmente o objeto; iv. a função material do objeto: característica inerente aos objetos arquitetônicos onde pode ser necessário o emprego de material diferente do original, no entanto igualmente autêntico no desempenho de sua função.

Viñas ainda afirma que, apesar de distintas, há algo em comum nessas concepções: o fato de que se pressupõe que há apenas um estado autêntico e, portanto todos os outros são falsos. No entanto, ele defende que o estado de autenticidade de um objeto varia conforme a opinião de uma pessoa ou um grupo de pessoas, dependendo do grau de relação que possuem com o objeto. Portanto, não há um único estado verdadeiro, é preciso compreender e considerar que existem vários estados de autenticidade que dependem de quem os estabelece. Sendo assim, da mesma forma que ocorre com a significância, a definição do estado de autenticidade não é de caráter objetivo e não está intrínseco no objeto, mas depende do contexto ao qual ele é submetido. Essa forma de pensar a autenticidade e a significância como dependentes da atribuição social, é a que é considerada válida para a pesquisa em questão.

O Documento de Nara (ICOMOS, 1994), que é o documento utilizado pela UNESCO como base para o exame da autenticidade dos bens patrimoniais, também aponta o caráter subjetivo da autenticidade e enfatiza que o seu entendimento é indispensável em qualquer estudo científico acerca do patrimônio.

Todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado

patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertençam.
(ICOMOS, 1994, p.3)

Em virtude do alto nível de exigência para tratar a significância e a autenticidade de um objeto de estudo de tamanha complexidade como o Campus Universitário Joaquim Amazonas, em que são exigidos amplos procedimentos investigativos e a utilização de uma diversidade de métodos, para efeito desta pesquisa, será considerado apenas o terceiro aspecto da tríade patrimonial, a condição de integridade.

Etimologicamente, integridade significa a condição de possuir todas as partes, ou seja, é a condição de algo que está completo, inteiro. A UNESCO define integridade como sendo “uma apreciação da completude e do caráter intacto do patrimônio natural e/ou cultural e dos seus atributos” (UNESCO, 2005, p.40). Primariamente, o termo foi utilizado apenas em relação ao patrimônio natural, no entanto, atualmente também é utilizado acerca do patrimônio cultural e o cumprimento dos critérios de integridade é condição obrigatória para que um bem patrimonial seja inscrito na lista da UNESCO.

A UNESCO exige que o bem patrimonial possua uma Declaração de Integridade que analise até que ponto o bem:

- a) possui todos os elementos necessários para exprimir o seu Valor Universal Excepcional⁵;*
 - b) é de dimensão suficiente para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem;*
 - c) sofre efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento e/ou da falta de manutenção.*
- (UNESCO, 2005, p.40)

Jokilehto (2006) demonstra que a integridade está necessariamente relacionada com os aspectos que conferem valor ao bem patrimonial, ou seja, apesar de se tratar de uma propriedade de essência material, aspectos não materiais lhe conferem valor e justificam a

⁵ “O Valor Universal Excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade.” (UNESCO, 2005, p.31)

propriedade da integridade. O autor aponta três condições que devem ser levadas em consideração na identificação da integridade de um bem patrimonial. A primeira condição é a integridade sócio-funcional, que se refere às funções que promoveram o desenvolvimento do patrimônio ao longo de sua história e aos processos de interação que ele estabelece com a sociedade, com a religião, com o meio-ambiente e com o movimento das pessoas. Outra condição é a integridade estrutural, que se refere à identificação dos elementos remanescentes que comprovam essas funções e processos característicos do desenvolvimento histórico do patrimônio. Por fim, a última condição é a integridade visual, que se refere à capacidade de expressão estética da área de transmitir mensagens e significados. Jokhileto esclarece ainda que um sistema de gestão eficaz na promoção da conservação de um sítio patrimonial deve tomar por base essas três condições de integridade em concomitância para que haja um planejamento eficaz e sem prejuízo dos valores do bem patrimonial.

A condição de integridade de um patrimônio, portanto, está diretamente relacionada com a sua gestão e mantê-la deve ser uma das premissas de um planejamento estratégico cujo objetivo seja a conservação. Dessa forma, a condição de integridade de um bem patrimonial depende do modelo de gestão aplicado e da tomada de decisões no processo de gestão. Quando se torna necessário algum procedimento de intervenção, é imprescindível saber o impacto que tal intervenção causará, bem como as consequências para a sua autenticidade e sua integridade, dentre outros fatores (ENGLISH HERITAGE, 2008).

A importância dessa relação entre a condição de integridade e o modelo de gestão de conservação também pode ser percebida nas cartas patrimoniais. A carta de Atenas (ICOMOS, 1933), por exemplo, como pode ser visto em citação feita anteriormente, alerta que os encarregados pelo patrimônio, ou seja, aqueles que detêm a responsabilidade de sua gestão possuem a obrigação de mantê-lo intacto, ou seja, de manter a sua condição de integridade para o conhecimento das gerações futuras.

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda

estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. (ICOMOS, 1933, p.25)

O bem patrimonial deve sobreviver às condições naturais que podem vir a causar sua 'morte' pela degradação física, mas também deve sobreviver às condições sociais que possam vir a ser a causa de sua 'morte' por outros meios. O papel da conservação é garantir sua permanência pela salvaguarda e o meio para conseguir tal objetivo é a gestão. Assim como qualquer bem patrimonial, o Campus Joaquim Amazonas está sujeito a não sobreviver às ações do tempo e às ações do homem, necessitando, portanto, do propósito conservacionista de sua gestão institucional.

Na Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), Art. 4º, é enfatizado que a conservação exige manutenção em tempo integral. O processo de manutenção é definido pela Carta de Burra como "proteção contínua da substância⁶, do conteúdo e do entorno de um bem" (ICOMOS, 1999, p.1), portanto, a conservação implica ações de proteção ao substrato físico do patrimônio e do contexto onde está inserido para, assim, manter a sua condição de integridade. A Carta aponta também que a conservação depende da manutenção e que deve tomar por base o "respeito à substância existente", trazendo uma relação indissociável entre a conservação e as ações de manutenção. De forma semelhante, a Carta do Restauro (ICOMOS, 1972) alega a importância da manutenção que deve ser feita constantemente enquanto ação preventiva essencial na garantia da continuidade do patrimônio, assim como o Documento de Nara (ICOMOS, 1994) quando define conservação, pois aponta a salvaguarda material como um de seus pontos principais. O *English Heritage* (2008), da mesma forma, implica à conservação, uma gestão que tenha como uma de suas metas, uma manutenção de rotina.

Como dito anteriormente, a presente pesquisa irá considerar no enfoque de seu objeto de estudo a condição de integridade como parte essencial de um bem patrimonial e o processo de gestão como meio essencial e indissociável da salvaguarda dessa condição e, conseqüentemente do patrimônio.

⁶ A substância é definida pela Carta de Burra como "o conjunto de materiais que fisicamente constituem o bem" (ICOMOS, 1999, p.1).

1.2 Sobre o desenvolvimento sustentável e a conservação integrada

O pensamento contemporâneo acerca da conservação patrimonial está atrelado ao conceito e à ideologia comumente discutida e propagada em todo o mundo há algumas décadas, o desenvolvimento sustentável. O termo surgiu em consequência das preocupações ecológicas e econômicas, visto que o crescimento das atividades econômicas da sociedade e da própria população tende a comprometer o meio ambiente e os recursos naturais.

Parte dos recursos naturais não é renovável e se esgota com a exploração econômica. E mesmo os renováveis, como as florestas e recursos hídricos, se forem explorados numa intensidade superior ao seu próprio ritmo de autorreprodução [sic], começam também a se esgotar os recursos e provocar uma desorganização do meio ambiente. (BUARQUE, 1999, p.30)

Com o intuito de buscar um equilíbrio entre essas duas forças, o desenvolvimento econômico e o meio-ambiente, surgiu então um novo processo de desenvolvimento denominado sustentável. Para discutir sobre a questão foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que tornou o termo conhecido mundialmente após a publicação do Relatório Brundtland, intitulado 'Nosso Futuro Comum', na década de 80, que traz a clássica definição do termo: “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987 in BUARQUE, 1999, p.29).

Nesse caso, o desenvolvimento sustentável significa que uma geração de indivíduos tem a capacidade de buscar seu desenvolvimento econômico, sem que, para isso, haja o esgotamento dos recursos naturais que são geradores desse desenvolvimento e que também são necessários para a sobrevivência humana, tanto para a geração à qual pertencemos (solidariedade sincrônica) quanto para as gerações futuras (solidariedade diacrônica).

É importante compreender que o desenvolvimento sustentável envolve relações complexas entre as seguintes dimensões: econômica, social, ambiental, tecnológica e institucional. Essas relações podem resultar no detrimento de uma dimensão em relação à outra, ou seja, são

processos de ganhos e perdas que dificultam a tomada de decisões e exigem que haja um processo de maturação.

O ideal trazido pelo conceito do desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado também em ações de conservação cultural para as quais a cultura, ou os bens patrimoniais, passaram a ser percebidos como recursos não renováveis e merecedores de preservação intergeracional, tornando, assim, a sustentabilidade um tema recorrente no campo da conservação. Seguindo a mesma linha de raciocínio do conceito de desenvolvimento economicamente sustentável, a conservação sustentável pode ser entendida como aquela que sustenta uma ligação entre as gerações passada, presente e futura, mantendo os registros do passado, de forma que esses possam ser interpretados no presente, mas também sejam transportados para o futuro.

A Carta de Atenas (ICOMOS, 1933) já fazia menção à necessidade da salvaguarda patrimonial para tornar possível o seu conhecimento pelas gerações futuras. A Carta de Burra (ICOMOS, 1999), quando afirma que conservar significa manter a significância cultural entre gerações, demonstra que há uma relação direta e indissociável entre os conceitos de conservação e de desenvolvimento sustentável, visto que, para que seja concretizada a conservação do patrimônio é necessário que haja a comunicação entre as gerações, que é o eixo do conceito da sustentabilidade.

Muñoz Viñas (2005) também afirma que uma das chaves para entender o futuro da conservação é a noção de sustentabilidade para o qual a melhor operação é a que proporciona o máximo de satisfação para mais pessoas e na qual ocorre uma melhor combinação entre preservação e restauração. O *English Heritage* (2008) conceitua a conservação como o processo de gestão de um lugar que possua significância a fim de revelar ou dar ênfase aos valores que acarretam tal significância para as gerações presente e futura. A Carta de Amsterdã aborda a questão diretamente do ponto de vista do patrimônio arquitetônico, apontando também para a necessidade da transmissão entre gerações.

O patrimônio arquitetônico dá testemunho da presença da história e de sua importância em nossa vida. [...] Os homens do nosso tempo, em presença de uma civilização que muda de feição e cujos perigos são tão manifestos quanto os bons resultados, se

apercebem instintivamente do valor desse patrimônio. É uma parte essencial da memória dos homens de hoje em dia e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade. [...] Cada geração dá uma interpretação diferente ao passado e dele extrai novas ideias [sic]. (ICOMOS, 1975, p.2)

A conservação é definida por Jokilehto como "salvaguarda e proteção do patrimônio histórico e ação de prevenção de sua decadência" (JOKILEHTO in ZANCHETTI, 2002, p. 11). Muñoz Viñas adota pensamento semelhante definindo o termo como "atividade que consiste em adotar medidas para que um determinado bem experimente o menor número de alterações durante o maior tempo possível" (MUÑOZ VIÑAS, 2005, p.19). Tanto um quanto outro conceituam a conservação com base na continuidade do patrimônio e, assim, enfatizam a importância da solidariedade entre as diferentes gerações.

No âmbito do urbanismo, a noção de desenvolvimento sustentável e a noção de conservação integrada são indissociáveis (ZANCHETTI, 2007). Na Europa, em 1975, a conservação integrada foi apontada como diretriz para o planejamento urbano dos centros históricos por meio da 'Declaração de Amsterdã', cujos princípios são elencados por Silvio Zancheti:

O patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino.

O patrimônio arquitetônico é composto de todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentem interesse histórico ou cultural. Nesse sentido, extrapola as edificações e conjuntos exemplares e monumentais para abarcar qualquer parte da cidade, inclusive a moderna.

O patrimônio é uma riqueza social, portanto, sua manutenção deve ser uma responsabilidade coletiva.

A conservação do patrimônio deve ser considerada como o objetivo principal da planificação urbana e territorial.

As municipalidades são as principais instituições responsáveis pela conservação, portanto, devem trabalhar de forma cooperada.

A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas.

A conservação integrada deve ser calcada em medidas legislativas e administrativas eficazes.

A conservação integrada deve ser apoiada por sistemas de fundos públicos que apoiem [sic] as iniciativas das administrações locais.

A conservação do patrimônio construído deve ser assunto dos programas de educação, especialmente dos jovens.

Deve ser encorajada a participação de organizações privadas nas tarefas da conservação integrada.

Deve ser encorajada a construção de novas obras arquitetônicas de alta qualidade, pois elas serão o patrimônio de hoje para o futuro. (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ in ZANCHETI, 2003, p.109)

A importância da continuidade, da contextualização urbana, do envolvimento das várias instâncias sociais no processo de conservação, da responsabilidade do órgão de gestão, da inserção do patrimônio no plano urbano, do respeito à condição de integridade e autenticidade nas intervenções, do suporte legal e administrativo, do financiamento, da conscientização perante a sociedade e do enriquecimento valorativo do patrimônio são a essência da eficácia da conservação integrada, princípios esses considerados ausentes no tratamento do Campus Universitário Joaquim Amazonas.

O termo conservação integrada não possui uma conceituação precisa e ainda é objeto de ampla discussão na teoria urbana. Silvio Zancheti aponta algumas:

Desde então, foram poucas as tentativas de categorizar o conceito de forma precisa. Por exemplo, tem-se as seguintes tentativas:

"Modo de conservação, restauração e reabilitação de edifícios e sítios antigos que aponta para a sua readaptação às novas funções da vida moderna" (Choay)

"Conservação integrada é alcançada pela aplicação de técnicas de restauração sensíveis e pela escolha correta de funções apropriadas no contexto de áreas históricas, levando em conta a pluralidade de valores, tanto econômicos como culturais, e visando julgamentos equilibrados. (Jokilehto, 2002)

A conservação integrada é uma dialética entre a vontade de proteção e as necessidades de planejamento, recorrendo a meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos

específicos para responder à complexidade dos problemas a serem enfrentados. (Habitat II) (ZANCHETTI, 2003, p.109)

Os dois primeiros conceitos ressaltam a importância do uso do patrimônio urbano para que ocorra a conservação integrada e o último destaca a necessidade de coesão entre os interesses voltados à conservação e os interesses voltados ao planejamento urbano da cidade. No caso do Campus Universitário Joaquim Amazonas, ele não se configura como um patrimônio urbano degradado pelo abandono, pelo contrário, a exigência de usufruto sempre crescente e além de sua capacidade termina por contribuir negativamente para sua condição de integridade, o que exige a aplicação de um planejamento integrado entre as exigências institucionais e as necessidades de conservação.

Além dos conceitos apontados, Silvio Zancheti traz seu próprio entendimento sobre a conservação integrada:

Conservação integrada é um modo de abordar o planejamento e a gestão do patrimônio cultural urbano, segundo os seguintes princípios:

O planejamento e a gestão de áreas urbanas de interesse patrimonial devem estar integrados nos processos mais gerais de planejamento e gestão das cidades e dos territórios, dentro de uma visão multidimensional integrada (econômica, política, cultural, ambiental e físicoespacial);

A CI deve ser a estratégia de planejamento e gestão utilizada em áreas urbanas consolidadas que sejam reconhecidas como de interesse patrimonial-cultural, isto é, nessas áreas o processo de desenvolvimento privilegiará a conservação do patrimônio cultural, relativamente ao processo de transformação urbana;

Na CI, conservação é entendida como uma forma especial do processo de transformação urbana que procura manter no tempo (intergerações) a integridade e a autenticidade do patrimônio cultural;

A conservação integrada deve buscar o desenvolvimento sustentável, inserindo a conservação do patrimônio-cultural urbano, como um ativo que agrega valor em todas as dimensões do desenvolvimento (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial). (ZANCHETTI, 2003, p.110)

Em sua definição, Zancheti também destaca a importância da integração entre o processo de gestão ligado ao planejamento urbano e às necessidades de conservação, mas vai além quando afirma que, em áreas de interesse patrimonial, às necessidades de conservação devem se sobrepor às transformações urbanas, ponto de considerável importância para o objeto de estudo, visto que, no caso do Campus Universitário Joaquim Amazonas o quadro que se desenvolveu ao longo do tempo demonstra as necessidades institucionais de transformação se sobrepondo às necessidades de conservação, sem a preocupação de manutenção de sua integridade e autenticidade.

De acordo com a Carta de Atenas (ICOMOS, 1933) a dinâmica das transformações sociais e econômicas causam, na mesma proporção, transformações das dimensões arquitetônicas devido à busca pela novidade. Tomás Lapa e Silvio Zancheti (2002) afirmam que a grande questão da conservação integrada gira em torno do equilíbrio entre a busca pelo novo e a continuidade do que é antigo, visto que este deve permanecer, já que é parte integrante da identidade cultural de um povo. A gestão aparece, então, com o papel fundamental para fazer a mediação entre as necessidades de inovação e as necessidades de conservação por meio da utilização de ações estratégicas.

É importante destacar também que ações de conservação de um patrimônio urbano implicam o conhecimento prévio desse patrimônio por meio de estudos e pesquisas que auxiliem o planejamento e o devido cumprimento das ações. Para tanto, a presença de especialistas é essencial, nesse caso, não só pelo conhecimento adquirido, mas pela capacidade de transmiti-lo à população, pois o ideal é que a importância do patrimônio e a sua manutenção consigam abranger todos os envolvidos: população, especialistas e gestores. A Carta de Burra (ICOMOS, 1999) faz menção a essa questão quando afirma que para se fazer uma intervenção é necessário que se estude o patrimônio anteriormente a partir de qualquer fonte documental disponível, como também a necessidade de que se apresentem propostas justificativas antes de se interpor qualquer ação de conservação em um bem patrimonial.

A documentação acerca das decisões tomadas em relação ao patrimônio também deve ser considerada como fator essencial no processo de gestão do bem patrimonial, assim como

afirma o *English Heritage* na sua descrição acerca dos princípios da conservação: "registros acessíveis da justificação das decisões e das ações que as seguem são cruciais para a manutenção de uma conta cumulativa do que aconteceu com um lugar de significância, e entender como e porque o seu significado pode ter sido alterado" (ENGLISH HERITAGE, 2008, p.24, tradução nossa).

Compreende-se, portanto, que a conservação urbana integrada deve garantir a continuidade do patrimônio da UFPE para as gerações futuras e que a gestão institucional deve se portar como um meio de mediação entre a necessidade de conservação e as necessidades institucionais de inovação do Campus Universitário Joaquim Amazonas, para tanto, o planejamento estratégico surge como um importante instrumento de intercessão entre essas necessidades.

1.3 O planejamento estratégico como ferramenta de gestão na busca pela conservação integrada do patrimônio

No decorrer da presente pesquisa, a questão posta apontou para o universo da gestão como um dos pontos-chave a serem considerados na sua compreensão e em possíveis apontamentos conclusivos. É fato que a conservação do patrimônio e a gestão andam de forma associada, já que a primeira depende do bom planejamento da segunda para que alcance seus objetivos satisfatoriamente.

Tendo em vista sua importância, o conceito de gestão aqui considerado é definido por Buarque como:

Sistema institucional e arquitetura organizacional adequados e necessários para implementar a estratégia e o plano de desenvolvimento local sustentável, mobilizando e articulando os atores (organizações da sociedade) e os agentes (instâncias públicas), com seus diversos instrumentos, e assegurando a participação da sociedade no processo, para a execução e o acompanhamento das ações." (BUARQUE apud PONTUAL in ZANCHETTI, 2002, p.113)

A gestão das cidades, em meio a suas complexidades de relações econômicas, sociais e políticas, adotou o planejamento, originado no âmbito do desenvolvimento industrial, como instrumento para suas ações. De acordo com Buarque:

O planejamento é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a concretização dos objetivos de uma sociedade, (...), em um processo permanente de reflexão e análise para escolhas de alternativas que permitam alcançar determinados resultados desejados para o futuro. (BUARQUE, 2008, p.81)

É importante chamar atenção para o termo que apresenta o planejamento como um processo permanente de reflexão e análise, ou seja, é um processo que deve estar sempre ativo, definindo objetivos e buscando alternativas. A inexistência de um instrumento de planejamento relativo ao Campus Universitário Joaquim Amazonas impede a realização das reflexões permanentes para o correto tratamento de suas problemáticas, inclusive no que tange objetivos de um futuro mais distante. Ao que parece, a gestão do Campus lida apenas com as questões relacionadas ao presente, que já são consequência das problemáticas advindas da falta de planejamento no passado.

Além disso, o planejamento é uma ferramenta de gestão baseada nos seguintes princípios: participação, compromisso, responsabilidade e integração. Tais princípios significam que o planejamento exige a participação de todos os interessados (especialistas, atores sociais e poder público), seja na tomada de decisões, seja na execução das ações, seja no compartilhamento das decisões ou no estabelecimento de vínculos entre as decisões e a execução das ações (PONTUAL in ZANCHETTI, 2002). Buarque corrobora com a ideia quando traz a definição de planejamento participativo:

O planejamento participativo é o processo de tomada de decisões com o envolvimento dos atores sociais diretamente interessados e comprometidos com o futuro da localidade, vale dizer, com o ativo comprometimento da sociedade organizada com seus múltiplos interesses e visões de mundo. Trata-se de implementar e assegurar um processo de decisão compartilhada sobre as ações necessárias e adequadas ao desenvolvimento local, envolvendo, portanto, todos os segmentos da sociedade, desde a compreensão e o

conhecimento da realidade até a definição e a implementação das ações prioritárias para o desenvolvimento. Tal planejamento deve criar as condições para o confronto dos saberes diferenciados da sociedade – cada grupo pensando e refletindo sobre a sua plataforma como ator social com sua posição diversificada na estrutura social – e destes com o conhecimento técnico e racional. (BUARQUE, 2008, p.83)

A aplicação do planejamento participativo, onde o envolvimento de todas as instâncias representativas é essencial para a escolha e implantação de tomadas de decisões não é uma realidade no objeto de estudo da pesquisa quanto à sua conservação. Não há registros ou indícios do envolvimento dos diversos atores que compõem a comunidade universitária sobre a questão de seu patrimônio, o que se entende como a configuração de um cenário de gestão prejudicial ao desenvolvimento do processo de conservação do Campus.

Frente à realidade de que os objetivos e interesses dentro de uma sociedade são muito variáveis, o planejamento aparece com um papel de mediador técnico e político. Ou seja, o planejamento possui “uma conotação técnica e racional de formulação e suporte para as escolhas da sociedade” (BUARQUE, 2008), como também uma conotação política, já que “toda decisão e definição de objetivos passa por interesses e negociações entre atores sociais” (BUARQUE, 2008). Todas as representações são importantes, portanto, na eficiente aplicação do planejamento, não devendo haver exclusão, seja da conotação técnica, seja dos grupos sociais, seja da mediação política.

O Campus Universitário Joaquim Amazonas, no que diz respeito a conservação de seu patrimônio, se depara com uma realidade em que o planejamento, enquanto instrumento mediador, não existe, como também não há o aporte técnico e as escolhas sociais. De fato, o processo de gestão em relação ao espaço físico do Campus funciona por meio da hierarquia institucional onde os atores políticos determinam as ações e os técnicos apenas desenvolvem-nas sem que haja discussões sobre o assunto.

Outro conceito referente ao planejamento trazido por Buarque, o planejamento local, continua na mesma linha de raciocínio da necessidade de correlação entre embasamento

técnico e relações políticas que vão culminar na escolha e implantação das ações indicadas para alcançar os objetivos desejados.

O planejamento local é o processo de decisão - tecnicamente fundamentada e politicamente sustentada – sobre as ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável em pequenas unidades político-administrativas com relativa homogeneidade socioeconômica e ambiental. (BUARQUE, 2008, p.83)

Restringindo os conceitos relacionados à gestão para a questão da conservação do patrimônio, de la Mora traz a seguinte definição:

A Gestão do Patrimônio é um campo interdisciplinar e inter-setorial de conhecimentos e práticas que apoiam processos de tomada de decisões estratégicas e operacionais de ordem prática, orientados para conservação dos valores patrimoniais integrada ao desenvolvimento urbano. (DE LA MORA in LACERDA; ZANCHETTI, 2012, p.115)

Anteriormente, demonstrou-se a importância do envolvimento das diversas representações da sociedade no planejamento: especialistas, governo e grupos sociais. No caso da gestão patrimonial, de la Mora aponta para o fato de que o aporte dos especialistas é imprescindível, já que é exigida uma especificidade relacionada ao conhecimento da conservação integrada que o planejamento de outras instâncias da cidade não exige.

Quando se destaca a especificidade da gestão patrimonial não queremos dizer que seus princípios sejam totalmente diferentes da gestão urbana ou da gestão pública de modo geral na área da educação, saúde, infraestrutura, habitação, saneamento, etc., mas evidenciar que, dada a escassa importância que os governos, promotores imobiliários e usuários geralmente conferem às políticas de preservação, exige-se dos gestores uma maior clareza conceitual, segurança e domínio de habilidades técnicas que os tornem capazes de advogar a importância da conservação do patrimônio para a sustentabilidade da política urbana como um todo e a melhoria da qualidade devida da população. (DE LA MORA in LACERDA; ZANCHETTI, 2012, p.116)

Não apenas o aporte técnico, mas o interesse dos gestores responsáveis pela conservação do patrimônio, em possuir maior conhecimento acerca do patrimônio, para que, no desenvolvimento de seu papel de mediador, possam, de fato, defender a conservação do bem, é fator essencial no processo, fator esse, também não identificado na gestão do Campus Universitário Joaquim Amazonas.

Na gestão patrimonial em questão, a ferramenta de gestão utilizada é o planejamento estratégico, que, juntamente com a teoria do desenvolvimento sustentável e da conservação busca melhores soluções de conservação com menos perdas, seja na instância social, econômica ou material de um bem patrimonial (PONTUAL in ZANCHETI, 2002). Para tanto, alguns pré-requisitos são necessários na elaboração de um planejamento estratégico de conservação do patrimônio:

- *Promover a sensibilização da sociedade para a importância dos bens culturais;*
- *Garantir a manutenção e conservação das qualidades e dos valores da configuração urbana e arquitetônica;*
- *Assegurar a manutenção do que existe de específico, de irreprodutível, de não renovável, incorporando novos objetivos econômicos e sociais;*
- *Promover o contínuo monitoramento do estado de conservação e das estratégias de sustentação.* (PONTUAL, in ZANCHETI, 2002, p.114)

Tanto a utilização do planejamento estratégico como ferramenta para a conservação, quanto seus pré-requisitos, não foram implantados no objeto de estudo em nenhum momento no desenvolvimento de sua história e a perda resultante dessa lacuna pode ser irreduzível para a salvaguarda de alguns fatores relacionados à sua condição de integridade.

O planejamento estratégico de conservação do patrimônio é desenvolvido em quatro fases distintas entre si, porém simultâneas temporalmente. São elas: análise e valorização; negociação; proposições; monitoramento e controle. A fase de análise e valorização é o levantamento de dados e informações referentes ao patrimônio material e imaterial na formação de um diagnóstico que possua sua história, situação atual, valoração e condição de integridade física e funcional, bem como um prognóstico acerca de limitações e problemáticas futuras. A fase da negociação são as mediações feitas por meio da

representação política frente aos conflitos de interesses e objetivos dos diversos atores sociais. A fase das proposições é a escolha das alternativas destinadas à conservação do patrimônio, seja de ordem técnica, financeira ou política. Por fim, a fase do monitoramento e controle é a avaliação das condições físicas do patrimônio, mensurando o estado atual e possíveis riscos futuros decorrentes de intervenções planejadas ou situações imprevistas (PONTUAL, in ZANCHETI, 2002).

O caminho a ser seguido na gestão patrimonial do Campus Universitário Joaquim Amazonas é de grande complexidade, no entanto, é possível afirmar que, talvez, o maior desafio da implantação de um possível planejamento estratégico de conservação para o patrimônio em questão seja garantir sua salvaguarda em meio ao contexto de alta dinamicidade da comunidade universitária. Manter sua valoração, seus significados e sua integridade frente à avalanche de mudanças institucionais, à diversidade de ideologias bem como à realidade de constantes necessidades de expansão do Campus em curtos espaços de tempo, é um árduo e complexo desafio.

2. DO SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES À PATRIMONIALIZAÇÃO DOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS MODERNOS

Pretende-se aqui contextualizar o surgimento das primeiras universidades na Europa e nos EUA, a partir de necessidades específicas e contextualizações próprias, bem como o surgimento e as características do termo campus universitário, trazendo posteriormente para a criação da primeira universidade brasileira e a tentativa frustrante de torná-la um padrão para todas as universidades brasileiras.

Após a compreensão do contexto histórico, pretende-se promover a contextualização patrimonial com a identificação dos *campi* universitários de caráter modernista, cuja importância e qualidade de seus projetos tornaram-nos integrantes da lista da UNESCO enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade.

Por fim, pretende-se contextualizar o Campus Universitário Joaquim Amazonas dentro do universo movimento modernista tomando por base os valores da arquitetura moderna de suas edificações e seu plano urbano a fim de configurá-lo como um patrimônio urbano que possui necessidades específicas de conservação e salvaguarda.

2.1 O surgimento das universidades na Europa e nos EUA

O vocábulo universidade tem origem na Europa medieval. Naquela época, existia um tipo de corporação formada por mestres e estudantes "que recorriam à associação corporativa para afirmar sua força e obter certa autonomia em relação aos poderes religioso e civil" (PINTO; BUFFA, 2009, p. 22). Tais corporações eram conhecidas por *universitas* ou *studium*, no entanto, foi o primeiro termo que prevaleceu para designar a terminologia universidade que se conhece atualmente. Seu significado original era "ensino aberto a todos, clérigos e leigos" (PINTO; BUFFA, 2009, p.23). Hoje, seu conceito é entendido como "universalidade do saber" (PINTO; BUFFA, 2009).

Nesse período, o ensinamento dos mestres não era feito em nenhum local devidamente construído para aquele fim. O saber era ministrado onde possível, geralmente no térreo das casas, que era o espaço destinado à cozinha e às oficinas, sem nenhuma privacidade ou separação das demais atividades desenvolvidas ali.

A organização pedagógica era caracterizada pela ausência de classes ou séries por nível de conhecimento, onde todos os alunos “assistiam às mesmas lições por tanto tempo quanto permitissem seus recursos e exigissem suas ambições” (PINTO; BUFFA, 2009, p.25).

A ambição poderia ser concluir a Faculdade de Artes, conquistar a licença e tornar-se, assim, um mestre em Artes, ou então concluí-la e dirigir-se aos cursos de Medicina, Direito ou Teologia e, depois, dedicar-se a essas profissões. Nesse caso, a Faculdade de Artes, onde se estudavam as sete artes liberais, isto é, o ‘trivium’ – retórica, dialética e filosofia – e o ‘quadrivium’ – geometria, aritmética, música e astronomia –, era propedêutica às faculdades superiores. (PINTO; BUFFA, 2009, p.25)

Com o crescimento das cidades e a intensificação do comércio, o número de *universitas* também aumentou. Os alunos passaram a ficar alojados em hospedarias e os mestres passaram a ensinar nesses estabelecimentos. O número de mestres crescia e consequentemente o de estudantes também, o comércio aquecia com o aumento do número de consumidores e as cidades cresciam a partir dessa relação. Todo esse quadro gerou a necessidade de adaptação dos espaços para atender a crescente demanda (PINTO; BUFFA, 2009). Ao que parece, desde a implantação das *universitas* no período medieval, a relação complicada entre o espaço físico e as demandas institucionais já era uma problemática real, bem como as precárias tentativas de solucioná-la.

Começavam, nesse momento, grandes transformações na pedagogia e na configuração dos espaços e tempos de ensino. A reunião de muitos estudantes e mestres num mesmo local passou a exigir, necessariamente, novas regras de disciplina, de conduta e de aprendizagem. Os espaços de ensino tiveram de ser reorganizados de forma que atendessem mais eficientemente a essa nova realidade; no entanto eram espaços adaptados por meio de reformas ou de pequenas ampliações que geralmente resultavam em construções de relativa precariedade. (PINTO; BUFFA, 2009, p.27)

A partir do séc. XV, as *universitas* começaram a almejar a construção de edifícios que viessem a atender às necessidades da existência de espaços funcionalmente voltados ao ministério de aulas, reuniões e, também, à necessidade de construção de bibliotecas físicas para o alojamento dos livros que dispunham, começando assim, a surgirem as primeiras edificações construídas para atender tal finalidade. Nesse caso, é interessante perceber que as transformações do espaço físico com o surgimento das novas edificações para abrigar as universidades desencadearam transformações sociais que modificaram a essência da relação entre mestres e alunos, entre o ensino e a aprendizagem (PINTO; BUFFA, 2009).

O surgimento dos prédios e das bibliotecas acarretou algumas transformações nas condições de ensino. Como afirma Verger, ministrado num ambiente majestoso, o ensino tornou-se uma cerimônia, modificando assim a relação pedagógica entre o mestre e seus discípulos (...). A elegância do estilo e a perfeição formal tornaram-se forte preocupação dos professores do século XV, diferentemente dos escolásticos do séc. XIII, para quem a sofisticação do estilo poderia deformar as ideias. (PINTO; BUFFA, 2009, p.29-30)

Do ponto de vista urbanístico, na Europa, o surgimento dos novos edifícios manteve uma relação estreita com o desenvolvimento das cidades. De acordo com Gelson Pinto e Ester Buffa (2009), a partir daí surgia uma nova categoria de edificações urbanas. As primeiras implantações se deram nos limites das cidades e, posteriormente, outros edifícios iam surgindo em suas proximidades. Dessa forma, a malha urbana da cidade ia se conformando como uma mescla dos edifícios urbanos e escolares.

Observando o mapa de localização dos ‘colleges’ e ‘halls’ de Oxford, percebemos com clareza essa mescla entre a cidade e os diversos edifícios da Universidade. Esse não é um caso isolado; praticamente em todos os países europeus, essa inter-relação com a cidade era comum. O território da escola definia-se por seus edifícios, e não por um sítio, isto é, uma área delimitada, fechada e apartada da cidade. As escolas se integravam à malha urbana e constituíam elementos de seu crescimento. O conjunto de escolas e a cidade não eram divididos por limites físicos que as separassem; o limite da escola, como dissemos, era seu próprio edifício e, ao redor, a cidade fluía e crescia livremente. Como não poderia deixar de ser, em Oxford, Cambridge ou Paris, as universidades tentavam implantar seus edifícios próximos uns dos outros. (PINTO; BUFFA, 2009, p.34)

Nos Estados Unidos da América (EUA), o modelo conhecido como campus universitário foi pioneiramente implantado e difundido para outros países. De acordo com Gelson Pinto e Ester Buffa (2009), a implantação da Universidade da Virgínia no ano de 1819, por Thomas Jefferson, foi a responsável por tal pioneirismo:

Um eixo no sentido norte-sul, traçado na planta de uma antiga fazenda, foi a base do projeto do câmpus dessa universidade. No final dessa linha, ao sul, foi definido o local da biblioteca; perpendicularmente a ela, diversos outros eixos estabeleceram o local dos demais edifícios que comporiam o câmpus. Estava determinado mais um novo e inédito espaço para o ensino e o aprendizado: o câmpus universitário. Uma iniciativa inédita no que se refere tanto aos planos educacionais quanto ao espaço destinado à formação universitária e que, posteriormente, foi repetido por todo os EUA e, em proporções mais modestas, em outros países. (...)

O projeto (...) distanciava-se propositadamente de forma radical das iniciativas europeias, sobretudo das inglesas. Propunha um território extenso e fechado, longe das cidades e projetado detalhadamente com o objetivo de oferecer formação integral ao estudante. O câmpus deveria ser, como de fato foi, uma pequena cidade: possuir equipamentos, serviços e todas as facilidades possíveis que uma cidade poderia oferecer. O aluno poderia viver e dedicar-se integralmente aos estudos, sem preocupações nem interferências "nocivas" das cidades. O território para o ensino e o aprendizado ampliava-se do prédio para o câmpus, uma grande área projetada, fechada e com regras, costumes e leis próprias. (PINTO; BUFFA, 2009, p.37-38)

São características do projeto da Universidade da Virgínia: a utilização de eixos monumentais, a implantação isolada das edificações, a utilização de vastos jardins na composição do plano, a caracterização funcional das edificações e a preocupação com a iluminação e ventilação. Tais princípios se tornaram base para outros projetos e passaram a incorporar a ideia de campus universitário.

Nos EUA, os câmpus tornaram-se verdadeiras cidades especiais, cercadas, com o decorrer do tempo, pela malha urbana das cidades próximas existentes, mas continuamente fechadas, com seu território definido e limitado e com o privilégio de estabelecer, dentro de certos limites, suas normas, regras e padrões. O câmpus tornava-se o território de privilegiados: local destinado à formação de dirigentes, à pesquisa e à

produção científica sem a interferência nefasta das cidades. (PINTO; BUFFA, 2009, p.37-38)



Fig.1 Campus da Universidade da Virgínia.

Fonte: < http://coisasdaarquitectura.files.wordpress.com/2012/02/clip_image004.jpg>

Alípio Castello Branco também afirma que esse modelo de universidade é influência americana, apesar dos EUA não terem a totalidade de suas universidades projetadas para funcionarem de forma independente e segregada em relação à cidade (MEC, 1984). Há situações em que a cidade se desenvolveu a partir da universidade, como é o caso da cidade de Ann Arbor e da Universidade de Michigan (ADHYA; AMORIM, 2005).

Os ideais americanos característicos do campus universitário como um local para formação de dirigentes da nação e afastados das más influências e interferências das cidades podem ser percebidos nos ideais de fundação da primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) e no objeto de estudo da pesquisa, a Universidade do Recife (UR), respectivamente.

2.2 A criação da universidade brasileira

No Brasil, as primeiras universidades criadas foram: a Universidade do Rio de Janeiro em 1920 (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), a Universidade de Minas Gerais em

1927 e a Universidade de São Paulo em 1937. Nessa época, o contexto político, econômico e cultural pelo qual o país passava já trazia a necessidade de expansão do ensino superior (FÁVERO, 1999, p.17). Até o período da Reforma Universitária de 1968, a criação das universidades no Brasil acontecia pela ligação de faculdades isoladas, cujo elo de intercessão era a reitoria, como é o caso das três universidades citadas e também da UR, fundada em 1946. Vale ressaltar que houve tentativas anteriores de criação de universidades no país: Universidade de Manaus em 1909, Universidade de São Paulo em 1911 e Universidade do Paraná em 1912. Contudo, tais universidades não obtiveram sucesso e logo foram extintas. Fávero afirma que tiveram uma "existência efêmera e precária" (FÁVERO, 1999, p.17).

A década de 20, de acordo com Alípio Castello Branco (MEC, 1984), é marcada por um contexto de debates que discorriam sobre o modelo ideal de universidade que deveria ser implantado no Brasil, onde se faziam presentes tanto correntes contrárias ao modelo de organização caracterizado pela reunião de faculdades, quanto favoráveis. O autor afirma ainda que o movimento em prol da Universidade Brasileira teve início na Escola de Engenharia, expandindo posteriormente para outras áreas, inclusive para a Educação. Segundo ele, o modelo almejado era aquele que originariamente advinha dos EUA:

O modelo revela o declínio da influência europeia [sic] na cultura brasileira, e o avanço do prestígio das instituições e do modo de vida americanos entre os grupos progressistas das camadas médias e superiores da nossa sociedade. [...]

É, portanto, sob a influência americana que, naquela época, se propunha a Universidade reunida num mesmo lugar, tanto como condição para sua integração e visibilidade como instituição unitária, quanto para o desenvolvimento de uma comunidade com consciência de classe. O território universitário deveria ser planejado não só como um lugar de trabalho, mas, também, de moradia, de jogos e de recreio, de modo, inclusive, a acolher os alunos do interior. A proposta defendia a ideia [sic] do lugar da Universidade como um território isolado, de forma a segregar a comunidade universitária e protegê-la, especialmente os professores, da influência mercenária, nociva à vida universitária. (MEC, 1984, p.18)

Paralelamente aos debates, em 1920, é criada a URJ, sendo a primeira universidade instituída legalmente pelo governo federal. Ela reuniu inicialmente três instituições de ensino superior

previamente existentes: Escola Politécnica, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Faculdade de Direito e tinha como objetivo "estimular a cultura da ciência, estreitar entre os professores os laços de solidariedade individual e moral e aperfeiçoar os métodos de ensino" (Decreto nº 14.572, Art.1º apud FÁVERO, 1999, p.18). O modelo criado diferia grandemente daquele modelo considerado ideal para as universidades brasileiras, visto que se configurava apenas em reunir politicamente as três instituições citadas, não havendo a união física-espacial.

A administração da URJ ficava ao encargo do Reitor e do Conselho Universitário, no entanto, cada uma das unidades que formava a Instituição possuía autonomia didática e administrativa cuja formação organizacional era a seguinte (Decreto-Lei nº 19.852/31): a) Diretor (órgão executivo da administração), Conselho Técnico-Administrativo (órgão deliberativo) e Congregação (órgão superior na direção didática). Tal estrutura organizacional tomou por base o Decreto 19.851/31, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras.

O primeiro reitor da URJ, professor Ramiz Galvão⁷, enxergava essa conformação como deficiente para que pudessem ser alcançados os objetivos da instituição, justificando que não havia ligação entre as escolas, nem mesmo de proximidade espacial por meio da localização. Tal fato já demonstrava a necessidade da implantação de um campus que pudesse proporcionar a aproximação física das instituições formadoras da Universidade e, conseqüentemente, incentivar a ligação social.

De acordo com Fávero, a criação da URJ desencadeou um reavivamento de debates acerca da educação voltada para o ensino superior brasileiro, cujos temas mais discutidos são elencados por ela:

(...) concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária; se o modelo a ser adotado no Brasil deve ser único ou cada

⁷ A informação mencionada foi retirada do site da UFRJ. Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA>. Acesso em: 13 dez. 2011.

universidade deverá ser organizada de acordo com suas condições peculiares e as da região onde se localiza. (FÁVERO, 1999, p.19)

Em 1937, a URJ passou a ser denominada Universidade do Brasil (UB) numa tentativa estratégica do Ministro da Educação e Saúde da época, Gustavo Capanema, de transformá-la no modelo de universidade que viria a ser seguido por todo o país, cuja implantação seria feita a partir do padrão de campus universitário.

Quinze escolas já faziam parte de sua composição quando da transformação em UB, 17 anos após sua implantação, no entanto, apesar da notável expansão institucional demonstrada pelo considerável aumento do número de unidades de ensino superior integrantes de sua formação, o caráter segregado das instituições, característico da época de sua fundação, ainda permanecia nesse período.

A primeira universidade instituída no país já trouxe consigo, nos primeiros capítulos de sua história, o complicado processo para escolha do local e implantação do campus que abrigaria sua estrutura física e urbana. Tal escolha levou em consideração os seguintes locais: Niterói, Petrópolis e Rio de Janeiro, então capital do país, nos bairros de Praia Vermelha, Leblon, Manguinhos, e Quinta da Boa Vista, sendo este último, o eleito. A ideia difundida pelo Ministro era de que a Universidade do Brasil seria um instrumento para formação da elite nacional, de onde sairiam inclusive os dirigentes da nação. Por isso, ele defendia a localização para instalação da cidade universitária no centro do Rio de Janeiro, cujo argumento de justificação era baseado na existência da grande massa culta da população da cidade naquela área.

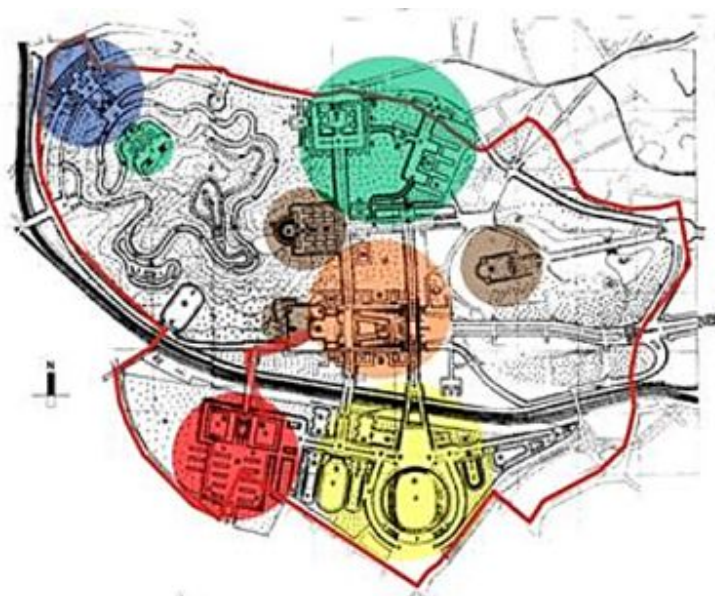
Após o dilema da localização vieram as propostas do plano urbano apresentadas por três equipes de arquitetura distintas em momentos também distintos. A primeira foi coordenada pelo arquiteto italiano Marcelo Piacentini, a segunda pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier e a última, pelo brasileiro Lúcio Costa. Cada uma delas utilizava como base a proposta anterior, para, a partir dela, desenvolver uma nova proposta, mas nenhuma delas foi aprovada.



Projeto Le Corbusier

LEGENDA

- setor médico ou centro médico
- setor direito, filosofia e reitoria
- setor belas artes
- setor esportes
- setor engenharia
- setor residencial



Projeto Marcello Piacentini

LEGENDA

- setor médico ou centro médico
- setor direito, filosofia e reitoria
- setor belas artes
- setor esportes
- setor engenharia
- setor residencial

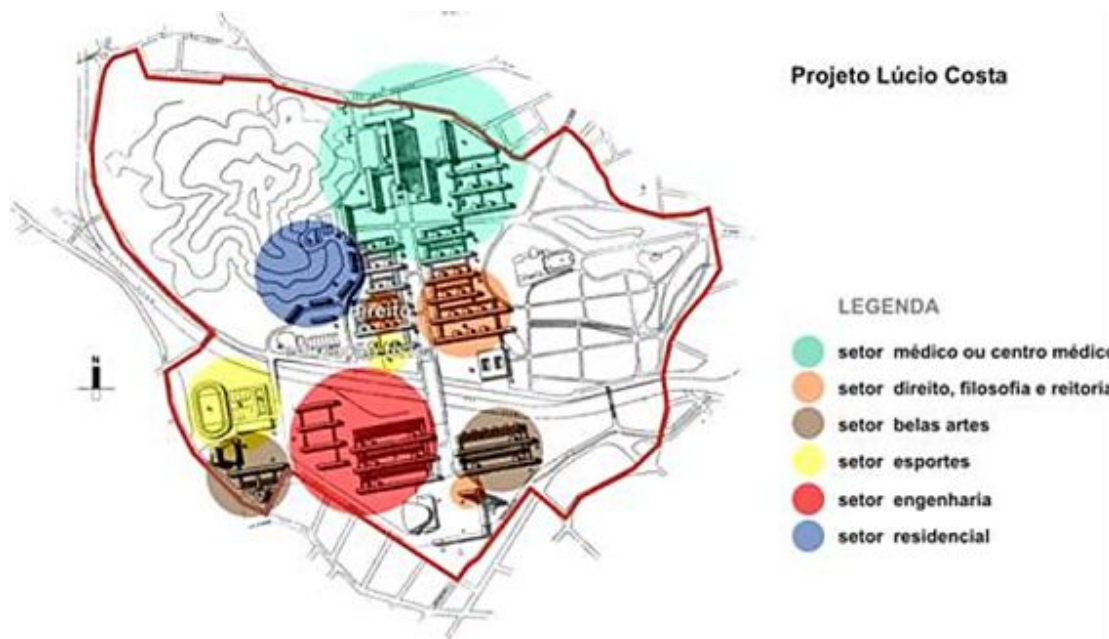


Fig.2 Propostas de plano urbano para a UB.

Fonte: ALBERTO, p.13.

Em 1945, a localização da cidade universitária foi transferida para uma ilha na zona norte do Rio de Janeiro criada por meio da junção de nove ilhas menores, conhecida como Ilha do Fundão. A construção do campus universitário foi iniciada em 1949 e sua inauguração ocorreu apenas em 1972. O projeto escolhido para ser elaborado nessa área foi coordenado pelo arquiteto Jorge Moreira Machado, que tinha feito parte de duas das três comissões anteriores, as coordenadas por Le Corbusier e por Lúcio Costa. Sua proposta para implantação da Universidade do Brasil apresentava um plano de eixos ortogonais onde vias de menor hierarquia eram responsáveis pela interligação dos edifícios implantados ao longo dos eixos. A concepção de campus universitário demonstrada no plano citado é a seguinte, de acordo com descrição de Gelson Pinto e Ester Buffa:

"o câmpus era, e ainda é, uma região delimitada que reúne unidades de ensino e pesquisa, alguns serviços imprescindíveis para sua manutenção e para seus usuários e uma administração centralizada nas reitorias e nas prefeituras. O modelo foi praticamente definido pelas comissões que iniciaram anteriormente os estudos para implantação da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. A cidade é o aglomerado urbano que começa a partir dos limites do câmpus e onde se situam os

recorrer às intervenções físicas no intuito de dirimir as deficiências que o programa arquitetônico apresentava, resolução essa, que nem sempre se mostrava eficiente.

A Universidade do Brasil foi a pioneira, em território nacional, a planejar a chamada cidade universitária e, a partir dela, a ideia foi difundida pelo país (MEC, 1984), no entanto, a Universidade criada para ser um modelo de instituição de ensino superior a ser seguido, encontrou uma série de dificuldades na sua trajetória de implantação. De um lado, os entraves de ordem política e de ordem econômica culminaram em um longo intervalo de tempo entre a concepção do plano urbanístico e sua inauguração. Por outro lado, a dinâmica das transformações relativas às demandas institucionais ocorria com grande celeridade, de forma que o planejamento físico não conseguia acompanhar o planejamento institucional. Essa é a realidade da Universidade modelo do país cuja problemática referente ao seu planejamento físico terminou por ser copiada em grande parte das universidades federais brasileiras, inclusive a UFPE.

2.3 Campi universitários latino-americanos integrantes da lista de Patrimônio Mundial da UNESCO

Visto que o objeto da pesquisa é um patrimônio urbano caracterizado como campus universitário, fez-se necessário identificar a existência de um contexto em que a concepção valorativa deste tipo de conjunto espacial urbano tenha levado ao seu reconhecimento enquanto patrimônio e sua consequente conservação. Para tanto, foram levantados três complexos universitários que são reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade: a Cidade Universitária de Caracas, a Universidade Nacional do México e a Universidade de Brasília, os quais contribuem para a formação desse contexto.

2.3.1 A Cidade Universitária de Caracas

A Cidade Universitária de Caracas (CUC), campus sede da Universidade Central da Venezuela, integra a lista da UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade desde 30 de novembro do ano 2000. É considerada a obra prima do arquiteto Carlos Raúl Villanueva,

como também é tomada por muitos como a obra arquitetônica, urbanística e artística mais excepcional do país e, ainda, qualificada como cidade-museu por excelência⁹.

Villanueva era descendente de venezuelano, mas nasceu em Londres e morou na França, onde se formou arquiteto na *École des Beaux-Arts* de Paris. Aos 28 anos, em meados da década de 20, viajou pela primeira vez para a Venezuela e no ano seguinte se firmou definitivamente no país, onde passou a trabalhar como arquiteto para o Ministério de Obras Públicas, durante o regime ditatorial de Juan Vicente Gómez¹⁰.

A Universidade Central da Venezuela funcionava inicialmente em edifícios de origem religiosa, primeiramente o Seminário Santa Rosa de Lima e posteriormente o Convento de São Francisco, no entanto, no ano de 1942 foram iniciados os estudos para a instalação de um campus próprio, resultado do crescimento observado a partir do séc. XX. Fatores como a dispersão das Escolas pertencentes à Instituição em pontos diversos da cidade e, conseqüentemente, problemas de fragmentação no seu funcionamento, bem como o crescimento acelerado do número de alunos, foram determinantes na decisão de se reunir em um único local, na periferia de Caracas, a Cidade Universitária, substituindo, assim, aquele modelo tradicional de universidade localizada no centro urbano pelo modelo do campus universitário difundido pelo movimento moderno¹¹.

A CUC se estende por uma área de 202,53 hectares localizada no centro geográfico da cidade e é rodeada por suas principais vias e pelo Jardim Botânico. Foi projetada para funcionar como uma cidade jardim, onde suas mais de sessenta edificações de diferentes volumetrias são todas envoltas por amplos jardins, configurando-se como um espaço aberto, permeável, integrado e protegido da luz e do calor característicos do clima tropical¹².

⁹ *Ciudad Universitaria de Caracas*. Disponível em: <centenariovillanueva.org>. Acesso em: 19 nov. 2014.

¹⁰ *Ciudad Universitaria de Caracas*. Disponível em: <centenariovillanueva.org>. Acesso em: 19 nov. 2014.

¹¹ *Ciudad Universitaria de Caracas*. Disponível em: <centenariovillanueva.org>. Acesso em: 19 nov. 2014.

¹² Disponível em: www.ucv.ve.



Fig.4 Vista aérea campus- CUC.

Fonte: Disponível em:

<<http://fundamemoria.tripod.com/sitebuildercontent/sitebuilderpictures/ucvaerea.jpg>>

O autor da CUC idealizou as edificações para que possuísem liberdade de desenvolvimento gradual individual, porém, articuladas entre si por meio de um passeio de traçado orgânico. Os edifícios formadores do campus possuem implantação baseada em um zoneamento funcional dividido em dez áreas. Além disso, apresentam características marcantes como a proteção climática por meio de *brises soleil*, fachadas contínuas, estruturas em concreto armado, volumes sobre pilotis, planta livre e fechamentos com paredes vazadas. Percebe-se que os ideais modernistas são fortemente utilizados no projeto, no entanto, tais ideais foram

trabalhados em conjunto com uma reinterpretação moderna de elementos espaciais da arquitetura colonial venezuelana.



Fig.5 Biblioteca Central- CUC.

Fonte: Disponível em: <<https://patrimoniocuc.wordpress.com/2010/05/31/el-edificio-de-la-biblioteca/>>



Fig.6 Hospital Universitario- CUC.

Fonte: Disponível em: <<http://www.fotolog.com/mmrrcc/70098720/>>

A Cidade Universitária de Caracas destaca-se, também, por sua integração entre as artes, onde, ao longo de todo o campus, as obras arquitetônicas dialogam com obras de arte presentes nos jardins, cobertas, paredes e janelas das edificações, configurando a área como um museu ao ar livre. Murais, mosaicos, vitrais e esculturas de artistas abstrato-geométricos, construtivistas, surrealistas, e figurativos renomados do século XX são os tipos de obras que fazem parte da grande composição arquitetônica e artística característica da CUC (UCV, 2014).

A UNESCO define a condição de integridade no documento de nomeação da CUC na lista de Patrimônio Mundial:

A Cidade Universitária de Caracas continua a manter a unidade dos projetos desenvolvidos por Carlos Raúl Villanueva. Vulnerabilidades técnicas estão relacionadas ao comportamento e deterioração dos materiais de construção e estruturas, especialmente as estruturas de concreto, que depois de mais de 50 anos estão apresentando desafios para a sua conservação, bem como questões estruturais relacionadas com as condições do solo. Outro problema é o destacamento de materiais de revestimento, tais como mosaicos das fachadas de alguns edifícios. Tendo em vista o aumento da população estudantil, de 6.000 para 50.000 atualmente, e o crescimento futuro antecipado, infraestruturas [sic] e redes tecnológicas devem ser atualizados. Mudanças no uso resultaram em expansão ou subdivisão de espaços, bem como a introdução de instalações técnicas e equipamentos, realizados sem controle de sua qualidade e adequação ao contexto arquitetônico. Um programa de acompanhamento sistemático foi estabelecido para as obras de arte, mas a manutenção destes é difícil de financiar. A propriedade também é vulnerável à instabilidade social. (UNESCO, 2015, tradução nossa)

As características que definem a CUC como um patrimônio arquitetônico de traçado modernista também são identificadas nas concepções originárias do Campus Joaquim Amazonas, como: a criação de uma cidade jardim, a permeabilidade das edificações por meio dos pilotis, a preocupação com o fator climático e o uso do concreto armado. Cada um deles trabalhou os requisitos citados, com as devidas adaptações regionais, resultando em conjuntos urbanos de grande qualidade arquitetônica. No entanto, os dois campi

universitários apresentam em comum, também, os fatores de degradação de sua condição de integridade.

2.3.2 A Universidade Nacional do México

A Lei de criação da Universidade Nacional do México (UNAM) data de maio de 1910 e é fruto dos esforços de Justo Sierra Mendez, professor da Escola Nacional Preparatória e Secretário do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes. Sua inauguração aconteceu no mês de setembro do mesmo ano, mas apenas em 1954 suas atividades passaram a ser desempenhadas no campus construído para abrigar a Universidade. O papel educativo, a autonomia, a liberdade acadêmica, o caráter laico do ensino e a participação dos alunos são valores que a Universidade incorpora desde os esforços de Mendez para sua instituição (UNAM).

Em 1945 foi aprovada a Lei para a fundação e construção da cidade universitária da UNAM. Seu plano urbanístico foi desenvolvido por Mario Pani e Enrique del Moral, vencedores do concurso da Escola Nacional de Arquitetura para tal fim. Foram selecionados, também, arquitetos para o desenvolvimento de cada edificação do plano de forma individual. Para que houvesse harmonia e unidade do conjunto, apesar da diversidade de arquitetos envolvidos, Mario Pani e Carlos Lazo, encarregados da Direção do Projeto do Conjunto, desenvolveram os espaços livres entre as edificações. A força do projeto era uma fácil comunicação entre escolas, alunos, professores e pesquisadores. Economia, ordem e rapidez de cada um dos projetos, permitiram que o Campus fosse construído em menos de três anos, até 1952, no entanto até 1954 ainda foram desencadeadas obras de conclusão dos edifícios, bem como da estrutura de apoio, transporte e moradia, sendo o campus oficialmente entregue a comunidade universitária apenas nesse ano. Mais de sessenta arquitetos, engenheiros e artistas foram responsáveis pela sua concepção e construção (UNAM).

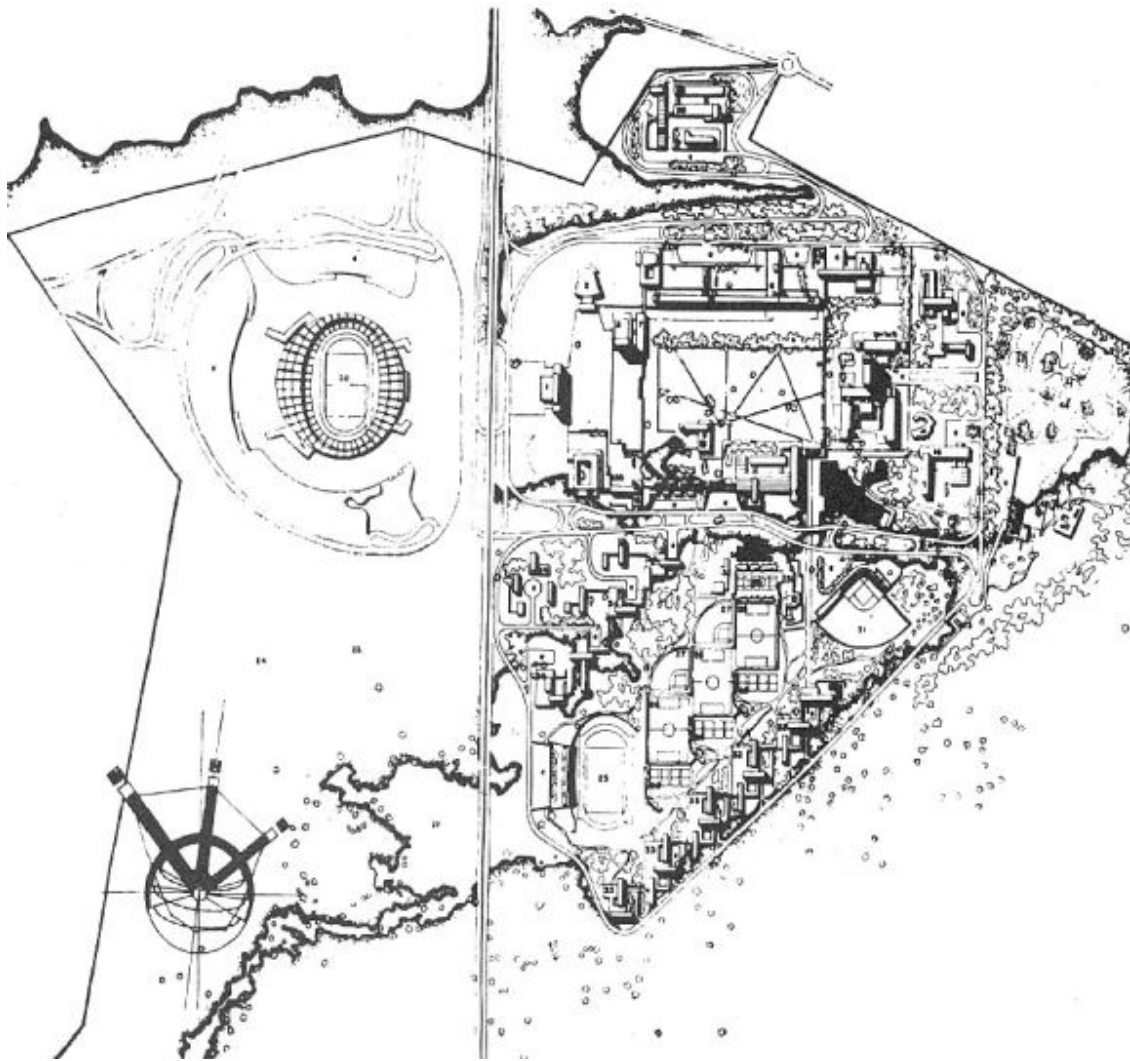


Fig.7 Plano Urbano de Mario Pani e Enrique del Moral, 1954- UNAM.

Fonte: Disponível em: < <https://icaronycteris.tumblr.com/post/25971950603/plan-maestro-de-ciudad-universitaria-m%C3%A9xico-df>>.

O traçado original do plano urbanístico da cidade universitária da UNAM tem por base uma setorização funcional dividida em três grandes zonas: estádio olímpico, zona escolar e campos desportivos (UNAM). O Estádio Olímpico foi a primeira obra a iniciar sua construção dentro do plano, com capacidade para oitenta mil espectadores, possui 42 túneis de acesso e foi o primeiro estádio internacional a ter uma cabine de comunicação projetada especificamente para transmissão. A cabine fica localizada no alto do estádio e proporciona uma vista completa e privilegiada não apenas da edificação, como de todo o campus. Possui

em sua fachada um grande mural intitulado '*La Universidad, la familia y el deporte en México*', composto por pedras naturais, obra do renomado artista mexicano Diego Rivera (UNAM).



Fig.8 Estádio Olímpico- UNAM.

Fonte: Disponível em: <<http://www.mexicovivo.com.mx/detalle.php?cat=8&contenido=52>>

A zona escolar é dividida em cinco subzonas: i. administração e serviços: formada pela torre da Reitoria, um prisma com doze pavimentos localizado em frente ao estádio e pela Biblioteca Central, uma grande caixa purista revestida em suas quatro faces por murais que contam partes da história da cidade, obras do arquiteto e pintor Juan O’Gorman; ii. humanas: localizado ao norte do campus; iii. ciências biológicas: localizado no extremo oposto do Estádio Olímpico, engloba a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Medicina e o Instituto de Investigações Biomédicas; iv. ciências: localizado no centro do Campus caracteriza a porção vertical dentro de um contexto de concepção marcadamente horizontal e é composta pela Faculdade de Química, Faculdade de Engenharia, Torre de Ciências, a Unidade de Pós-Graduação e o Pavilhão de Raios Cósmicos; v. arte e museu: uma das grandes portas de acesso do campus, engloba a Faculdade de Arquitetura e o Museu Universitário de Ciências e Artes (MUCA).



Fig.9 Biblioteca Central- UNAM.

Fonte: Disponível em: < <http://worldheritagesites.tumblr.com/post/2483914077/biblioteca-unam-central-university-city-campus>>

Por fim, a zona dos campos desportivos, fruto do pensamento moderno de que o lazer e a prática de esportes são fundamentais para o bem-estar do homem, configura-se como o maior conjunto de quadras desportivas dentro de uma universidade em todo o continente. Seu grande destaque arquitetônico são os Frontões, obra fortemente elogiada na historiografia da arquitetura moderna.

A UNESCO também analisa a condição de integridade da UNAM:

Uma vez que todos os componentes físicos fundamentais do conjunto original permanecem e sem grandes mudanças introduzidas, a propriedade satisfaz as condições exigidas de integridade e autenticidade. O campus conserva inalterados seus componentes físicos essenciais: projeto urbano, edifícios, espaços abertos, sistema de circulação e áreas de estacionamento, paisagismo e obras de arte. Funções não mudaram ao longo do tempo. Os componentes físicos existentes, portanto, expressam os valores históricos,

culturais e sociais do conjunto, e sua autenticidade de projeto, materiais, substâncias, mão de obra e funções. (UNESCO, 2015, tradução nossa)



Fig.10 Frontões- UNAM.

Fonte: Arquivo UNAM, copyright. Disponível em:

<http://www.revistadelauniversidad.unam.mx/ojs_rum/index.php/rum/article/view/16117/17513>

A setorização funcional bem definida da UNAM também é característica do plano urbano original do Campus Universitário Joaquim Amazonas, no entanto, parece que a rapidez de construção do primeiro garantiu a consolidação completa de seu projeto original bem como influenciou positivamente em seu processo de conservação, o que não aconteceu no caso do objeto da pesquisa.

2.3.3 A Universidade de Brasília

No Brasil, a Universidade de Brasília (UnB), oficialmente inaugurada em abril de 1962, é parte integrante de Brasília, cidade localizada no centro do Brasil e capital política do país, cujo plano urbano e suas edificações constituem importante exemplar do urbanismo e da arquitetura moderna brasileira. Brasília foi inscrita na lista de bens do Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1987 e se configura como a maior área tombada do mundo, com 112,25 km². Visto que está inserido dentro dos limites da área de tombamento, o campus da UnB, denominado Campus Darcy Ribeiro, também se constitui como um bem tombado, embora não o seja de forma isolada, mas como parte de um conjunto urbano maior.

No Plano Piloto de Brasília, elaborado por Lúcio Costa, o Campus da UnB localizava-se entre a asa norte e o lago Paranoá, próximo ao Congresso Nacional e às edificações pertencentes à Esplanada dos Ministérios. Devido à proximidade com os edifícios destinados à administração do país, essa localização foi alvo de críticas e protestos, no entanto, terminou sendo consolidada e o campus foi implantado de acordo com o plano original.

O Campus da UnB foi idealizado para que o espaço físico dialogasse em perfeita harmonia com o projeto pedagógico que era proposto para a Instituição. Para tanto, foi formulado um Plano Orientador da Universidade de Brasília, que determinava que a implantação do Campus deveria ocorrer de forma gradual, seguindo a própria implantação institucional.

Por causa de sua implantação gradual, o plano urbano da UnB passou por diversas modificações com relação ao plano original. Prioritariamente idealizado por Lúcio Costa, em 1962, para ser uma extensão da própria cidade, o plano propunha: arruamentos sinuosos; grandes distanciamentos entre as edificações; uma grande praça central que funcionaria como o centro articulador do plano; institutos centrais localizados em torno da praça central; acesso principal de frente para o lago; serviços gerais, esportes, residências e institutos ligados à população localizados nas faces circundantes da área. Todo esse conjunto foi idealizado para ser projetado a partir de uma modulação pré-existente e com a utilização dos preceitos modernistas de utilização do concreto armado, estrutura independente e planta livre.



Fig.11 Campus Universitário Darcy Ribeiro- UnB.

Fonte: Disponível em: < <http://fotospublicas.com/copa-mundo-fifa-2014/conheca-brasilia-cidade-sede-da-copa-mundo/>>

Em 1963, Oscar Niemeyer assumiu o plano urbano do Campus por meio do CEPLAN (atualmente denominado Centro de Planejamento Oscar Niemeyer) e lhe conferiu mudanças significativas, dentre elas, a de maior destaque foi o deslocamento do centro articulador do Campus para uma edificação em particular, o Instituto Central de Ciências (ICC), uma edificação curva e linear, com 696 metros de extensão, construída em concreto armado pré-moldado, dividida em dois blocos com três pavimentos cada, considerada a espinha dorsal da Universidade, abriga a maior parte de sua estrutura pedagógica. No entanto, essa não foi a única modificação proposta por Niemeyer e sua equipe:

Niemeyer redesenhou o traçado das ruas internas, de forma a evidenciar o ICC como edifício marcante e referência do campus, reorganizou a implantação dispersa apresentada por Costa propondo uma organização mais enxuta e claramente mais organizada e de entendimento e circulação bem definidos. Áreas de serviço continuaram

encostadas nos limites do campus seguindo, entretanto uma organização mais compacta, com os edifícios mais próximos uns dos outros, organizados em lotes demarcados em razão dos tipos de atividades e serviços. (PINTO; BUFFA, 2009, p. 124)



Fig.12 Vista aérea do Instituto Central de Ciências.

Fonte: Arquivo CEDOC/UnB Agência. Disponível em:

<<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=7423>>

Após a saída de Niemeyer do CEPLAN, várias modificações do plano foram apresentadas na tentativa de criar outros centros de vivência no campus que não apenas o ICC, no entanto, nenhuma delas obteve sucesso.

Outra edificação emblemática do Campus da UnB é o FE 1, pertencente a um conjunto formado por mais dois edifícios, o FE 3 e o FE 5, destinados a abrigar a Faculdade de Educação. O FE 1 foi projeto por Alcides da Rocha Miranda, José Manoel Lopes da Silva e Luís Humberto Martins Pereira. É considerado um modelo das características projetuais arquitetônicas e urbanísticas que seriam desenvolvidos nos demais projetos do campus.

A edificação FE 1 é a mais leve e elegante do conjunto e é possível afirmar que, por meio dela, Alcides da Rocha Miranda procurou estabelecer a escala e o caráter

apropriado para a arquitetura do campus. É uma construção de base regular, de um pavimento, ligeiramente elevada em relação ao solo e caracterizada pela presença de uma grande varanda, ou peristilo, que a envolve e protege (ambientes muito frequentados pelos estudantes). As fachadas leste e oeste são totalmente envidraçadas, e para elas abrem-se as salas de aula e os departamentos didáticos (tais aberturas são protegidas por conjuntos de brise-soleil pivotantes de alumínio anodizado). Já as fachadas norte e sul são cegas e revestidas por azulejos especialmente desenhados por Luiz Humberto Pereira. (UNB, 2014)



Fig.13 FE 1.

Fonte: UNB. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/universidades-medievais.htm>>

A morosidade no processo de implantação do campus da UnB permitiu a modificação do seu plano urbano original, assim como ocorreu na história do Campus Joaquim Amazonas, no entanto, o que poderia ter se tornado um fator negativo para o conjunto agregou valor por meio de alterações como a edificação proposta por Niemeyer, visto que tal obra se tornou o ícone arquitetônico da Universidade.

A existência de um campus universitário brasileiro de caráter modernista inserido na Lista do Patrimônio Mundial, mesmo como parte integrante de uma estrutura maior, contextualiza, na América Latina, juntamente com o Campus da Universidade Central da Venezuela e o Campus da Universidade Nacional do México, a importância do reconhecimento e da necessidade de salvaguarda deste tipo de conjunto urbano, que, por sua ideologia voltada à

produção, absorção e divulgação do conhecimento, por suas características de integração sociocultural e por suas necessidades altamente dinâmicas, tornam-se tão peculiares.

2.4 O Campus Universitário Joaquim Amazonas

O Campus Universitário Joaquim Amazonas não possui, até o momento, reconhecimento enquanto bem patrimonial tombado. No entanto, a presente pesquisa parte do pressuposto que o conjunto se constitui em um patrimônio urbano de caráter modernista pela identificação de alguns princípios projetivos que se destacam no conjunto e da existência de uma unidade projetual, apesar do leque amplo de projetistas que foram responsáveis pela implementação do Campus ao longo de vários anos. No entanto, vale ressaltar que essa unidade projetual vem sendo rompida nas últimas décadas.

2.4.1 O plano urbano

No reitorado de Joaquim Amazonas se deu início às ações para a construção da Cidade Universitária, o espaço que viria a incorporar todos os edifícios necessários para o devido funcionamento das atividades da UR. No ano de 1947, foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei nº 159, posteriormente sancionado¹³, que criava a Cidade Universitária, bem como um fundo para utilização da Universidade na construção de seu campus.

No Art. 1º do referido instrumento legal está disposto o seguinte: “Fica criado um adicional de 0,10% sobre o imposto de vendas e consignações, destinado à criação da Cidade Universitária de Pernambuco” (DIÁRIO DA NOITE in BERNARDES; SILVA; LIMA, 2007, p.18). A utilização do dinheiro arrecadado por meio do imposto estava condicionada à aprovação prévia de orçamento pelo Conselho Universitário e pelo Governador do Estado. O deputado responsável pela apresentação do Projeto de Lei foi Luiz Magalhães Melo, que o justificou acentuando a importância da cultura para a humanidade e também apontou a importância da reunião de todas as unidades em um só local:

¹³ Após sancionamento, o Projeto de Lei n.159 tornou-se a Lei n. 42 de 12 de Dezembro de 1947.

Não será necessário acentuar a influência que os grandes centros de cultura têm exercido no destino das cidades, dos povos e das civilizações, para inferirmos que o Estado não pode ser diferente a sorte da sua Universidade. A organização da Universidade do Recife deverá ser imediatamente iniciada, pois não será em breve tempo que tarefa de tal monta poderá ser conhecida.

Em primeiro lugar, deve a Universidade contar com os meios materiais necessários a sua instalação, escolhendo o local em que devem ser concentrados os ambientes de trabalho, dos vários institutos.

Essa concentração em campo único é a garantia da unidade material que propicia o desenvolvimento do espírito universitário, facilitando ao mesmo tempo a associação da pesquisa científica ao ensino teórico, nos vários domínios do conhecimento humano.

(FOLHA DA MANHÃ MATUTINO in BERNARDES; SILVA; LIMA, 2007, pág.79-80)

Esse sentimento demonstrado pelo deputado parece ser tomado como algo de comum acordo mediante uma parcela da sociedade. Segundo Cabral (2006), há uma concordância entre dirigentes e intelectuais em considerar a construção da Cidade Universitária um importante instrumento de desenvolvimento da região nordeste perante o restante do país.

A Lei estabeleceu também que fosse criada a Comissão de Planejamento da Cidade Universitária. O objetivo dessa comissão era a escolha do local ideal para a implantação do campus, mas ela também se responsabilizou pelo levantamento dos programas arquitetônicos que seriam demandados para o desenvolvimento dos projetos das instalações físicas, criando, para tanto, subcomissões “encarregadas de estudar as necessidades de cada uma das unidades da futura cidade” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO in BERNARDES; SILVA; LIMA, 2007, p.56).

A Comissão de Planejamento da Cidade Universitária era composta pelos seguintes integrantes: o reitor Joaquim Amazonas, os professores Edgar Altino, Álvaro Celso Uchoa Cavalcanti, Murilo Coutinho, João Rodrigues, Antônio Bezerra Beltrão, Edgar Amorim, Nelson Chaves, Ageu Magalhães, Pelópidas Silveira, Gilberto Osório de Andrade e Oswaldo Gonçalves Lima, o prefeito Antônio Pereira, o deputado Magalhães Melo e, por fim, o acadêmico Felipe Tiago Gomes (presidente do Diretório Central dos Estudantes). No

decorrer do processo, o Reitor Joaquim Amazonas levantou os seguintes condicionantes para a escolha do terreno em declaração feita aos jornais da época:

a)- a extensão que deve ter o local, no mínimo de 120 a 150 hectares; b)- se a cidade será em campo aberto ou em recinto fechado; c)- as condições de fácil acesso; d)- as condições climáticas; e)- as condições físicas do terreno, tendo-se muito em vista a sua firmeza; f)- abundância d'água, permitindo o estabelecimento de esportes aquáticos; g)- condições de facilidade de saneamento e esgotos da zona. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO in BERNARDES; SILVA; LIMA, 2007, p.67)

A comissão examinou, de acordo com as condições estabelecidas, sete localidades diferentes, a saber: 1. terreno na Torre; 2. terreno em Tacaruna; 3. terreno no Ibura; 4. terreno da Ilha do Leite; 5. terreno das ilhas Joana Bezerra e Maruim; 6. terreno do antigo Engenho do Meio; 7. terreno no antigo Engenho Fragoso. Destes, restaram apenas dois para a escolha definitiva: o terreno das ilhas de Joana Bezerra e Maruim e o terreno do antigo Engenho do Meio. Os outros cinco foram descartados por motivos diversos como: área insuficiente, localização inapropriada e necessidades de adaptação muito onerosas. Como se sabe, a escolha se deu pelo terreno do Engenho do Meio, cuja preferência do Reitor Joaquim Amazonas foi externada à imprensa na seguinte declaração:

A sub-comissão de escolha do terreno ou local para a Cidade Universitáriaespera apresentar, dentro de poucos dias, o seu relatório, estando a escolha definitiva pendendo entre apenas dois locais: a)-as ilhas de Joana Bezerra e Maruim que contam com o apoio de maior número de membros da comissão; b)-o engenho do meio, com menor número de adeptos, entre os professores das unidades universitárias. O primeiro desses terrenos tem a vantagem da proximidade, razão pela qual grande é o número de professores, dentre os atuais que pleiteiam sua escolha; o segundo, ficando na periferia da cidade, tem a vantagem de preparar a universidade para o estabelecimento mais rápido do regime de tempo integral, para professores e alunos, mais facilmente que com a Universidade no centro urbano. O último, isto é, o Engenho do Meio, é o da minha preferência pessoal, não tanto por ter ali nascido, em sua velha casa grande, como por entender que a universidade deve afastar-se quanto possível, do bulício da cidade. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO in BERNARDES; SILVA; LIMA, 2007, p.69)

Nas palavras do Reitor é visível a influência do ideal de cidade universitária que advinha dos EUA, em que as inquietações originárias dos centros urbanos eram um entrave à dedicação dos estudantes às suas atividades acadêmicas e seu desenvolvimento. Por isso, a predileção pelo regime integral e pela localização periférica da cidade. A expectativa de Joaquim Amazonas para a conclusão da cidade universitária após a escolha do terreno era de que, em dez anos, no máximo, ela estaria completamente pronta, podendo ainda encurtar esse prazo para cinco anos, se ele conseguisse obter empréstimo no exterior para o custeio das obras, mas, na prática, não aconteceu conforme ele previu.

Em publicação do Escritório Técnico da Cidade Universitária (ETCU) sobre o plano urbanístico do Campus Joaquim Amazonas¹⁴, o Reitor apresentou suas justificativas em relação à necessidade de implantação da Cidade Universitária:

Com a criação da Universidade, e consequente encampação federal das Faculdades e Escolas, tornou-se possível a consideração do problema da reunião dos estabelecimentos, dantes isolados em um conjunto integrado, dentro do que se usa chamar “espírito universitário” e a cogitação de novas instalações mais adequadas para as necessidades de ensino e da investigação. Estes [sic] novos problemas impunham a necessidade da criação de uma Cidade Universitária, uma área onde se reunissem os edifícios necessários às atividades, corrigindo-se à dispersão, até então existente, dos estabelecimentos de ensino, em pontos diversos da Cidade, muitas vezes [sic] em prédios inadequados, adaptados precariamente a finalidades mui diversas das que primitivamente tinham.

Estas considerações foram suficientes para que no ano de 1948, depois de várias ponderações, fosse escolhido e comprado um terreno apropriado a edificações de uma Cidade Universitária. (ETCU)

No ano de 1949, o plano urbanístico do Campus começou a ser concebido pelo arquiteto italiano Mario Russo. Quando o arquiteto chegou ao Brasil, o terreno para a construção do Campus já havia sido definido, no entanto, ele defendeu publicamente a área de implantação da UR devido às polêmicas que tomaram conta do assunto. Cabral (2006) aponta que a

¹⁴ O campus sede da UFPE foi nomeado de Campus Joaquim Amazonas em homenagem ao Reitor Joaquim Amazonas, fundador da UR e responsável pela implantação da Cidade Universitária.

defesa de Russo em relação ao terreno escolhido com localização na periferia da cidade, deu-se em cima da lógica de que a Cidade Universitária se tornaria um instrumento incentivador da expansão urbana do Recife, expansão esta que já vinha ocorrendo de forma natural devido à explosão demográfica que ocorreu nas décadas de 40, 50 e 60. De acordo com o Plano Diretor da UFPE de 1985, a expansão urbana defendida por Mario Russo foi consolidada e a área onde foi implantado o Campus Joaquim Amazonas passou a ser considerada Polo Metropolitano.

Face à tendência natural do crescimento da cidade e à força polarizadora da Universidade, reforçada pelo feixe de vias primárias que atende a área, BR 101 e BR 232, houve o acionamento de um processo gerador de economias de aglomeração, caracterizado pela implantação de outros órgãos, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Colégio Militar, a Escola Técnica Federal de Pernambuco, além de hospitais, escolas de nível médio, centrais de abastecimento, que proporcionam a expansão dos serviços urbanos: bancos, energia elétrica, comunicações e esgotos.

A Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife- FIDEM, responsável pela execução do planejamento integrado do desenvolvimento metropolitano da RMR, considerando esse conjunto de assentamentos já instalado na área, definiu esse trecho do território, onde se situa o Campus Universitário, como mais um Polo Metropolitano. (UFPE, 1985, p.21)

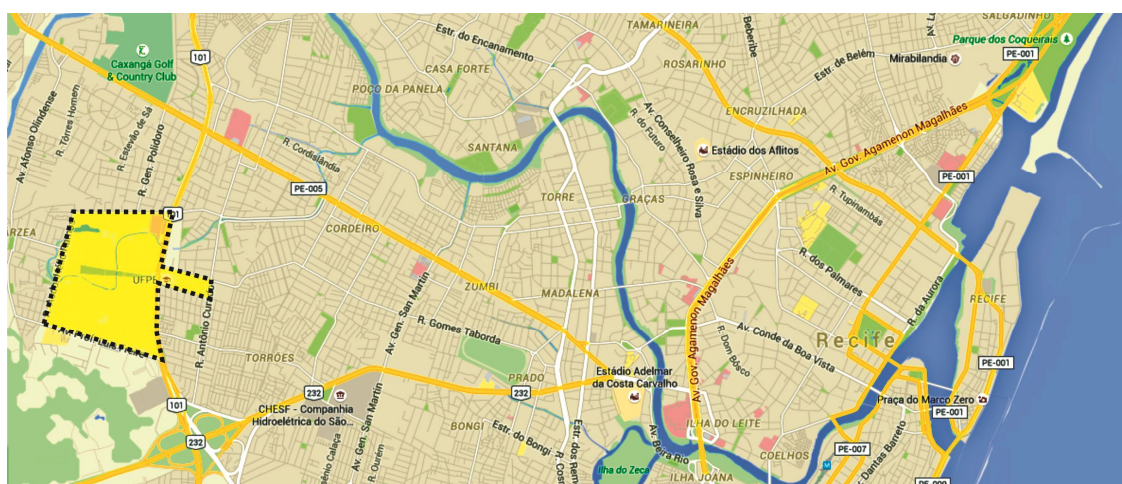


Fig.14 Mapa de trecho da cidade de Recife com Campus da UFPE em destaque.

Fonte: www.google.com.br/maps/@-8.0487863,-34.9106014,14z (adaptado).

O plano urbano idealizado por Mario Russo possuía alguns princípios marcantes como: autonomia em relação ao restante da cidade, a setorização funcional como estratégia de implantação, a quebra da formação linear tradicional das ruas, a implantação dispersa dos edifícios em generosos terrenos, a quebra da simetria clássica e a alta permeabilidade urbana.

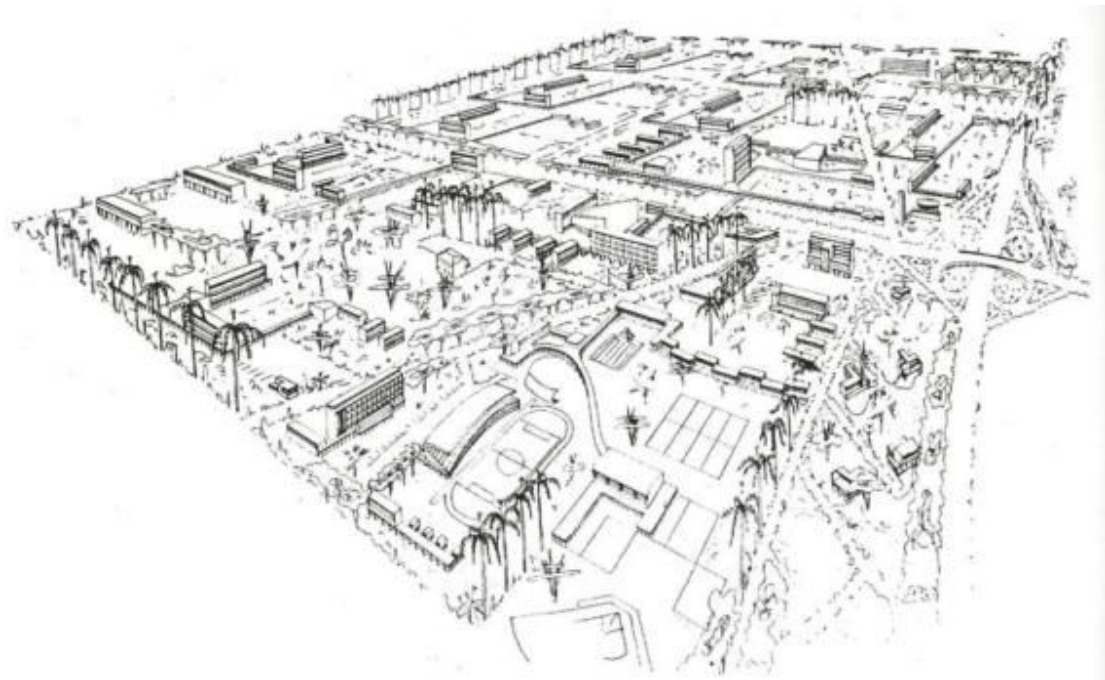


Fig.15 Perspectiva do Campus Universitário Joaquim Amazonas, 1949.

Fonte: CABRAL, 2006.

Os princípios projetivos do plano urbano do Campus Universitário Joaquim Amazonas referenciam importantes projetos e arquitetos modernistas. A autonomia urbana é característica de cidades universitárias como a do Rio de Janeiro, de Caracas e do México; a implantação e conformação do centro cívico é semelhante a projeto de mesma funcionalidade de Affonso Eduardo Reidy para o Rio de Janeiro; os pilares em ‘V’ e a sinuosidade dos passeios cobertos eram explorados por Oscar Niemeyer em sua arquitetura; as palmeiras eram características dos projetos de Le Corbusier e Lucio Costa para a Universidade do Brasil (Cabral, 2006).

A primeira versão do plano urbanístico carece de maior precisão técnica, talvez por resultar das primeiras reflexões do arquiteto e equipe acerca do problema em tela. No

entanto, já denuncia sua afiliação aos princípios do urbanismo moderno de inspiração corbuseriana, notadamente quanto à setorização por campo de conhecimento, disposição de edificações sobre pilotis em espaço verde contínuo de usufruto da população universitária e da própria vizinhança. (AMORIM; NASCIMENTO, 2015, p.5)

Em seu primeiro estudo para o plano urbanístico do Campus, em 1949, o modelo de Russo apresentou um anel viário delimitando a área do Campus com possibilidade de acesso ao seu interior por meio de vários pontos distribuídos em todas as faces que compunham seu Perímetro. A ligação com a malha urbana da cidade era feita por meio de uma avenida perimetral, com eixo norte-sul (BR101), estendendo-se de Olinda até o campo de aviação do Ibura (que veio a ser o Aeroporto Internacional dos Guararapes).

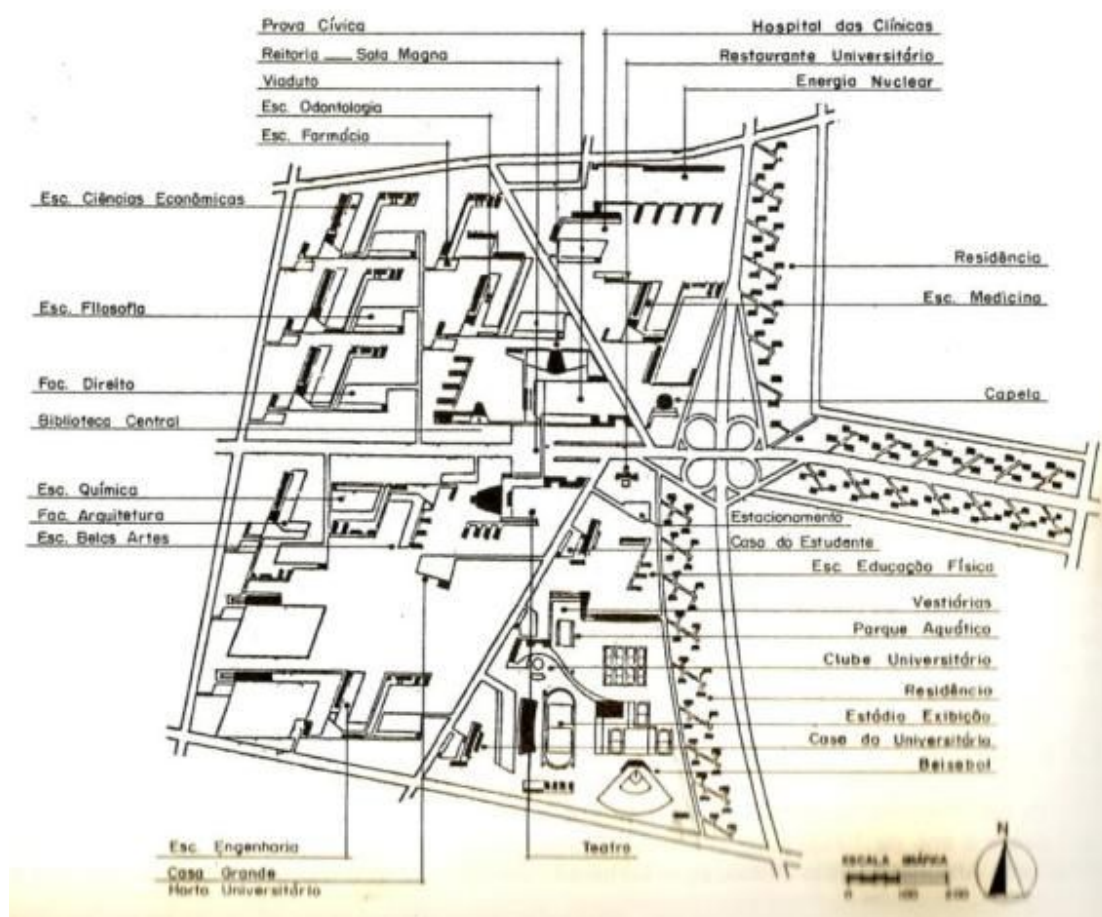


Fig.16 Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus, em 1949.

Fonte: UFPE, 1985.

Internamente, as vias distribuídas no campus obedeciam a uma hierarquia onde a avenida principal, posicionada em um eixo leste-oeste no centro do terreno, distribuía o fluxo para as vias secundárias que davam acesso a cada uma das zonas funcionais e, conseqüentemente a suas edificações. O acesso ao eixo principal era feito por meio da BR101, onde foram projetadas alças para um viaduto que passaria por cima da perimetral para que não houvesse interrupção de fluxos no mesmo nível. Este projeto inicial imaginava que o Campus seria, de fato, uma nova centralidade urbana, e para isso, a ligação cidade-subúrbio se daria por ele.

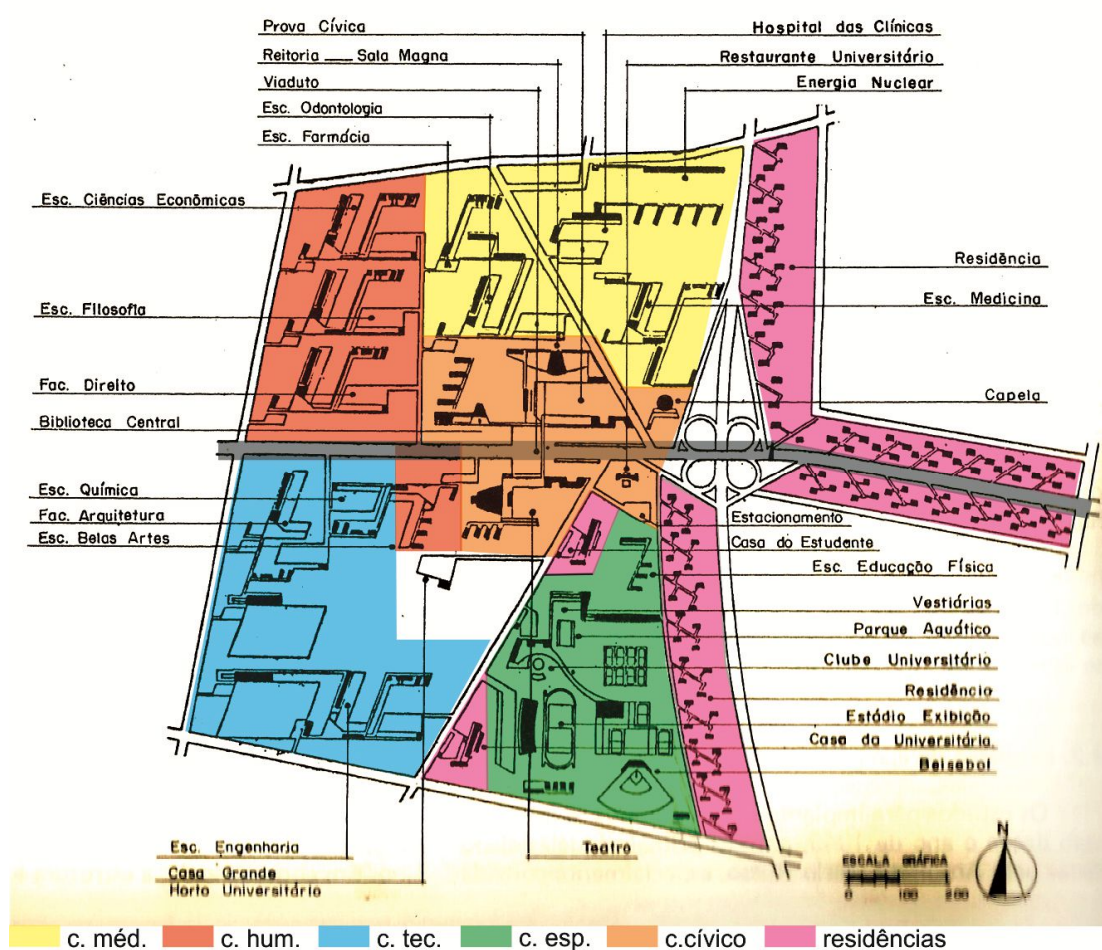


Fig.17 Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus com zoneamento, em 1949.

Fonte: UFPE, 1985 (adaptado).

A proposta de Russo apresentou também a área do Campus dividida em quatro zonas de funcionamento para implantação das edificações de acordo com as especificidades e afinidades de cada uma: i. centro médico: agrupando as edificações ligadas ao universo das

ciências médicas: Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia, Hospital das Clínicas, Escola de Enfermagem, Biotério e serviços anexos; ii. centro tecnológico: formado pelo conjunto das Faculdades de Engenharia, Arquitetura e Química; iii. centro humanístico: englobando as Faculdades de Filosofia, de Direito, de Ciências Econômicas e de Belas Artes; iv. centro esportivo: compreendendo as unidades ligadas à educação física e recreação. O eixo principal do Campus promovia uma divisão do terreno em duas porções: norte e sul. O centro médico e o centro humanístico foram propostos na porção norte do Campus. Já o centro esportivo e o centro tecnológico foram projetados na porção sul.

Um dos princípios ordenadores do Campus projetado por Mario Russo era que ele deveria se constituir como o local de habitação dos mestres e alunos, como também de cultura e lazer, indo além da concentração apenas das atividades acadêmicas. Por isso, uma zona residencial com moradia para docentes e discentes foi contemplada em seu plano urbanístico, localizada a leste dos limites do terreno e, em dois outros pontos isolados nas proximidades do centro esportivo. Complementando o conjunto, havia ainda o centro cívico administrativo, proposto na área central do campus, em torno do eixo principal, formado pela reitoria, biblioteca, capela, teatro e praça cívica.

O centro cívico proposto por Mario Russo, onde é locada a reitoria, é marginal à grande avenida. Nesse caso, parece ter sido referência para o projeto do arquiteto italiano o centro cívico proposto por Affonso Eduardo Reidy, em 1948, para a área do antigo morro de Santo Antônio, no Rio de Janeiro [35] Em ambo há, além da mesma disposição (margeando a avenida principal), uma mesma conformação de pátio retangular a partir da articulação dos prédios; a verticalização dos edifícios da Administração e da Prefeitura (plano de Russo e Reidy, respectivamente) e o uso de uma mesma volumetria para a Reitoria e a Câmara dos Vereadores (plano de Russo e Reidy, respectivamente). (CABRAL, 2006, p.46)

Em 1951, o plano foi submetido a uma primeira revisão. Nela, oanel viário perimetral com seus vários pontos de acesso, o eixo leste-oeste e as alças do viaduto da BR101 foram mantidos. No sistema viário interno ocorreram apenas algumas pequenas mudanças na configuração das vias secundárias.

Já o zoneamento funcional apresentou alguns reajustes mais notórios. O centro médico, o centro esportivo e o centro cívico administrativo permaneceram com implantação semelhante ao plano de 1949, bem como a área residencial, no entanto, o centro humanístico passa a ser localizado em torno do centro cívico e o centro tecnológico passa a ladear o centro humanístico. Ademais, algumas edificações novas surgem no plano, são elas: o Instituto de Antibióticos, o Departamento de Micologia, o edifício de Energia nuclear e o de Música.

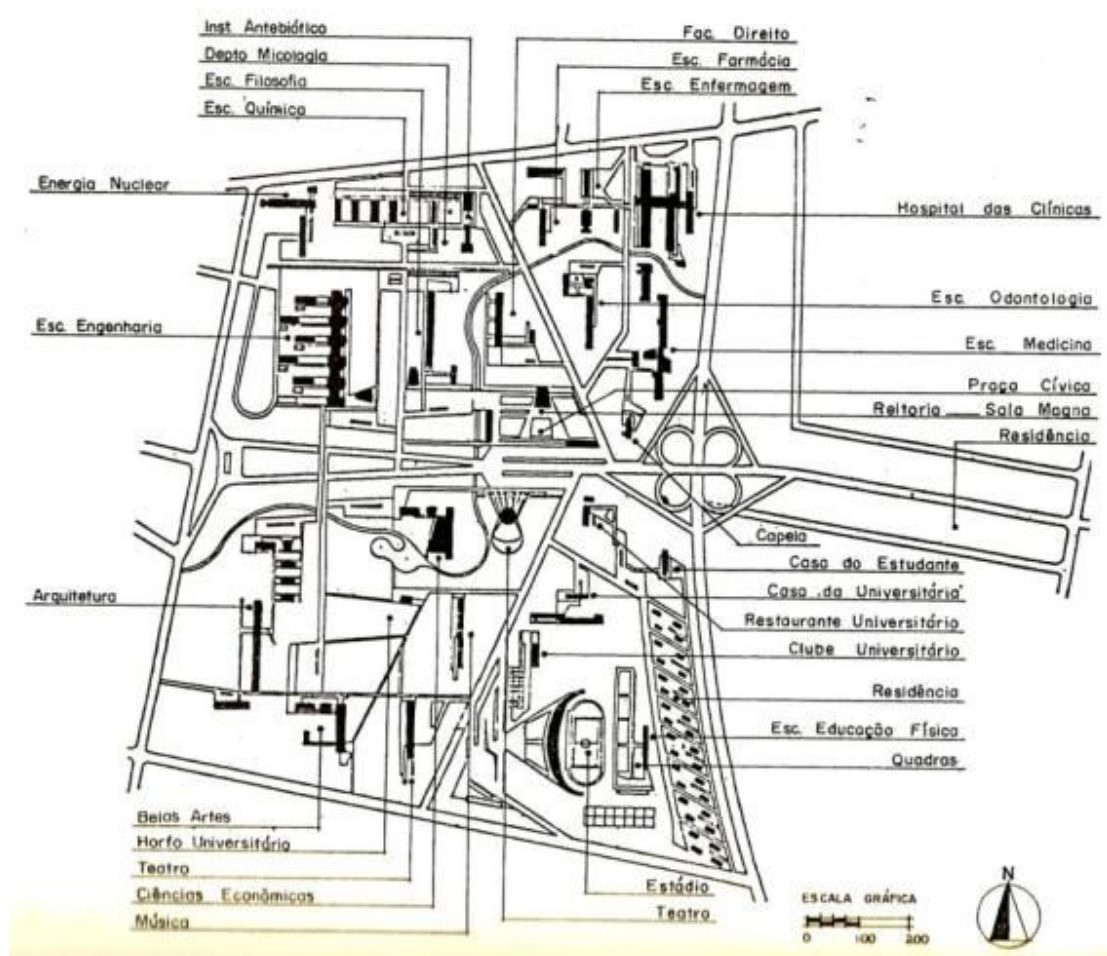


Fig.18 Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus, em 1951.

Fonte: UFPE, 1985.

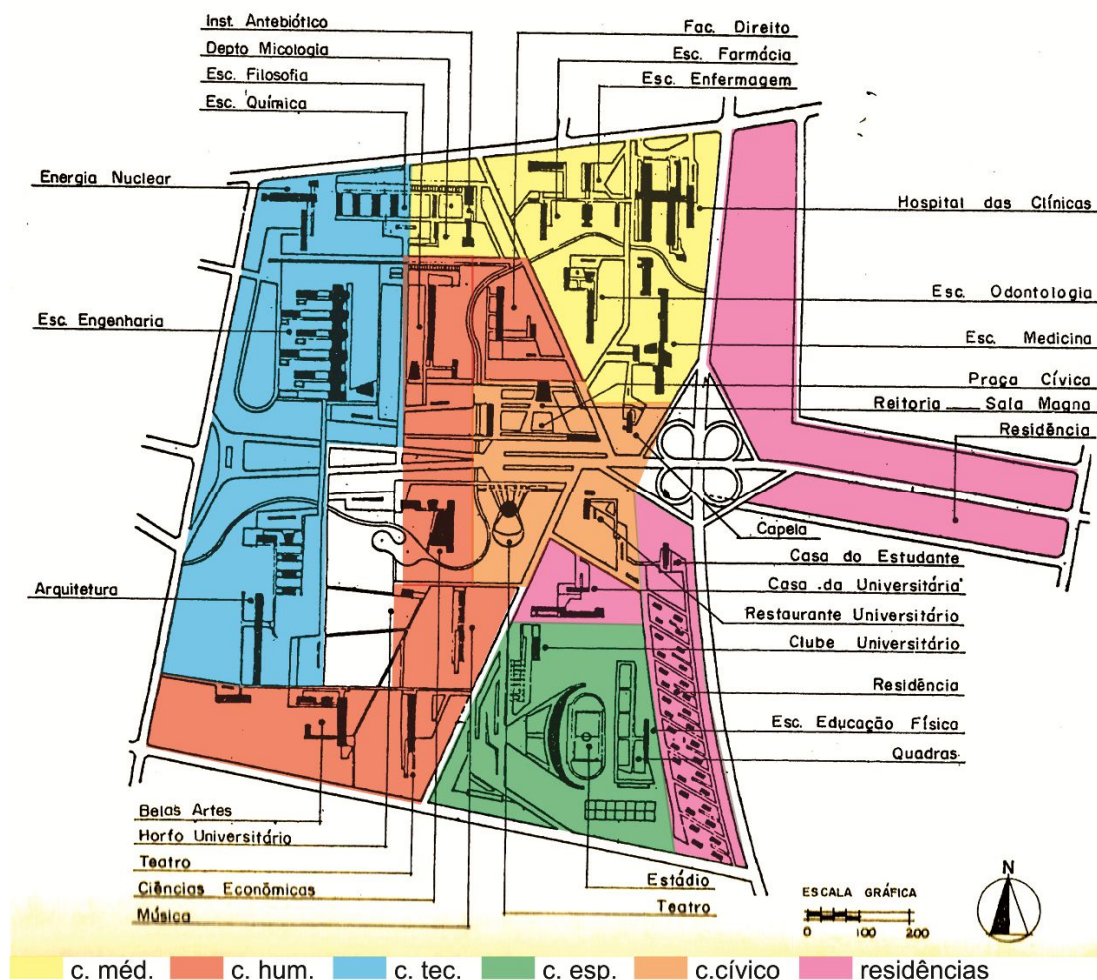


Fig.19 Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus com zoneamento, em 1951.

Fonte: UFPE, 1985 (adaptado).

Na segunda revisão, em 1955, ainda de autoria de Mario Russo, permaneceram a mesma lógica do anel viário perimetral e das alças da BR101. No entanto, o eixo leste-oeste deixou de entrecortar o terreno do Campus de uma extremidade a outra, passando a ser interrompido no extremo oeste por uma via paralela a perimetral norte-sul. De acordo com Amorim e Nascimento (2015), a interrupção do eixo principal traz como consequência o isolamento do Campus Universitário Joaquim Amazonas em relação ao bairro da várzea.

Estas modificações geram consequências significativas no sistema de acessibilidade: a) a obstrução do fluxo de veículos para oeste, promovendo o isolamento do Campus do histórico bairro da Várzea, aumentando, portanto, a profundidade do conjunto; b) o

conjunto Eixo Monumental – Praça Magna tem sua centralidade mantida, principalmente quanto ao conjunto universitário, mas torna-se mais profundo com relação ao exterior. (AMORIM; NASCIMENTO, 2015, p.8)

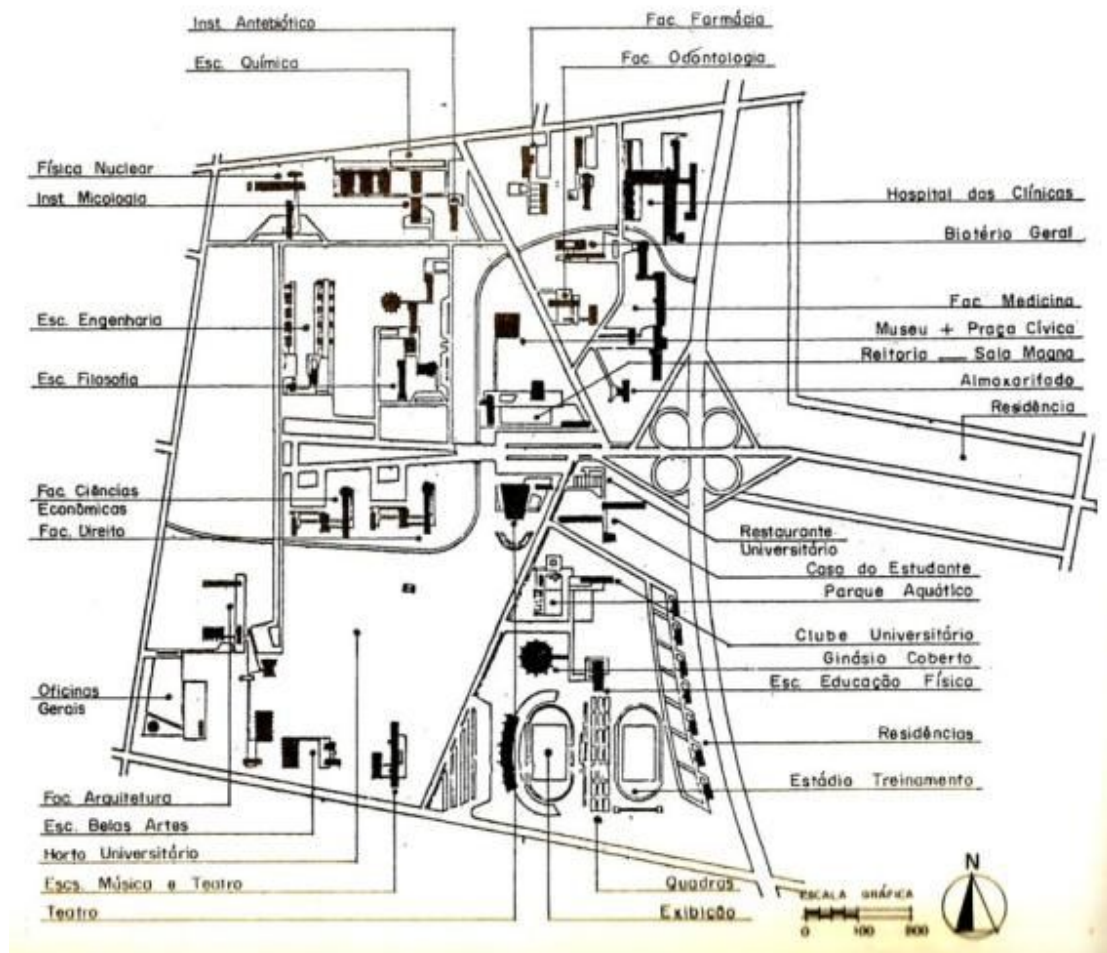


Fig.20 Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus, em 1955.

Fonte: UFPE, 1985.

A partir daqui fica evidente que algumas áreas do Campus Joaquim Amazonas em zonas de afinidade para implantação das edificações estava consolidada, visto que as manchas que definem o zoneamento já não recebem alterações significativas, são elas: os centros médico, esportivo, cívico e residencial. Já os centros humanístico e tecnológico ainda parecem estar sofrendo reajustes nesse plano.

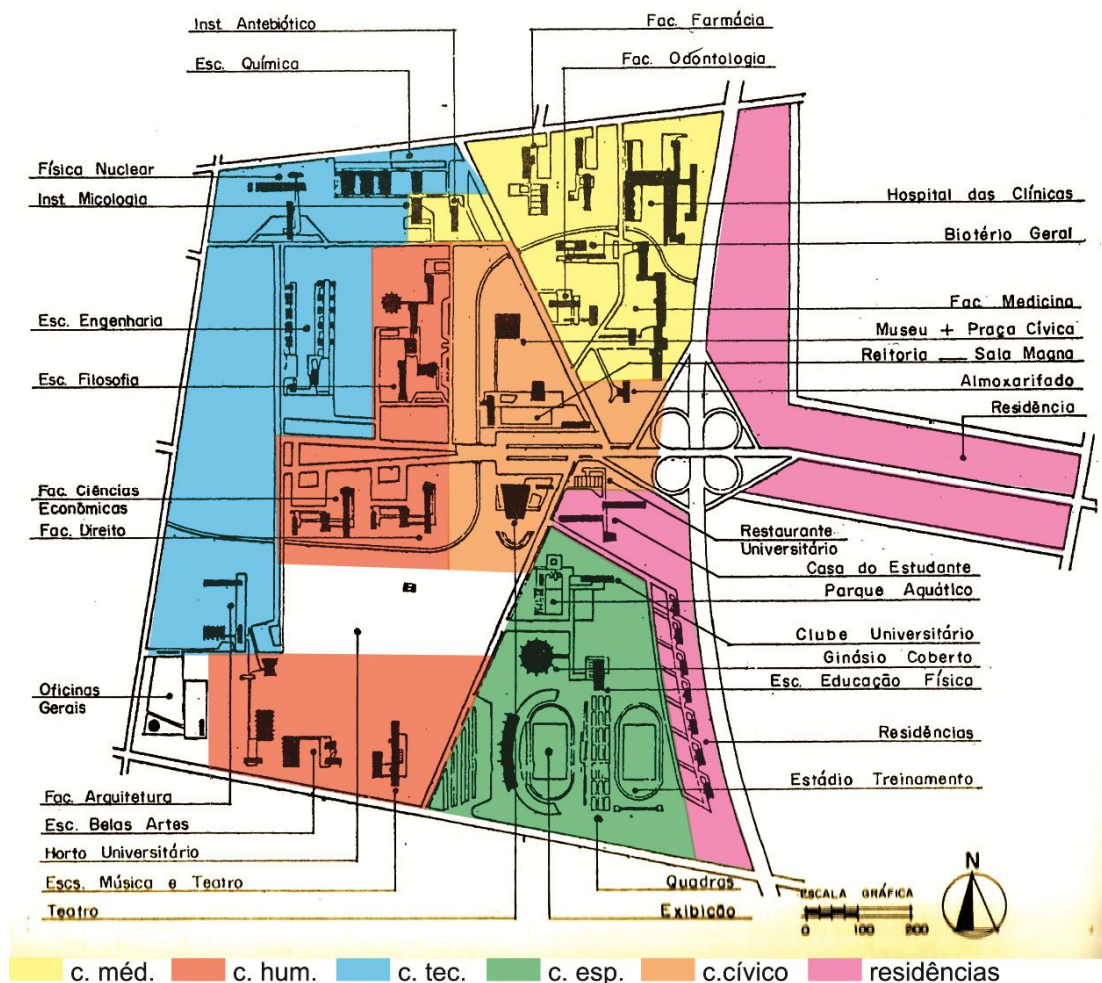


Fig.21 Mapa do Plano Urbano de Mario Russo para o Campus com zoneamento, em 1955.

Fonte: UFPE, 1985 (adaptado).

O último plano, datado de 1957, não obteve a contribuição do arquiteto italiano. Em sua configuração permaneceram o anel viário perimetral e a interrupção do eixo leste-oeste. As alças do viaduto deixaram de fazer parte do sistema viário e cederam lugar a um giradouro que assumiu o papel de ligação entre a BR101 e o eixo leste-oeste. As vias secundárias cederam lugar a um circuito que, juntamente com o eixo-leste, passaram a promover o acesso a maior parte das edificações do campus, com exceção daquelas pertencentes ao centro médico, cujo acesso é feito por meio de uma via independente.

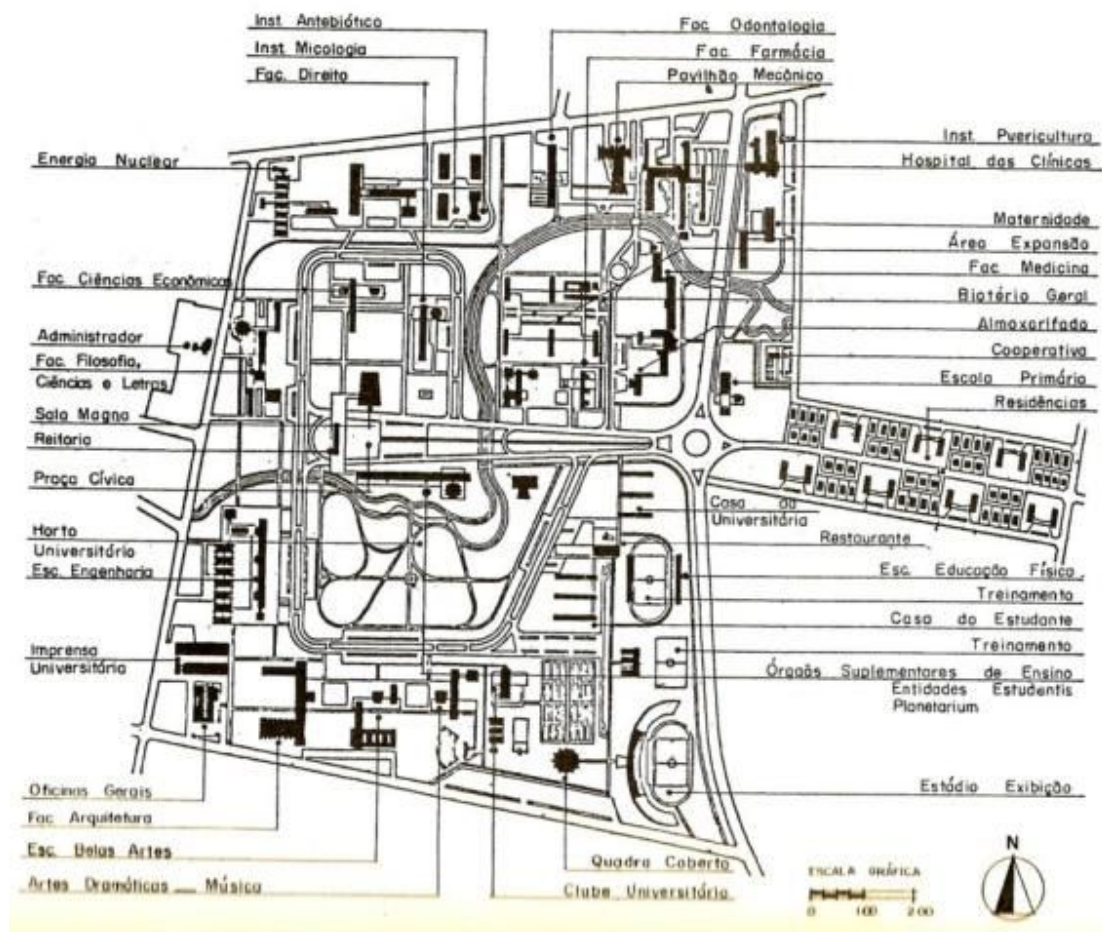


Fig.22 Mapa do Plano Urbano para o Campus, em 1957.

Fonte: UFPE, 1985.

Ainda nesse plano, permaneceu basicamente a mesma implantação de zoneamento para os centros médico e esportivo, contudo, uma grande parte da área antes destinada às residências cede lugar a edificações ligadas ao centro médico, são elas: Maternidade e Instituto de Puericultura, bem como à Escola Primária e a Cooperativa. O centro cívico administrativo foi deslocado para a extremidade oeste do eixo principal. O centro humanístico e o centro tecnológico foram projetados com algumas edificações a norte do centro cívico administrativo e outras a sul.

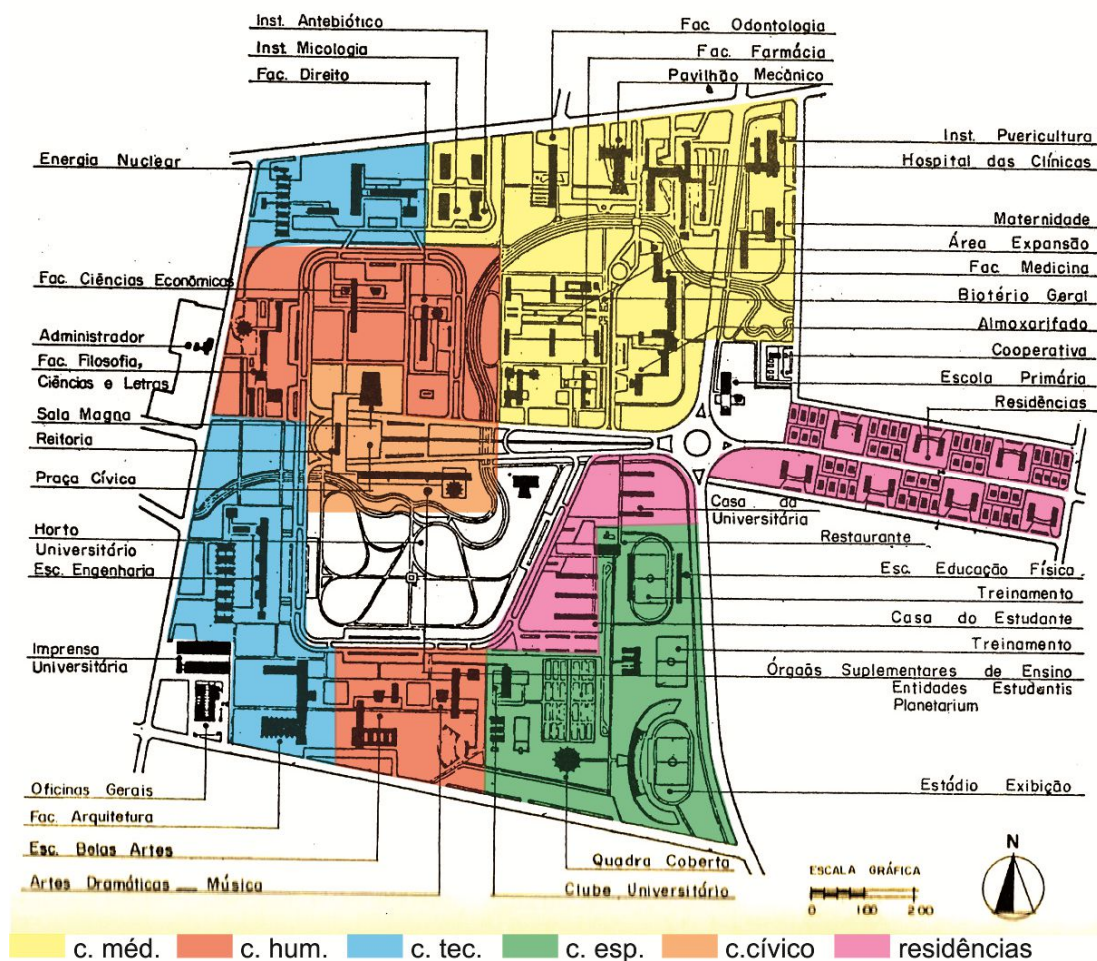


Fig.23 Mapa do Plano Urbano para o Campus com zoneamento, em 1957.

Fonte: UFPE, 1985 (adaptado).

É importante notar que, de todas as edificações projetadas para o campus, apenas quatro mantiveram sua implantação inalterada desde o plano urbanístico de 1951. São elas: a Faculdade de Medicina, o Hospital das Clínicas, o Instituto de Antibióticos e o Instituto de Micologia. Os demais edifícios tiveram suas implantações e, muitas vezes, seus volumes alterados. Além disso, a Faculdade de Direito nunca veio a ser implantada no Campus Universitário Joaquim Amazonas, mas funcionou sempre em um edifício histórico localizado no bairro da Boa Vista, no centro do Recife, onde permanece até hoje como o Centro de Ciências Jurídicas.

Uma das características mais marcantes do plano urbanístico proposto por Mario Russo e suas revisões é a setorização do espaço de acordo com a afinidade das atividades desenvolvidas. Tal lógica permaneceu desde o plano de 1949 até o plano de 1957, mesmo com o surgimento das mudanças decorrentes do dinamismo do sistema, como descrito no Plano Diretor da UFPE, datado de 1985:

Esses novos conjuntos, funcionalmente organizados, foram localizados no espaço territorial em posições racionalmente definidas e formalmente concebidas, reunindo unidades acadêmicas afins. A partir dessa idéia outros planos foram elaborados, evoluindo sucessivamente, até o plano proposto em fins de 1955.

As revisões de 1951, 1955 e, finalmente, a de 1957 expressam de forma diferenciada, a localização e situação das Unidades Universitárias, em número e exigências espaciais cada vez maiores.

Os deslocamentos, no entanto, não comprometem a filosofia original e representam ajustes sugeridos pela própria dinâmica do processo. (UFPE, 1985, p.15)

O modo de projetar, em que se é utilizada a lógica da setorização funcional, é apontado no Plano Atcon (explicado no item 3.3) como um dos princípios básicos que deveriam ser inerentes a uma universidade modernizada. Outros princípios do Plano Atcon também são característicos do projeto urbanístico de Mario Russo: o anel viário, a distribuição horizontal das edificações e a orientação de acordo com as condições de insolação e ventilação. Amorim e Nascimento (2015) apontam também que “as propriedades urbanas mais marcantes do Campus desde os primeiros planos são a baixa densidade edificada e o afastamento das edificações das vias públicas”.

Além disso, o plano urbanístico idealizado por Russo para a implantação da Cidade Universitária em Recife já era reflexo do que se esperava das universidades brasileiras além da função primária de ensino, pesquisa e extensão, a incorporação de uma função social definida pelo economista Cláudio Cordeiro Neiva, que trabalhou na elaboração do Planejamento do Campus da Universidade de Brasília:

A nosso ver, a função social do Campus não se esgota no plano das atividades típicas do ensino de nível superior – ensino para a formação profissional; pesquisa para

habilitação ao método científico e para a capacitação à investigação; extensão, para a comunidade, de serviços marginais à conta ou de maior aproveitamento de recursos disponíveis ou da geração de novos recursos. Esgota-se, isto sim, na afirmação de compromissos, de caráter eminentemente político, seja com o homem – enquanto entidade capaz de refletir criticamente sobre sua própria condição e ambiente -, seja com a educação em si – enquanto processo e função social obrigatória e continuada -, seja, finalmente, com a comunidade – enquanto objeto e agente de processos de desenvolvimento social, econômico e cultural. (NEIVA, In MEC, 1984, p.70)

2.4.2 Os valores da arquitetura moderna

A identificação dos princípios da arquitetura moderna no Campus Universitário Joaquim Amazonas foi feita com base no texto de Fernando Diniz Moreira e Guilah Naslavsky intitulado ‘Valores da Arquitetura Moderna’ que aborda os principais elementos do movimento modernista desde seu surgimento em meados de 1920 até seu processo de expansão e diversificação.

O texto utilizado como referência contempla um total de oito características do desenvolvimento da arquitetura moderna. Procurou-se identificar no objeto de estudo quais valores fazem parte de sua configuração e, da lista utilizada, foi identificada a presença de cinco dos aspectos referenciados. São eles:

i. materiais e técnicas construtivas: de acordo com Moreira e Naslavsky (2009) o progresso científico e o avanço das técnicas construtivas com a utilização do ferro, vidro e concreto, possibilitaram “uma nova forma de expressão arquitetônica e uma nova relação entre interior e exterior”. Cada um desses materiais trouxe sua parcela de contribuição para esse novo comportamento do fazer da arquitetura e para o rompimento das tradições clássicas.

O uso do ferro e do vidro em construções como o significativo Palácio de Cristal projetado por Joseph Paxton em Londres, no ano de 1851, e o Pavilhão de Vidro projetado por Bruno Taut em Colônia, no ano de 1914, trouxe à tona uma nova experiência espacial traduzida na sensação de continuidade e transparência. As novas tecnologias possibilitaram também o

aparecimento dos arranha-céus e sua configuração de divisão em base, corpo e coroamento traduzida por Louis Sullivan e inspiraram também a nova concepção acerca do ornamento por Adolf Loos em sua obra intitulada ‘Ornamento e Crime’ (MOREIRA; NASLAVSKY, 2009).

O concreto armado, assim como o ferro e o vidro, também foi responsável pela modificação da concepção espacial na arquitetura. Auguste Perret foi de grande importância na exploração do material. O prédio da rue Franklin, em Paris, datado de 1903, construído por Perret é considerado por Benevolo (1998) a obra na qual “pela primeira vez a ossatura em concreto armado é adotada de modo a envolver a aparência exterior”. A garagem da Renault na rue Ponthieu segue a mesma configuração ideológica. Benevolo define a importância da contribuição de Auguste Perret:

Seu mérito é o de ter intuído que esta tradição gloriosa e esterelizada do ecletismo ainda tem uma margem de possibilidades inexploradas com a qual contribuir para resolver os problemas de nossa época, e de ter desenvolvido corajosamente estas possibilidades. Assim agindo, no entanto, destruiu as últimas chances do classicismo estrutural, e deixou definitivamente claro que ao final deste caminho está um beco sem saída, uma vez que os pressupostos iniciais estão enraizados numa cultura desatualizada. Com Perret efetivamente se encerra, com incomparável dignidade, o ciclo da cultura acadêmica francesa. (BENEVOLO, 1998, p.330)

Moreira e Naslavsky apontam a importância de Perret segundo a concepção de Banham em que “ele tornou o concreto armado aceitável enquanto material na tradição arquitetônica, particularmente aos olhos daqueles que viam a arquitetura como uma arte” (MOREIRA; NASLAVSKY, 2009, p.5).

Mario Russo, em suas propostas edilícias para o Campus Universitário Joaquim Amazonas, utilizou o concreto armado como técnica construtiva estrutural, trabalhando de forma sempre racional e estudando caso a caso o melhor aproveitamento de sua utilização, como está claramente demonstrado nos projetos do Instituto de Antibióticos, do Hospital das Clínicas (HC) e da Faculdade de Medicina. Com relação ao primeiro, Afonso destaca:

Desperta interesse na proposta, a solução dada a estrutura, sistemática e modulada, com paredes e fechamentos independentes, responsáveis pela limpeza visual das plantas, nitidamente marcada pelos pilares que mudam de forma dependendo da planta em que estão situados. Na planta baixa do primeiro piso possuem forma circular, revestidos com pastilhas cerâmicas 2,5 x 2,5cm de cor amarela; nos demais pisos, possuem seção retangular; a estrutura do auditório é sustentada por pilares também em concreto que trabalham com formas inclinadas, características da época. O que chama a atenção no sistema construtivo estrutural em concreto armado é a clareza da solução estrutural adotada [...]. A solução construtiva adotada na estrutura ocasiona uma liberdade de planta, o que permite uma flexibilidade do programa arquitetônico [...]. As terminações das vigas que se encontram nas fachadas diminuem de dimensão, solução adotada em todos os projetos feitos anteriormente por Russo no ETCUR, conferindo mais leveza ao edifício. (AFONSO, 2006, p.516, tradução nossa)





Fig.24 Horizontalidade das fachadas evidenciada pela estrutura de lajes e pilares em concreto armado. **a.** antiga Faculdade de Medicina. **b.** Centro de Tecnologia e Geociências. **c.** Hospital das Clínicas.

Fonte: A autora

No caso da Faculdade de Medicina, Cabral (2006) confere destaque à definição volumétrica do projeto feita por meio da malha estrutural aparente em suas fachadas, influência do modo de projetar italiano modernista, cujo racionalismo é evidenciado ainda mais pelas lajes em concreto armado que avançam para o exterior e reforçam a horizontalidade do projeto. Os mesmos artifícios descritos para o Instituto de Antibióticos são vistos também na Faculdade de Medicina, como: a utilização de colunas evidenciando a separação das paredes que funcionam apenas como elemento de vedação e a diminuição da seção das vigas nas extremidades, conferindo leveza e economia ao projeto. O uso da estrutura em concreto armado obteve destaque como inovação, mas também como solução financeiramente mais adequada para a construção de um Campus cujos entraves construtivos permeavam em maior proporção pelos problemas econômicos.

Ainda em termos de tecnologia, é interessante observar que foi escolhida uma laje em blocos de concreto pré-moldados. Para tornar os blocos de concreto mais leves, procurou-se um agregado também mais leve. Utilizou-se, então, um resíduo alveolar derivado do gás (produzido a partir de carvão mineral). Percebe-se que Russo, desde o primeiro

projeto, não se conformou com tecnologias tradicionais e transformou o canteiro do campus em um canteiro de novas experiências. Nesse sentido, é importante também anotar que ele opta por experimentar a laje pré-moldada, ainda pouco usada naquele momento, provavelmente para conseguir custos mais baixos e maior rapidez na construção, abrindo mão, inclusive, da sugestão do calculista, Pelópidas Silveira, de conseguir um resultado esteticamente mais "arrojado" por meio do uso de laje moldada no local, que na década de 50 venciam vãos maiores que a laje pré-moldada (6m e 3m, respectivamente). (CABRAL, 2006, p.62)



Fig.25 Diminuição da seção da estrutura nas extremidades. **a.** Hospital das Clínicas. **b.** antiga Faculdade de Medicina.

Fonte: A autora

O HC também merece posição de destaque devido à utilização de uma solução estrutural (único remanescente do projeto original) mais arrojada, caracterizada pela composição de pilares centrais com 7m de altura enfileirados no pavimento térreo e suspendendo o volume

resultante dos demais pavimentos, composto por um conjunto de pilares e vigas distintos do térreo.



Fig.26 Pilares do pavimento térreo do Hospital das Clínicas

Fonte: A autora

ii. as vanguardas artísticas e a nova concepção espacial: de acordo com Moreira e Naslavky (2009) os movimentos artísticos foram fortes influenciadores de uma nova forma de compreensão do espaço. Os conceitos classicistas cederam espaço às ideias modernistas tanto internamente quanto externamente no que tange os edifícios.

A arquitetura moderna aboliu os acadêmicos conceitos de estilo baseado em proporções, simetria e volumes estáticos e introduziu conceitos de assimetria e dissonância no design criando uma nova concepção de espaço, concebendo as paredes não como elementos portantes, mas como planos flutuantes no espaço, fazendo espaços fluir um dentro do outro, com um cuidadoso estudo dos ângulos de visão e sucessão de experiências. (MOREIRA; NASLAVSKY, 2009, p.5)

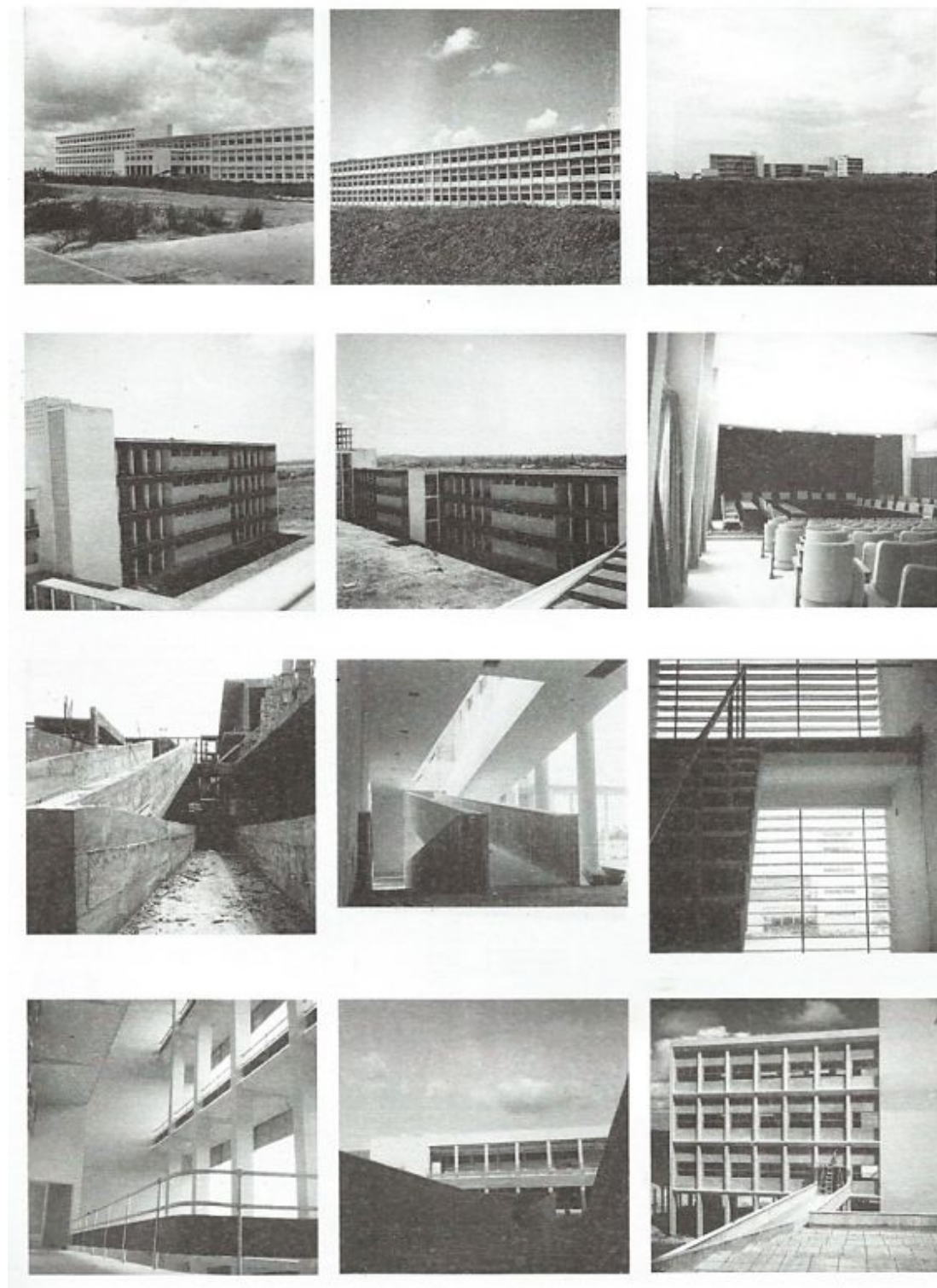


Fig.27 Diferentes ângulos de visão da antiga Faculdade de Medicina.

Fonte: CABRAL, 2006.

Os autores destacam também que a nova abordagem espacial obriga o observado a percorrer todas as fachadas externas do edifício para poder captar a obra arquitetônica por completo, já que não há mais uma hierarquia de fachadas e que o volume passou a ser uma decomposição de planos e cores (MOREIRA; NASLAVSKY, 2009).

Os espaços e volumes idealizados por Mario Russo para abrigar a antiga Faculdade de medicina retratam essa ruptura dos padrões clássicos de projetar. De acordo com Cabral (2006), a relação entre estrutura, volume e vedações utilizada por Russo para a edificação é resultado da influência da arquitetura italiana no período entre guerras.

A forma como são organizados os blocos no volume principal é a de uma composição essencialmente abstrata, uma composição de planos (de fachada) deslocados uns em relação aos outros, tanto na horizontal como na vertical. Dito de outra forma, considerando-se a frontalidade criada para a avenida Perimetral, percebe-se que alguns blocos aproximam-se e outros distanciam-se dessa avenida, além de terem alturas diferenciadas. Nenhuma simetria. Nenhuma centralidade vertical clássica. (...).

O recurso do volume gerado pela estrutura, assim como o de geometrização da fachada com uso da estrutura são muito utilizados pelos arquitetos racionalistas na Itália, como Terragni. (CABRAL, 2006, p.60-61)

O projeto de Mario Russo para o Hospital das Clínicas segue a mesma linha racionalista estrutural volumétrica. Segundo Cabral (2006), a fileira de pilares centrais proposta para sustentar o volume da edificação e soltá-lo do chão é uma dos grandes fatores responsáveis pelo abstracionismo de sua volumetria.

É também no bloco das clínicas que a estrutura é mais elaborada. É desenhada uma fileira de pilares de 7m de altura sobre os quais se desenvolve uma estrutura de pilares e vigas [70 e 71]. Dentro dos grandes pilares do térreo passariam duas tubulações para descida de roupa suja, que chegariam ao subsolo [sic]. Esses pilares também elevam o volume, tornando a composição ainda mais abstrata. É a primeira vez que Russo usa o recurso do isolamento espacial de um volume. (CABRAL, 2006, p.65)



Fig.28 Hospital das Clínicas.

Fonte: A autora

O projeto do antigo Instituto de Antibióticos se distancia da linha prismática pura do HC e da Faculdade de Medicina e, sendo formado por um único bloco, possui uma volumetria arrojada devido às angulações de suas fachadas. A decomposição de planos e volumes do projeto é evidente. Cada uma de suas quatro fachadas possui identidade própria que dialogam entre si por meio de elementos estratégicos que mantêm a unidade da obra. Cabral (2006) descreve a volumetria do edifício:

...um volume que incorpora outros menores, como o do auditório, a partir de uma relação de distorção entre eles (paredes com ângulos diferentes). O volume gerado pela malha estrutural permanece identificável, pois os pilares estão à mostra no segundo pavimento, mas nesse projeto são os balanços a dar forma ao volume final. As vedações que encerram os balanços são inclinadas, reforçando as tensões entre as partes. A unidade, aqui, é conseguida pela empena lateral que se articula com a laje de cobertura e com as lajes do auditório, desenhando uma linha de contorno para todo o prédio. Essa unidade também é reforçada por elementos que passam de uma fachada para outra,

como a rampa e a marquise de proteção da janela do auditório. (CABRAL, 2006, p.69-70)



Fig.29 Diferentes ângulos de visão do antigo Instituto de Antibióticos.

Fonte: A autora

iii. as novas estratégias projetuais: Moreira e Naslavky (2009) demonstram que os arquitetos modernistas transformaram a relação entre a configuração estrutural e a planta do projeto arquitetônico por meio de estratégias projetuais. Nomeiam Frank Lloyd Wright, Adoolf Loos e Le Corbusier como os principais responsáveis por essa inovação.

Wright, a partir dos princípios que nortearam sua arquitetura majoritariamente residencial, as famosas casas de pradaria, contribuiu para o entendimento da arquitetura enquanto espaço e não matéria e da substituição da caixa pelo plano livre (MOREIRA, NASLAVSKY, 2009). O espaço se tornou expressão arquitetônica essencial. O plano livre se tornou a essência de uma arquitetura de proporções mais humanas.

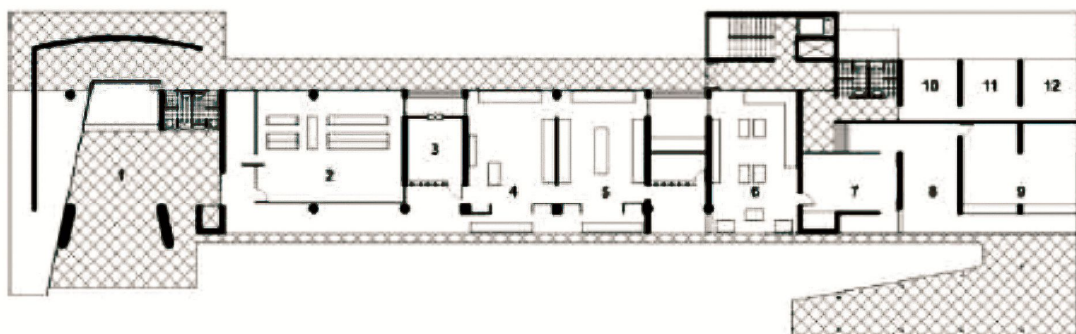
Adolf Loos também contribui para o conceito do espaço enquanto expressão arquitetônica essencial por meio do *Raumplan*, onde ele teoriza que cada ambiente, cada cômodo necessita de um tratamento específico e que as necessidades de um ambiente não devem interferir em seus ambientes contíguos, mas, que deve haver uma integração natural e prática entre eles (MOREIRA, NASLAVSKY, 2009; BENEVOLO, 1998). Loos afirma não projetar plantas, fachadas e corte, mas apenas espaços. Segundo o arquiteto “a solução do plano no espaço está no pensamento espacial livre, no arranjo dos espaços relacionados e interconectados num inseparável todo harmônico e em uma composição espacialmente eficiente” (LOOS in MOREIRA, NASLAVSKY, 2009, p.7).

A contribuição de Le Corbusier decorre dos cinco pontos da arquitetura moderna definidos por ele: pilotis, tetos-jardim, planta livre, janela corrida e fachada livre. Deles, a concepção da essência espacial decorre da “...ideia da planta livre, da estrutura independente do elemento da vedação e da liberdade, possibilitada pela independência desses elementos...” (MOREIRA, NASLAVSKY, 2009).

O espaço, considerado a essência da arquitetura modernista, foi também a essência do projeto tanto urbanístico, quanto dos edifícios do Campus Universitário Joaquim Amazonas, onde uma de suas características mais marcantes é o projeto moldado pelo zoneamento. A importância dada às características individuais de cada espaço e da necessidade de interconexão entre os diversos espaços criados é notório no projeto desenvolvido para o Campus por Mario Russo. Cabral (2006) destaca, no projeto da antiga Faculdade de Medicina, que “o uso é tão importante na definição do projeto que a modulação estrutural foi definida em função dos espaços que iria abrigar”.

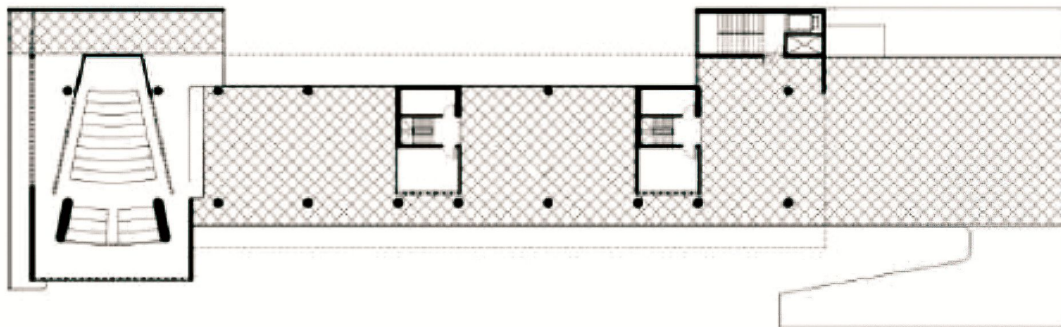
O Campus é uma área urbana de alta complexidade, pois reúne uma gama variada de atividades que funcionam tanto de forma independente quanto de forma dependente. Por isso, possui uma demanda geral traduzida na escala urbana, mas, também, cada edificação que o compõe possui um programa de necessidades próprio. Portanto, o zoneamento ocorre a partir de uma composição projetual definida em dois níveis, o da escala urbana e o da escala da edificação.

O antigo Instituto de Antibióticos, por exemplo, foi projetado com o zoneamento traduzido pela "sobreposição dos distintos setores em pavimentos" (AMORIM; BRASILEIRO; LUDERMIR, 2009, p.8). O pavimento térreo foi ocupado pela administração e outras atividades que necessitavam de contato mais direto com o meio externo e com o público em geral. O segundo e o terceiro pavimentos foram ocupados respectivamente pelo setor de microbiologia e química, que necessitavam de uma maior privacidade em relação a esse mesmo público geral. Já o primeiro pavimento foi estrategicamente configurado como área de separação e transição entre as atividades públicas e privadas do Instituto, sendo projetado como um pavimento vazado para usufruto de todos os habitantes e visitantes do edifício como área de convívio. Cada pavimento ainda apresentava uma configuração de zoneamento própria, com interligação dos laboratórios por meio de uma circulação interna destinada à utilização apenas dos pesquisadores e com uma circulação externa que poderia ser utilizada pelos visitantes.

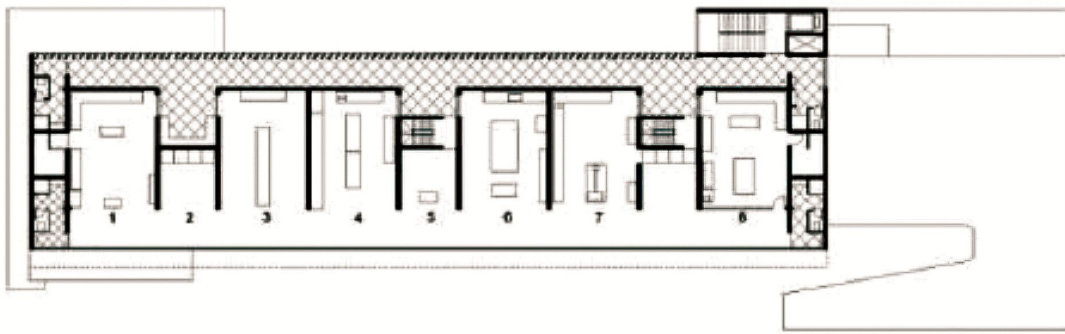


PLANTA BAIXA PAVIMENTO TÉRREO

1.CANTINA 2.BIBLIOTECA 3.TRANSPLANTE 4.CÂNCER EXPERIMENTAL 5.HISTOLOGIA 6.FARMACOLOGIA 7.SALA COM MÁQUINA
8.CIRCULAÇÃO 9. SECRETARIA 10.OFICINA ELÉTRICA 11.OFICINA DE VIDROS 12.OFICINA MECÂNICA

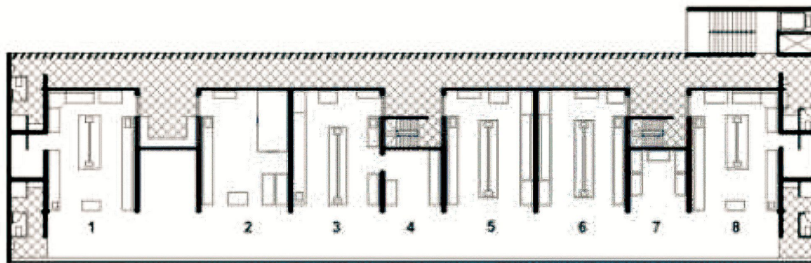


PLANTA BAIXA SOBRELOJA



PLANTA BAIXA SEGUNDO PAVIMENTO

1.MICROBIOLOGIA PROTOZOOLOGIA 2.CÂMARA DE REPLICAGENS 3.LABORATÓRIO 2-PROD. DE ANTIBIÓTICOS
4.LABORATÓRIO 3-EXTRAÇÃO DE ANTIBIÓTICOS 5.LABORATÓRIO 7 6.LABORATÓRIO 4-PREP. DE MEIOS DE CULTURA
7.PROTOZOOLOGIA 8.MICROBIOLOGIA



PLANTA BAIXA TERCEIRO PAVIMENTO

1.PREPARAÇÃO DE MATERIAL 2.CROMATOGRAFIA 3.ANÁLISE ELEMENTAR 4.SALA PARA MICRO CHN
5.ANÁLISE ORGÂNICA 6.SÍNTESE ORGÂNICA 7.SALA DE BALANÇAS 8.FISIOQUÍMICA

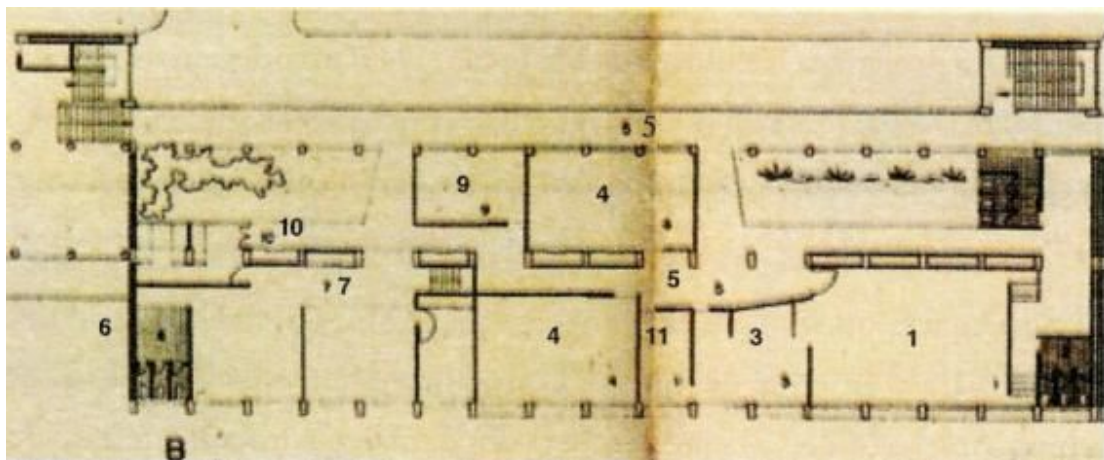
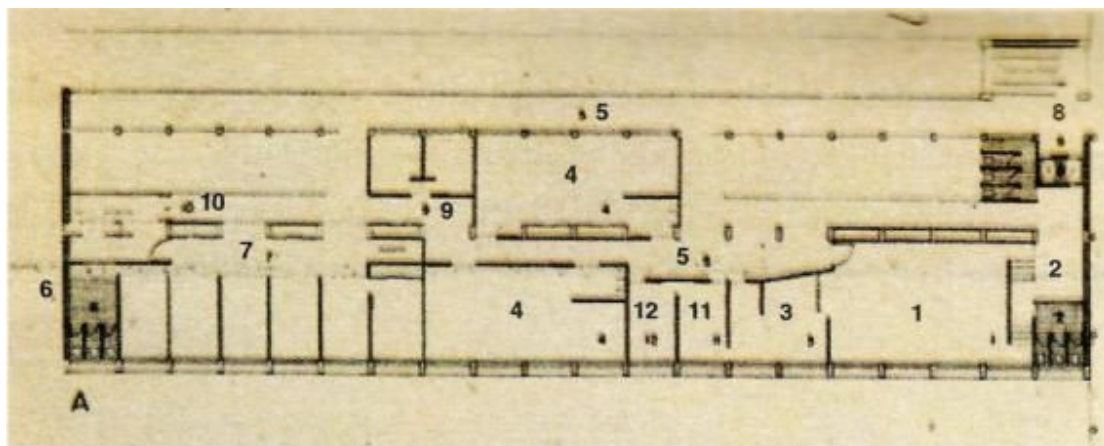
Fig.30 Projeto original do antigo Instituto de Antibióticos.

Fonte: AMORIM; BRASILEIRO; LUDERMIR, 2009.

No caso da Faculdade de Medicina, o conjunto edílico apresentava um zoneamento funcional baseado nas afinidades das cadeiras e das funções necessárias ao funcionamento da Faculdade. Esse zoneamento foi expresso na configuração volumétrica do conjunto formado por seis grandes blocos, com alturas e tamanhos variáveis, dispostos assimetricamente, onde o maior número de blocos se encontra voltado para a avenida perimetral do Campus. O

zoneamento característico do projeto possuía a seguinte configuração: os blocos A, B, C e D englobavam as atividades disciplinares, sendo cada um responsável por um conjunto de atividades afins;

No bloco A, foram locadas disciplinas relacionadas ao conhecimento médico no âmbito do que poderi a ser chamado de “micro”: histologia, patologia geral, microbiologia e parasitologia. No bloco B, foram organizados espaços para as disciplinas relacionadas à ciência aplicada à medicina: fisiologia, física biológica e química fisiológica. No bloco D, o último a direita, estão as disciplinas ligadas ao conhecimento médico no âmbito do “macro”: técnica operatória, anatomia patológica, anatomia descritiva e anatomia topográfica. Entre os blocos B e o D, encontra-se, ainda, o bloco C, que abriga tanto disciplinas relacionadas ao primeiro como ao segundo: medicina legal, farmacologia e higiene. (CABRAL, 2006, p.59)



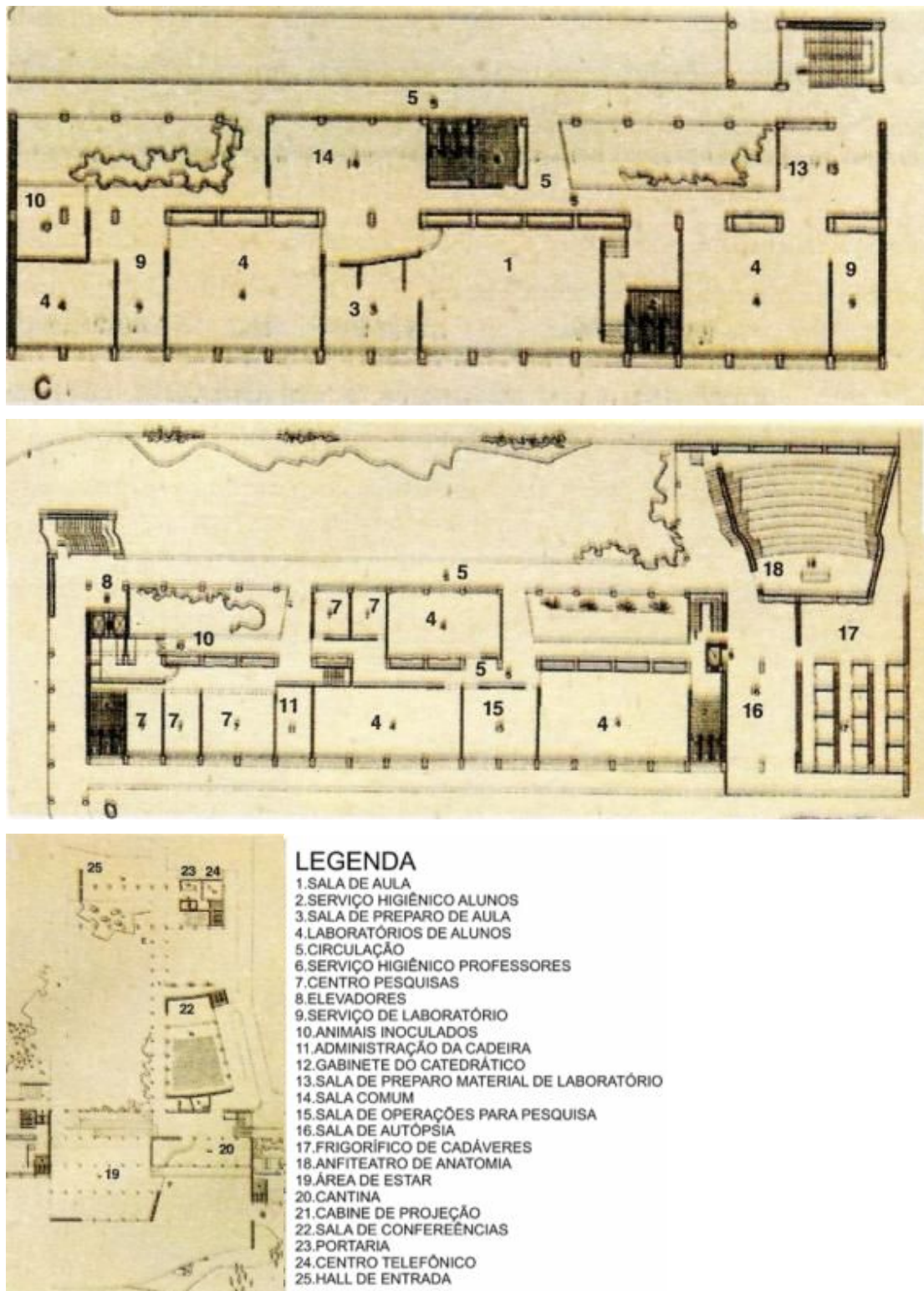


Fig.31 Projeto original da Antiga Faculdade de Medicina- Blocos A, B, C, D, E e F, respectivamente.

Fonte: CABRAL, 2006.

O bloco F abrigava as atividades comuns ou de convivência. Nele, encontravam-se o hall principal de entrada da Faculdade que era voltado para a avenida perimetral, área de estar, cantina, sala de leitura e terraço; o bloco E era o bloco que abrigava a função administrativa. Sua implantação era mais longínqua dos demais e mais voltada para o interior do campus, enquanto os outros se voltavam para o exterior. Tal bloco possuía ligação com uma passarela coberta que se estendia até a área interna da Universidade com a função de convidar os pedestres a entrarem no conjunto. O complexo da Faculdade possuía ainda o auditório, um volume independente localizado entre o bloco administrativo e o de atividades comuns. Além da setorização funcional traduzida nos diversos volumes do complexo arquitetônico da Faculdade, o projeto possuía também, assim como no caso do antigo Instituto de Antibióticos, o zoneamento em menor escala caracterizada por uma estrutura espacial interna distribuída nos pavimentos de acordo com as atividades a serem desenvolvidas em cada um dos seis blocos. De uma maneira geral, os blocos destinados às atividades disciplinares apresentavam uma relativa padronização que atendia às necessidades de propagação de um ensino prático e teórico, cuja estrutura era constituída por sala de aula, espaço para preparação das aulas, laboratórios e centro de pesquisa.

Outra edificação que demonstra com clareza seu princípio projetivo baseado no zoneamento funcional, como também a forte influência do modo de projetar de Mario Russo, é o antigo Instituto de Micologia, hoje ocupado pelo Núcleo de Hotelaria e Turismo (NHT), cujo autor do projeto é o arquiteto Reginaldo Esteves.

O programa do edifício foi concebido para abrigar atividades laboratoriais seguindo a mesma lógica de distribuição de circulações do Instituto de Antibióticos. Neste edifício as três atividades (química, microbiologia e farmacologia) ocupam, cada uma, um pavimento. As circulações são feitas por corredores paralelos (um destinado ao público geral e outro restrito aos pesquisadores) e, localizadas nos limites externos do prédio, delimitam os laboratórios. (SIMÃO et al., 2010, p.4)

A qualidade do espaço arquitetônico do Campus Joaquim Amazonas não foi traduzida apenas pelo zoneamento funcional. A tecnologia do concreto armado também possibilitou que a edificação sobre pilotis fosse implantada na configuração urbanística do Campus. O

pilotis é compreendido como uma série de colunas que sustentam o volume da edificação acima do pavimento térreo. Sendo assim, tal pavimento se torna vazado, o que confere um caráter aberto à edificação. Essa forma de projetar foi idealizada no plano urbano de Mario Russo, o que permitia que seus edifícios fossem permeáveis, já que, a nível do terreno, o pavimento vazado promovia a integração com a paisagem, além de permitir a livre circulação das pessoas dentre os edifícios.

No Hospital das Clínicas, Cabral aponta que, no contexto das obras do arquiteto Mario Russo, "pela primeira vez, o volume principal foi solto do chão" (CABRAL, 2006, p. 67). Dessa forma, os pilares do pavimento térreo assumiram o papel de soltar o volume do chão e promover a permeabilidade do edifício por meio de seu pavimento vazado.

O projeto original do CFCH também apresentava um grande bloco prismático de linhas ortogonais bem definidas, emoldurado pelo conjunto das empenas cegas e a laje de coberta, tudo isso suspenso sobre pilotis, com destaque para a generosa rampa que compunha sua fachada e dava acesso ao primeiro pavimento pelo exterior do edifício, possibilitando assim, uma comunicação direta entre o meio externo e o primeiro pavimento, sem que fosse necessário adentrar no pavimento vazado da edificação. Não apenas o CFCH e o HC, mas o Centro de Tecnologia e Geociência (CTG), os antigos Instituto de Micologia e de Antibióticos, todos eles foram originalmente projetados com o mesmo princípio do volume sobre o pilotis.

A volumetria original do edifício de Micologia é marcada pela articulação entre duas massas construídas e um vazio, pelo qual se tem acesso ao edifício. Sobre este vazio ergue-se o volume do pavimento superior, apoiado numa colunata. [...] O edifício é composto internamente por três planos interligados, térreo e pilotis, intermediário e superior, estes dois últimos só ocupando parte da projeção do edifício. (SIMÃO et.al, 2010, p.4)

O volume sobre pilotis trouxe para o Campus Universitário Joaquim Amazonas a continuidade e transparência resultante da tecnologia dos materiais que possibilitou novas sensações espaciais dentro do modernismo. Essa continuidade e transparência caracterizou

uma forte propriedade do projeto original do Campus: a permeabilidade do espaço urbano. Além dos volumes suspensos sobre pilotis, outras características projetivas contribuem para a caracterização dessa propriedade.

Na Faculdade de Medicina a permeabilidade era garantida pelo acesso principal do edifício. Um conjunto de colunas constitua uma área vazada que permitia a transição do espaço periférico do Campus, por onde passava a avenida perimetral, hoje BR101, para o seu interior, bem como possibilitava o acesso a todos os blocos da Faculdade, configurado, portanto, como um ponto estratégico de distribuição de fluxos e de integração entre meio externo e interno.

O Centro de Artes e Comunicação (CAC) foi originalmente projetado com uma configuração espacial em forma de tentáculos com diversos acessos que foram posteriormente fechados com elementos de vedação em vidro ou até mesmo pela ocupação do pavimento térreo.

iv. a relação com o lugar: a partir da década de 20, o movimento moderno se expandiu pelo mundo por meio de concursos, livros, revistas e exposições. Seus princípios foram difundidos, mas também tiveram de se adaptar a locais e culturas diversas. De acordo com Moreira e Naslavsky (2009), “seus aspectos universais tiveram de dialogar com heranças históricas, práticas vernaculares de construção e continuidades clássicas”.

Nesses novos e diferentes contextos, um dos fatores de adaptação está relacionado às condições climáticas, já que o modernismo nasceu na Europa e encontrou espaço em países com climas altamente distintos como é o caso do Brasil e, no caso do objeto de estudo, o Nordeste brasileiro:

Em uma cidade com a situação geográfica do Recife, a 8° de latitude do equador, ter-se-á que levar em conta nos estudos dos projetos de edifícios os fatores climatéricos, em particular o aproveitamento máximo da ventilação natural que representa um agente precioso de correção dos excessos de temperatura e realização de condições de conforto.
(RUSSO, 1956 apud CABRAL, 2006, p.48)

Desde os primeiros estudos de planejamento urbano para o Campus Universitário Joaquim Amazonas, é evidente a preocupação com a adequação ao clima quente e úmido inerente à cidade que o abrigaria, por isso, Mario Russo desenvolve uma concepção urbanística onde a implantação das edificações é orientada de acordo com estudo dos gráficos de ventos predominantes e de insolação da cidade.

Seu estudo culminou em um conjunto de edificações com áreas destinadas às grandes circulações voltadas para oeste, pois, sendo ambientes classificados como de transição e não de permanência, são primordialmente indicados para receber a insolação forte do sol poente com menor índice de correntes de ar. Já os ambientes destinados às atividades de ensino e pesquisa -classificados como de permanência- são voltados para leste, recebendo assim, uma maior incidência de vento em um maior intervalo de tempo durante o ano somado a um fator de exposição solar mais brando característico do sol nascente.

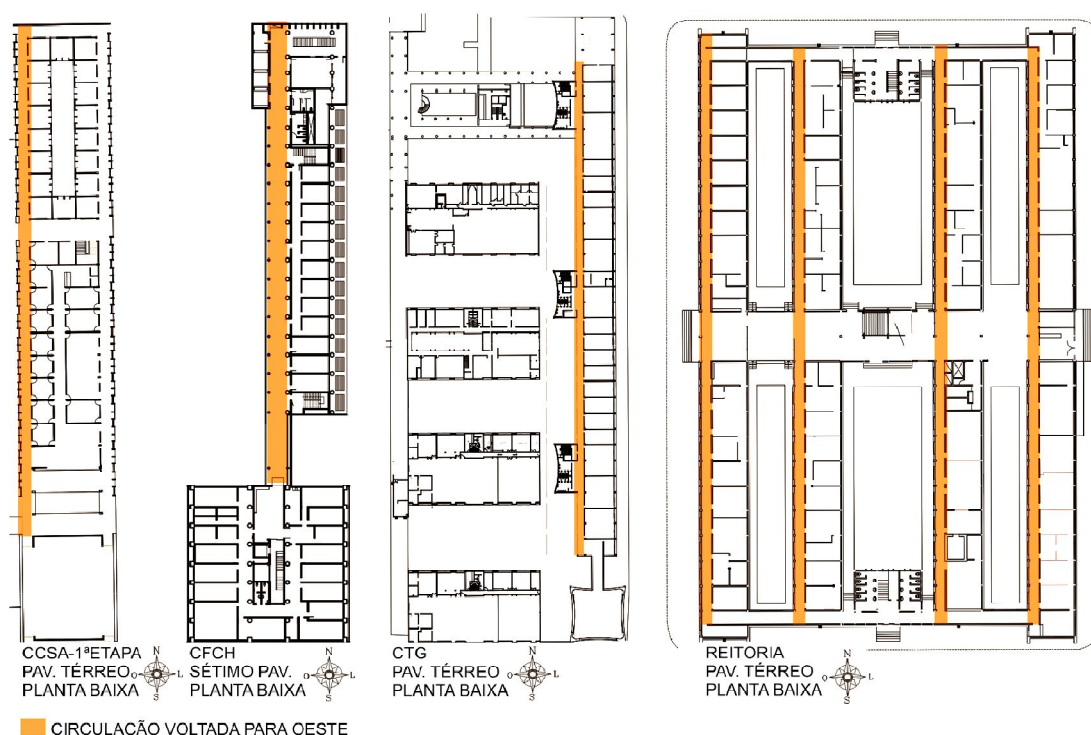


Fig.32 Plantas Baixas com destaque das circulações voltadas para oeste.

Fonte: DPP/UFPE (adaptado).

De acordo com Cabral (2006), no projeto original do Hospital das Clínicas, por exemplo, para todos os blocos previstos, as circulações são posicionadas em suas periferias longitudinais, no intuito de proteger os ambientes internos da insolação. Outras edificações como a Reitoria, a antiga Faculdade de Medicina, o antigo Instituto de Antibióticos, o CFCH, a antiga Escola de Engenharia e a primeira etapa do CCSA também obedeceram a esse tipo de implantação e orientação.

Não apenas a orientação foi marcante como fator de controle climático no modo de projetar do Campus, mas a utilização de elementos naturais amenizadores do clima também aparecem com destaque. Pátios internos e jardins que contribuem para a circulação do ar e para o abrandamento da insolação estão constantemente presentes no projeto das edificações.

Goodwin¹⁵ aponta dois aspectos positivos na arquitetura moderna brasileira. Um é o caráter aberto das habitações, sempre em contato com a natureza -<<mar, montanha, floresta>>- ou com a paisagem -<<visibilidade>>-, incentivando o vínculo estreito entre interior e exterior (...). (TINEM, 2006, p.83)



¹⁵ Philip Goodwin foi responsável pela publicação do primeiro livro sobre a difusão da arquitetura moderna brasileira, no ano de 1943, intitulado "Brazil Builds".



Fig.33 Pátio externo da antiga Faculdade de Medicina. **a.** vista superior. **b.** vista interna.

Fonte: A autora

O clima quente e úmido, com grandes amplitudes térmicas, fortes chuvas tropicais, altas temperaturas no verão, chamou a atenção do arquiteto italiano que em sua produção na cidade, denota a busca constante de soluções tentando resolver os problemas surgidos ao adotar a nova arquitetura de linguagem moderna aos trópicos. Desta maneira, no edifício da Faculdade de Medicina, se observa uma configuração que trabalhou com generosos pátios internos e externos, ajardinados, que criam sombras e microclimas ao proteger os ambientes da insolação direta. (AFONSO, 2006, p.493, tradução nossa)

Não apenas nos edifícios, mas também na configuração urbana do Campus Universitário Joaquim Amazonas, onde a generosa área de 156 hectares tem suas edificações implantadas de forma dispersa no terreno, o verde se torna elemento de destaque e de identificação do Campus, enquanto formador de sua paisagem, assim como na proposta do *plan Voisin* do arquiteto francês Le Corbusier, onde Benevolo descreve que "os edifícios são racionalmente ligados entre si e imersos no verde" (BENEVOLO, 1998, p. 431).

A relação com a natureza se caracterizou como a expressão de um modo de projetar mais humanizado. Moreira e Naslavsky (2009) destacam que “Neutra acreditava que o ser humano, como um organismo oriundo da natureza, deve construir um habitat para si de forma harmônica com esta”. De acordo com Cabral (2006), Mário Russo concebeu o Campus para ser uma cidade estendida sob o sol e o verde.



Fig.34 Pátios e áreas verdes do Campus Universitário Joaquim Amazonas.

Fonte: A autora

v. materiais modernos e tradicionais: quando da expansão da arquitetura moderna, os arquitetos se depararam também com situações de falta de industrialização e mão-de-obra especializada, o que era contraditório com uma das bases do movimento modernista, por isso, eles promoveram a utilização “tanto de materiais tradicionais como modernos e trabalharam a interação entre processos artesanais e industriais de construção” (MOREIRA, NASLAVSKY, 2009).

A busca pelo controle da insolação e iluminação naturais levou à larga utilização de elementos de proteção solar como os *brises-soleil* e os cobogós. No entanto, sua utilização não se restringiu apenas ao desempenho funcional de controle climático, mas também propiciou o desenvolvimento de soluções plásticas originais com a exploração do movimento que as fachadas ganharam por meio do jogo de luz e sombras.

Se, como diz Le Corbusier, a arquitetura é o jogo hábil, correto e magnífico de volumes sob a luz, o brise-soleil dá ao jogo e aos volumes infinita riqueza de modulação, em um sentido de quarta dimensão, através da transformação constante das sombras através da superfície de sol a sol. (MINDLIN, 1956 apud TINEM, 2006, p.82)

O cobogó foi um dos materiais tradicionais da região utilizados na construção do Campus Joaquim Amazonas em concordância com os materiais modernos e com implantação modernista. Utilizado originariamente na construção de paredes, foi implantado como elemento funcional no controle da iluminação e ventilação, bem como elemento de composição plástica pelo arquiteto Luís Nunes na década de 30, em Recife, sendo posteriormente difundido pelo país e generosamente utilizado nos edifícios do Campus como: o CFCH, o antigo Instituto de Antibióticos, a antiga Faculdade de Engenharia e a antiga Faculdade de Medicina.

No antigo Instituto de Antibióticos, por exemplo, "os cobogós de cerâmica vitrificada, tratados com uma coloração rosada, destacam-se na composição" (FREIRE, 2010, p.1). No caso do CFCH, suas fachadas compostas por cobogós em cerâmica de cor natural, são elementos de destaque na edificação pela coloração e suavização das linhas fortemente ortogonais do projeto.

Na fachada leste predominam os fechamentos de vidro para a adequada iluminação das salas de aula, enquanto na fachada poente predominam os panos de cobogós para proteger os corredores de acesso às salas. Esse jogo de aberturas permite a circulação cruzada dos ventos. Como resultado final, uma trama de cheios e vazios se integra à ortogonalidade rigorosa do edifício. Esse exemplo de edificação vazada, desmaterializada, caracteriza-se pela presença tátil e cromática de cerâmicas recortadas e multiplicadas. O uso dos cobogós cerâmicos na cor natural reforça a liberdade com que o arquiteto se apropria dos materiais e cromatismos locais na criação de uma nova linguagem. (idem, p.2)



Fig.35 Cobogós cerâmicos do CFCH.

Fonte: A autora

Já no caso da antiga Faculdade de Medicina, foi implantada uma solução bastante original. Os volumes das escadas são formados pela estrutura de sustentação em concreto armado e fechamentos em cobogós de vidro formando grandes panos de ventilação, verticalmente

vitrificados, em contraste com a horizontalidade marcante dos blocos. O material utilizado foi fabricado por uma empresa italiana instalada em Recife (AFONSO, 2006). Os Institutos de Micologia e de Antibióticos também apresentaram a utilização de "elementos vazados em vidro, que possibilitavam a aeração e iluminação interna, dentro dos princípios climáticos do modernismo" (SIMÃO et. al., 2010, p.5).



Fig.36 Cobogós em vidro da antiga Faculdade de Medicina.

Fonte: A autora

Os *brises-soleil*, idealizados inicialmente por Le Corbusier, foram amplamente utilizados no desenvolvimento da arquitetura da região nordeste do Brasil. São elementos externos formados por uma série de lâminas cuja função é a proteção do ambiente interno da incidência direta da luz solar. É possível encontrá-los distribuídos nas edificações do Campus Universitário Joaquim Amazonas em diversas formas e tamanhos, apresentando, assim, variadas composições em suas fachadas que terminam por suavizar os volumes sempre de grande rigidez ortogonal. Novamente, a solução encontrada por Mario Russo para a antiga

Faculdade de Medicina na utilização dos *brises-soleil* confere grande riqueza ao projeto. Apresentam-se como elementos de ferro que são a extensão dos guarda-corpos da circulação poente na vertical, formando, no pavimento imediatamente inferior, um grande elemento de proteção solar horizontal.

Como elemento especial neste projeto, Russo projetou arremates metálicos em ferro que funcionam como brises horizontais que correm na fachada poente, pois estão ligados aos guarda-corpos compondo uma peça única, que proporcionam uma unidade visual às soluções construtivas, além de conferir maior proporção à volumetria como um todo. (AFONSO, 2006, p. 497, tradução nossa)



Fig.37 Brises em ferro da antiga Faculdade de Medicina.

Fonte: A autora

No antigo Instituto de Antibióticos os *brises-soleil* são projetados em concreto armado e espaçados de 30cm em 30cm, protegendo a circulação voltada para o poente e enquadrando

o ângulo de visão da paisagem, já que não são ortogonais ao plano da fachada. Estão presentes também no CAC cujas dimensões variam de acordo com a fachada onde são implantados, na Biblioteca Central com morfologia bastante peculiar, antigo Instituto de Micologia, Hospital das Clínicas, dentre outros.



Fig.38 Brises-soleil. **a.** CAC. **b.** antigo Instituto de Antibióticos.

Fonte: A autora

Tais estratégias apresentadas no combate à luz e ao calor excessivos resultantes do clima da cidade onde o Campus está inserido expressam importante papel no exercício compositivo de suas edificações, visto que não se apresentam apenas como solução a um problema pontual, mas de forma criativa, transformam o que inicialmente é um ponto desfavorável ao exercício da arquitetura -o clima- na vantagem de aproveitá-lo como elemento de composição do volume da edificação.

Goodwin também aponta o desenvolvimento das técnicas de utilização do concreto como um ganho que não se limita às ousadas estruturas, mas que se estende às vedações, onde se convertem em inventivas soluções para aplacar os rigores do clima, como as grades de concreto e as paredes de cobogós. Ou seja, percebe que há uma linguagem completa desenvolvida a partir das possibilidades do material. (TINEM, 2006, p.83)

Os valores destacados conferem ao Campus Universitário Joaquim Amazonas, apesar da diversidade de edificações e de autorias, uma unidade projetual de caráter modernista, onde as necessidades advindas das características regionais e de exigências funcionais características da instituição de ensino superior, formam um exemplar de conjunto urbano que se destaca em meio à cidade, não apenas por suas configurações arquitetônicas e urbanísticas, mas também por sua história. Sendo assim, para efeito dessa pesquisa, considera-se que o objeto de estudo possui relevante potencial enquanto patrimônio da arquitetura moderna e, portanto, necessita de salvaguarda e conservação, apesar de não haver nenhum reconhecimento oficial até o momento.

3. FATORES DA GESTÃO INSTITUCIONAL

Nesse capítulo, busca-se o levantamento dos fatores institucionais em nível nacional que são condicionantes e limitadores para a gestão das universidades, a partir de seus instrumentos legais reguladores iniciais, das reformas que alteraram tais instrumentos e dos programas implantados pelo governo federal objetivando o crescimento físico e pedagógico das IFES. Pretende-se, também, levantar os fatores próprios da UFPE condicionantes e limitadores de sua gestão institucional: sua legislação específica e os dados quantitativos relacionados à Instituição ao longo de sua história.

3.1 A política institucional de ensino superior no Brasil

A primeira universidade brasileira, a URJ, foi instituída em 1920 como dito anteriormente, no entanto, o Estatuto das Universidades Brasileiras só foi implantado em 11 de Abril de 1931, no governo de Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 19.851, cujo Art. 1º definia a finalidade maior do ensino universitário no país:

“[...]elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.”

Apesar de expor a importância da pesquisa científica no ensino superior, aparentemente a realidade da educação universitária brasileira, mesmo após a implantação do Estatuto, era de um quadro que não incentivava em larga escala a pesquisa científica de acordo com Alípio Castello Branco (MEC, 1984). No geral, assim como aconteceu na URJ, o esforço direcionado ao desenvolvimento dessa prática acontecia de forma individual pelo pesquisador e não pela instituição. Isso acontecia porque o contexto econômico do país era caracterizado por um processo acelerado de industrialização nas cidades e a universidade

funcionava como um meio de formar mão de obra devidamente capacitada para trabalhar nesse meio. Desse modo, a pesquisa científica era deixada em segundo plano, visto que era mais importante investir na capacitação profissional.

Historicamente, portanto, a persistência do caráter colonial e dependente do desenvolvimento prescindiu, ou mesmo impediu, a organização e a valorização social da pesquisa científica e tecnológica no País, restringindo o ensino superior à formação profissional e reforçando a função simbólica da titulação. [...] Só mais tarde, mediante a intensificação dos programas de pós-graduação, a introdução do regime de tempo integral nas Universidades e o apoio institucional e financeiro de órgãos como o CNPq e a FINEP, surgiram no País as condições para a atividade científica. (MEC, 1984, p.25)

O Estatuto organizava a formação administrativa da universidade em dois órgãos: Reitor e Conselho Universitário. O Reitor era o órgão executivo supremo da Universidade e sua nomeação ficava ao encargo do representante do governo federal ou estadual, dependendo de qual esfera era responsável pela sua manutenção. Por sua vez, o Conselho Universitário era o "órgão consultivo e deliberativo da Universidade" (Art. 22). A universidade dispunha ainda de uma Assembleia Universitária que não possuía poder deliberativo e era formada por todo o corpo docente da instituição (Art. 24).

A constituição do corpo docente deveria acontecer da seguinte forma: professores catedráticos, auxiliares de ensino e docentes livres. O professor catedrático era instituído a partir de concurso de títulos e prova. Ao assumir o cargo ele tinha o direito de exercer a cátedra por 10 anos, podendo, ao fim desse período realizar novo concurso, apenas de títulos, para recondução do cargo. Nesse caso, sendo aprovado, o professor adquiria os benefícios da vitaliciedade e inamovibilidade, dos quais só seria destituído em caso de abandono do cargo ou sentença judicial. Ao professor catedrático cabia o ministério de disciplina nos cursos normais, onde ele tinha autonomia para designar, dentre os auxiliares de ensino e docentes livres, seus colaboradores. Os auxiliares de ensino não apenas eram colaboradores dos catedráticos nos cursos normais, como também na "prática de pesquisas

originais, nos domínios de qualquer das disciplinas universitárias" (Art. 68). Por fim, o docente livre era designado à ministração dos cursos equiparados.

Didaticamente os institutos formadores da universidade poderiam oferecer os seguintes cursos:

a) cursos normais, nos quais será executado, pelo professor catedrático, o programa oficial da disciplina; b) cursos equiparados, que serão realizados pelos docentes livres, de acordo com o programa aprovado pelo Conselho técnico-administrativo de cada instituto, e que terão os efeitos legais dos cursos anteriores; c) cursos de aperfeiçoamento que se destinam a ampliar conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados domínios da mesma; d) cursos de especialização, destinados a aprofundar, em ensino intensivo e sistematizado, os conhecimentos necessários às finalidades profissionais ou científicas; e) cursos livres, que obedecerão a programa previamente aprovado pelo Conselho técnico-administrativo do instituto onde devem ser realizados, e que versarão assuntos de interesse geral ou relacionados com qualquer das disciplinas ensinadas no mesmo instituto; f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários. (ESTATUTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, Art. 35)

Os cursos de aperfeiçoamento e de especialização poderiam ser ministrados tanto por um professor catedrático, quanto por um docente livre. Já os cursos livres estariam ao encargo de um professor da casa ou de um profissional que não estivesse enquadrado no corpo docente da instituição, mas que dominasse o assunto, podendo ser brasileiro ou estrangeiro. No caso da extensão universitária, os diversos institutos da universidade deveriam organizar cursos ou conferências em outros institutos ou em qualquer lugar que difundisse e compartilhasse o saber em massa.

Há ainda, nessa estrutura, outra categoria de docentes, os professores contratados, situação que ocorria de forma eventual, de acordo com as necessidades da instituição, para assumir por tempo determinado o ensino de qualquer disciplina, a cooperação com o professor catedrático, a realização de cursos de aperfeiçoamento e especialização ou a coordenação de pesquisas científicas.

Essa foi a primeira estrutura institucional definida para as universidades brasileiras, cuja situação organizacional estaria descrita em estatutos próprios, onde cada uma poderia fazer as devidas adaptações regionais, devendo ser, no entanto, aprovados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública para ter validade.

As prerrogativas necessárias para que um aluno ingressasse em uma universidade brasileira não incluía nenhum processo seletivo. Era necessário apresentar certificado de curso secundário fundamental ou curso ginásial superior, os devidos documentos de identificação, ter a idade mínima exigida e ter recurso financeiro para o pagamento das taxas.

Em 1945, a Universidade do Brasil passou por uma reforma institucional por meio do Decreto-Lei nº 8.393 de 1945, que modificou a estrutura administrativa das universidades brasileiras, visto que a mesma foi implantada para ser seguida como modelo. Nessa reforma, os órgãos componentes da universidade passaram a incluir um novo ente além dos três que já existiam, o Conselho de Curadores:

*Órgão da administração financeira da Universidade, presidido pelo Reitor, e composto por representantes do Conselho Universitário, da Assembléia Universitária, da Associação dos Antigos Alunos, do Ministério da Educação e Saúde, e de pessoas físicas e jurídicas que tenham feito doações à Universidade.*¹⁶

Além disso, a reforma trouxe consigo a organização das Faculdades e Escolas em departamentos, onde cada um era dirigido por um chefe, nomeado dentre os professores catedráticos e todos eles eram submetidos à gerência do diretor do estabelecimento de ensino. No entanto, a realidade não aconteceu como fora estabelecido na legislação, visto que a estrutura das cátedras vitalícias continuou em vigência.

O novo estatuto prevê que as Faculdades e Escolas devem se organizar em departamentos, dirigidos por um chefe, escolhido entre os professores catedráticos que os compõem. Apesar disso, e durante os vinte anos seguintes, é o regime da cátedra vitalícia e não o de departamento, que organiza a vida didática e acadêmica da Universidade.

¹⁶ Informação retirada do site da UFRJ. Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Essa estrutura administrativa, com pequenas modificações, funciona durante todo o período da Constituição de 1946, ou seja, até o final da década de 1960. O crescimento da instituição ocorre, tão somente, em função de pressões da sociedade pelo aumento do número de vagas e pela multiplicação desordenada das unidades, muitas delas surgidas para resolver conflitos de interesses entre catedráticos no interior das já existentes.¹⁷

O modelo institucional do ensino universitário brasileiro objetivou, por meio de instrumento legal, a coesão entre as diferentes faculdades e escolas formadoras da instituição com a implantação do sistema de departamentos, no entanto, percebe-se que, na prática, o sistema de cátedras permaneceu dominante na instituição. Com o passar dos anos, surgiu a necessidade de novas discussões sobre a transformação do ensino superior brasileiro e a implantação de uma reforma mais eficaz, como será descrito no próximo item.

3.2 As reformas universitárias e seus reflexos

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi implantada no governo de João Goulart, pela Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Ela regulava todos os níveis da educação no país e, no que tange o ensino superior, trazia o seu objetivo, que não era diferente do explicitado no Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, dando ênfase a pesquisa e a formação do profissional de nível universitário. Abordava também uma nova estrutura de cursos que podiam ser oferecidos nas universidades, descrita no Art. 69:

Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

¹⁷ Informação retirada do site da UFRJ. Disponível em:
<http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA>. Acesso em: 13 dez. 2011.

A LDB deixou de fazer menção aos professores catedráticos, salvo no Art. 76 em que a nomeação do Diretor dos estabelecimentos de ensino superior federais ficava ao encargo do Presidente da República, nomeado dentre uma lista tríplice de professores catedráticos eleitos pela Congregação, fato que contribuiu para o enfraquecimento do sistema de cátedras.

Com a nova Lei, outra mudança de grande impacto foi implantada, o ingresso dos alunos nas universidades passou a acontecer por meio da prestação de um concurso classificatório, fato que aumentou as chances de uma parcela maior da população de adentrar no ensino superior.

Após a LDB, aconteceu a impactante Reforma Universitária de 1968, implantada pela Lei nº 5.540. Antes de discorrer sobre ela, é necessário entender todo o contexto prévio, formado pelos movimentos estudantis e pelas respectivas respostas governamentais que vieram à tona para que houvesse a implantação da referida Reforma.

A efervescência estudantil constituía-se de um caráter reivindicativo por causa de uma série de questões evidenciadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE). De acordo com Fávero, as questões mais discutidas pelos estudantes eram:

a) autonomia universitária; b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos. (FÁVERO, 2006, p. 29)

Um dos problemas que provocou a organização de manifestações e protestos foi a chamada "crise de excedentes", relacionada ao grande contingente de pleiteantes às vagas para entrar no ensino superior, mas que não conseguiam aprovação, quando, ao mesmo tempo, um grande número delas não era preenchida.

Por parte do governo, nos anos de 1966 e 1967 entraram em vigor dois instrumentos legais, o Decreto-Lei nº 53 e o Decreto-Lei nº 252, resultado de estudos realizados pela Universidade do Brasil, cujos princípios e normas instituídos foram utilizados como base para a Reforma Universitária de 1968. Destacam-se aqui alguns deles: a exigência da coexistência entre ensino e pesquisa dentro de uma mesma unidade universitária, onde cada Faculdade, Escola ou Instituto deveria abrigar os dois objetivos do ensino superior; a organização institucional em departamentos, definido no Art. 2º § 1º do Decreto-Lei nº 252/67 como "a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal", esclarecendo ainda, no § 2º, que o departamento deveria compreender disciplinas afins e congregar professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa; a definição da coordenação didática de cada curso ao encargo de um colegiado formado por representantes do departamento diretamente ligados ao ensino do curso.

Além desses instrumentos legais, três programas de pesquisas a respeito do ensino superior no país foram utilizados no desenvolvimento da Lei da Reforma de 68: o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado pelos acordos MEC/USAID; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968).

A Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES) apresentou oficialmente um relatório (acordo MEC/USAID) em 1968, cuja publicação só ocorreu em 1969, que era um diagnóstico da situação do ensino superior no país. Nele, foram analisados alguns dos problemas relativos ao ensino superior, identificados pela equipe: o mercado de trabalho profissional; a relação entre a universidade e o ensino superior; o processo de admissão dos alunos por meio do vestibular; a expansão do ensino superior; a revisão dos currículos; a implantação do "sistema departamental, no intuito de criar subunidades que contribuam para fortalecer uma unidade mais geral" (EAPES, 1969, p.VIII); a instituição da pós-graduação, uma ideia ainda pouco desenvolvida; as relações entre Estado, Universidade e Empresa; dentre outros (EAPES, 1969).

No que diz respeito à questão da expansão do ensino superior, o Relatório apontou um crescimento da demanda de alunos em busca de um lugar nas instituições de ensino superior

decorrente de uma explosão demográfica presente no país, bem como de sua crescente urbanização e industrialização. Para solucionar a questão, não no presente, mas em um futuro próximo, algumas medidas foram levantadas pela equipe como possíveis soluções: maior variedade das modalidades de cursos oferecidas pela instituição, pois a concentração maior dos alunos se dava nos cursos normais da graduação, quando uma série de outras opções poderia prepará-los para o mercado; maior integração entre as escolas com a adoção de uma metodologia que utilizasse um ciclo básico e um ciclo profissional; a criação de um sistema de bolsas que permitisse um acesso igualitário para integrantes de qualquer classe social; a adoção do sistema de créditos em substituição ao sistema seriado; o incentivo ao interesse dos alunos pelas demais áreas e cursos que não os tradicionais, como Enfermagem, Veterinária e outros que eram igualmente importantes no processo de desenvolvimento do país.

Outro programa de pesquisa e diagnósticos foi desenvolvido por Rudolph Atcon, norte-americano convidado pela Diretoria de Ensino Superior "com o objetivo de propor as alterações estruturais que julgasse necessárias às universidades brasileiras" (PINTO; BUFFA, 2009, p.109). Dos trabalhos desenvolvidos por ele, resultou uma publicação intitulada 'Manual Sobre [sic] o Planejamento Integral do Campus Universitário', encomendado pelo Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras, manual este que se tornou fonte de grande influência no planejamento e construção dos campi universitários brasileiros.

No manual, Atcon trouxe algumas ideias e princípios de grande importância, muito embora estabelecesse uma forma de projetar o campus universitário considerada utópica. Historicamente, relevou que a problemática da universidade estava atrelada à falta de planejamento integral do campus, demonstrando que ele é um organismo único e deve ser vivenciado e planejado como tal, ao invés de apresentar-se como "uma série de escolas administrativamente independentes, academicamente soltas [sic] e estruturalmente inconexas entre si" (ATCON, 1970, p.12).

Agregou também, assim como no caso do relatório da EAPES, a diversificação dos tipos de cursos que o ambiente universitário deveria oferecer e a divisão estrutural acadêmica em departamentos. No caso da organização estrutural, ele definiu cada um dos níveis estruturais

da universidade: Unidade; Departamento; Centro universitário; Instituto; Escola ou Faculdade.

Unidade: Na universidade integral, qualquer entidade com reconhecível estrutura administrativa própria - que inclua pessoal, material e designação orçamentária - pode ser uma unidade acadêmica. (...)

Departamento: É uma unidade universitária que integra acadêmica, científica e administrativamente todas [sic] as matérias-disciplinas afins a um campo do conhecimento (...).

Centro Universitário: É a unidade máxima de uma universidade, que agrupa vários departamentos de campos ou áreas afins (...).

Instituto: É uma unidade universitária agregada a um centro, dedicada primordialmente à pesquisa de uma matéria interdisciplinária(...).

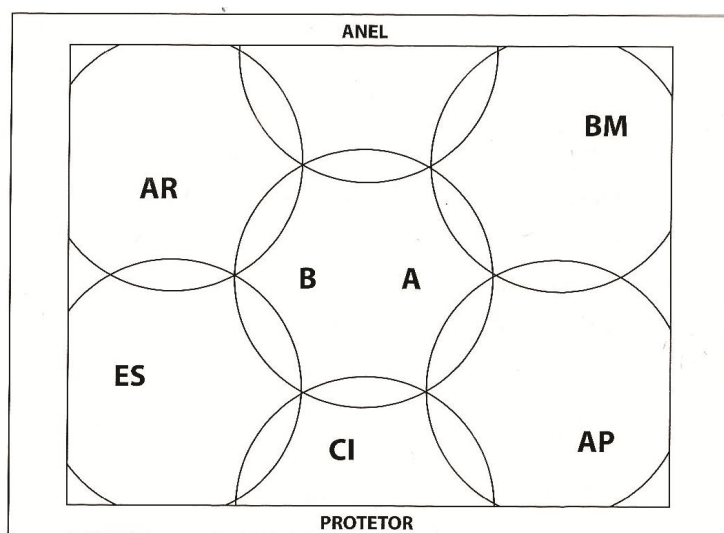
Escola ou Faculdade: São quase sinônimas, no Brasil, para unidades do ensino superior - com ou sem incorporação em universidade - que cuidam de uma ou mais carreiras profissionais afins. (idem, p.15-17)

Fisicamente, o Manual de Atcon desenvolveu um plano geral para se projetar um campus universitário onde deveriam ser seguidos cinco princípios básicos: 1. Anel: o campus deveria ser envolto por um anel que garantisse sua proteção; 2. Espaço: as construções deveriam distribuir-se de forma horizontal e não vertical, devido a questões econômicas e condições de expansões futuras; 3. Interdependência: definia regras para o devido entrelaçamento econômico, funcional e lógico entre os setores acadêmicos; 4. Posições: um zoneamento ou setorização geral foi definido para ser utilizado como padrão em qualquer universidade; 5. Orientação: definia a orientação do campus como dependente das condições de insolação e ventilação do local.

O diagrama que Atcon desenvolveu para implantação de uma setorização padrão para as universidades brasileiras apresenta em seu entorno o anel viário protetor da área do campus e define o zoneamento dividido nos seguintes setores: Biomédico, Esportivo, Agropecuário, Artístico, Tecnológico, Cibernético e Básico.

Nos flancos do retângulo, implantou estrategicamente quatro setores: Biomédico, Esportivo, Agropecuário e Artístico. A opção parece buscar maior permeabilidade desses setores com a cidade, principalmente o Biomédico com seu hospital e o setor de esportes. Nessas posições, somente uma entrada seria suficiente para permitir o acesso a cada setor e não daria oportunidade para que visitantes circulassem pelo restante do campus [sic]. Entre essas áreas distribuídas nos cantos do sítio, entremeando-se com elas, estaria, de um lado, o setor Tecnológico e, de outro, o setor Cibernético.

Bem no centro do terreno propõe a implantação do setor Básico, composto quase exclusivamente de salas de aulas onde os alunos teriam de cumprir, obrigatoriamente, seus créditos iniciais. (PINTO; BUFFA, 2009, p.113-114)



AR: artístico; BM: biomédico; AP: agropecuário;
ES: esportivo; CI: cibernético; BA: básico

Fig.39 Diagrama de Atcon para a setorização padrão das universidades.

Fonte: PINTO; BUFFA, 2009, p.111

Os princípios defendidos por Atcon não eram nenhuma novidade no cenário internacional e até mesmo brasileiro, visto que, o próprio Campus Joaquim Amazonas, cujo plano urbano é datado de anos antes, já trazia em sua concepção original a ideia do anel viário, o zoneamento funcional e a questão da orientação voltada a obtenção do conforto climático. No entanto, o zoneamento funcional do objeto de estudo da pesquisa, não possui nenhuma relação com aquele proposto por Atcon, até porque o funcionamento institucional das universidades é bastante distinto nas duas épocas.

Em suas conclusões para o Manual, Atcon chama a atenção para um aspecto de suma importância para a gestão de um campus universitário, o fato de que a universidade não era planejada segundo a unidade que deveria ser, com enfoque na importância da presença de um especialista que tivesse o devido conhecimento da estrutura universitária para seu desenvolvimento:

a. A norma, de fato, é a improvisação, sem que ninguém soubesse dizer do porque de tal ou qual medida. b. O planejamento universitário, quando se faz, é feito sem um enfoque integral. c. O comum é de supor - contra toda [sic] razão ou experiência - que "qualquer pessoa" está em condições e autorizada para opinar sobre [sic] a estrutura universitária. Um pouco mais de humildade pelos participantes deste [sic] processo, avançaria sensivelmente a causa da modernização universitária. (ATCON, 1970, p.105)

De fato, tal conclusão trazida por Atcon, tornou-se uma infeliz realidade no cenário do Campus Joaquim Amazonas. A improvisação consequente da falta de planejamento universitário que previsse as intervenções que seriam necessárias para moldar o espaço físico da UFPE às novas e crescentes necessidades, provocou ações de degradação à condição de integridade de seu patrimônio, como será visto no capítulo quatro.

Por fim, a comissão criada pelo Decreto nº 62.024 de 1967 para emitir parecer sobre as reivindicações relacionadas com as atividades estudantis, presidida pelo general Carlos Meira Mattos, elaborou um documento oficial conhecido como 'Relatório Meira Mattos'. Nele, a comissão determinou alguns pontos críticos reconhecidos como obstáculos ao desenvolvimento da política educacional. Dentre eles, destaca-se a recorrente questão apontada em todas as pesquisas: a necessidade de atendimento à crescente demanda por vagas, onde uma das soluções apontadas foi a urgência da implantação da reforma universitária que já vinha sendo rascunhada desde a promulgação dos Decretos-Leis nº53/66 e 252/67.

Outro ponto crítico foi a morosidade na implantação da reforma que traria diretrizes importantes como: a criação do regime de créditos, com a matrícula por disciplinas dividas em obrigatórias e eletivas; a distribuição do ano escolar em semestres, o que permitiria a admissão de mais de uma turma anualmente; a implantação do vestibular unificado para aproveitamento total de todas as vagas disponíveis; a implantação do ciclo básico seguido pelos ciclos profissionais que possibilitaria maior velocidade e versatilidade na formação dos profissionais. (COMISSÃO MEIRA MATTOS in FÁVERO, 1991)

Nesse contexto de crise universitária, foi aprovada no Congresso Nacional, a Lei 5.540, no ano de 1968, constituída como a base da Reforma Universitária responsável pelo desencadeamento de um longo processo de expansão do ensino superior brasileiro. A referida Lei estabeleceu definitivamente a autonomia para as universidades. De acordo com Atcon, autonomia significa:

a não intervenção do Estado na administração financeira, acadêmica e científica da universidade. Significa sua liberdade de selecionar, contratar ou remover pessoal, moldar sua própria estrutura e administração, criar sua política de desenvolvimento e crescimento, formular ou eliminar cursos, ensinar e pesquisar sem indevidas interferências e pagar os salários que a universidade e não o serviço público determina. Significa tudo o que se considerasse útil fazer ou determinar, dentro dos objetivos que persegue como instituição superior de ensino e pesquisa e dentro das limitações impostas por seus recursos financeiros. (ATCON, 1970, p. 13)

Estabeleceu também, de forma definitiva, o sistema departamental, onde o departamento era a menor fração da estrutura universitária, como já tinha sido explicitado no Decreto-Lei nº252. Consequentemente, extinguiu a cátedra, esta que já vinha perdendo força desde os decretos anteriormente mencionados. No entanto, Fávero afirma que "embora a cátedra tenha sido legalmente extinta, em muitos casos foi apenas reduzida sua autonomia. A departamentalização encontra resistências desde o início da implantação da Reforma Universitária" (FÁVERO, 2006, p. 34).

A Lei 5.540/68 instituiu também a participação dos docentes nos diversos setores na administração superior da instituição, bem como a coordenação de cada curso por meio de

um colegiado, observando que, na formação deste, "não subsista, necessariamente, a preponderância de professores classificados em determinado nível" (Art. 14). Tal medida revela a tentativa de promover uma inclusão maior de todos os níveis de docentes na estrutura administrativa das universidades.

Outro aspecto significativo foi que, a partir da Reforma de 68, a pós-graduação e a pesquisa científica passaram a ter a devida relevância que vinha sendo calcada há anos, tornando-se esta última indissociável do ensino, visto que, tanto as unidades formadoras da instituição quanto a carreira instituída para os docentes foram obrigadas a abranger simultaneamente os dois universos ligados à educação, provocando uma grande mudança no perfil acadêmico das universidades.

As modalidades de cursos que passaram a vigorar foram: a) graduação; b) pós-graduação; c) especialização; d) extensão e outros. A estrutura acadêmica implantou o ciclo básico e o sistema de créditos com períodos semestrais. A adesão à graduação ficou vinculada à classificação do candidato em exame vestibular unificado, onde o nível máximo de exigência era o de 2º grau (atual ensino médio) e o conteúdo deveria ser o mesmo para as áreas de conhecimentos afins, medida essa que procurou tornar mais racional a distribuição das vagas. O corpo docente adquiriu ainda o direito a voz e voto nos órgãos colegiados e nas comissões instituídas pelos estatutos e regimentos, cuja representação não podia ultrapassar um quinto do total de membros.

A Lei 5.540/68 vigorou por quase 30 anos, sendo revogada em 1996, pela nova LDB, a Lei 9.394/96, com pequenos acréscimos ou modificações em relação à anterior. Tal Lei, quando se refere ao ensino superior, acrescentou um novo termo à finalidade da educação brasileira, que não mais se restringia apenas a prática do ensino propriamente dita e da pesquisa científica, mas também passou a englobar o desenvolvimento da cultura, com destaque para a necessidade de existência de uma relação entre as comunidades interna e externa à instituição.

As modalidades de cursos relacionadas na nova LDB são: a) cursos sequenciais por campo de saber; b) graduação; c) pós-graduação (abrangendo programas de mestrado, doutorado,

especialização, aperfeiçoamento e outros); d) extensão. Os cursos, bem como as instituições, passam a depender de renovações periódicas por meio de avaliação.

As universidades são definidas pela Lei 9.394/96 como instituições pluridisciplinares que devem apresentar obrigatoriamente: produção intelectual, corpo docente com pelo menos um terço do quadro ocupado por mestres e doutores, além do mesmo percentual em regime de tempo integral. A Lei permanece concedendo autonomia as instituições de ensino superior pública e permite ainda que seus órgãos colegiados deliberativos sejam formados por segmentos da comunidade institucional, local e regional, fixando o percentual de setenta por cento dos assentos de tais órgãos aos docentes.

As reformas universitárias provocaram grandes mudanças no modo de funcionamento institucional das universidades brasileiras que refletiram significativamente em seus espaços físicos. No caso do objeto de estudo desta pesquisa, por exemplo, um de seus edifícios mais emblemáticos, a antiga Faculdade de Medicina, que foi concebido para atender, de forma muito direcionada, o sistema de cátedras da Faculdade, com as reformas universitárias, passou a atender uma diversidade de cursos, teve de se adaptar ao novo sistema do ciclo básico e ainda abrigar uma variedade de departamentos. Para que todas essas transformações fossem possíveis, são incontáveis as intervenções a que o edifício teve de se submeter para se tornar o atual Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Não apenas processos de intervenções passaram a ser necessários nos espaços físicos das universidades públicas brasileiras, mas urgia, também, a necessidade de expansão física dos campi e, para atender essa demanda, alguns programas de incentivo a essa expansão foram implantados pelo governo federal ao longo da história, como será explicado no próximo item.

3.3 Os programas de incentivo à expansão das universidades federais

Foram identificados três programas implantados pelo governo federal com o objetivo de expandir o espaço físico das universidades brasileiras para dirimir as insuficiências que se fizeram presentes com a expansão institucional proveniente das reformas universitárias. São

eles: o PREMESU, resultado direto da Reforma de 1968 implantado na década de 70; o CEDATE que substituiu o PREMESU na década de 80 e o REUNI, iniciado em 2007 com vigência até dezembro de 2012.

O Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU) foi instituído pelo Decreto nº 73.857 de 1974, tendo caráter transitório até que fossem cumpridos os objetivos descritos no Art. 2º:

- a) gerir e coordenar projetos específicos, na área do ensino superior, relativamente à expansão e equipamento dos "campi" universitários;*
- b) administrar acordos e convênios com organismos financiadores nacionais e internacionais formados com aquele fim;*
- c) analisar e compatibilizar, com as diretrizes do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, os programas das instituições de ensino superior, atendidas as prioridades do Plano Setorial da Educação e Cultura;*
- d) assessorar as instituições de ensino superior na elaboração dos programas a que se refere a alínea anterior;*
- e) promover ou realizar levantamentos, estudos e pesquisas destinadas à avaliação e atualização do planejamento físico universitário. (MEC, 1979, p.94)*

Em março de 1978, o PREMESU deixou de ter o caráter transitório e passou a ser Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações de Ensino Superior, com autonomia administrativa e financeira, instituída pelo Decreto nº 81.454 e permanecendo com os mesmos objetivos descritos acima.

O PREMESU realizou estudos com base nas carências da rede física das universidades do país com o objetivo de instituir o déficit físico das 40 instituições de ensino superior federal que existiam na época. Em 1974 concluiu um documento intitulado ‘Programa para Conclusão de 40 Campi Universitários’ chegando à conclusão de que era necessário haver um acréscimo nos campi brasileiros de uma área generosa para, assim, ter capacidade suficiente ao atendimento das demandas institucionais previstas até o ano de 1981 (MEC, 1979).

Tais estudos indicaram a necessidade de se acrescentar à área disponível nos campi, cerca de 3,1 milhões de metros quadrados, elevando o total de área construída para 5,4 milhões de metros quadrados, a um custo estimado, a preços de 1974, de 6,3 bilhões de cruzeiros. (MEC, 1979, p.94)

No entanto, em função de problemas quanto à captação de recurso financeiro para investimento, em 1975, outro documento foi elaborado denominado ‘Programa de Desenvolvimento Físico de Campus de Universidades Federais’, onde vinte e uma universidades foram selecionadas para a concentração dos esforços de acordo com os critérios descritos abaixo.

Para a determinação do conjunto de Universidades constantes do Programa, foram definidos critérios de crescimento e capacidade de absorção de recursos, excluindo-se do contexto os Estabelecimentos Isolados, as Universidades Rurais e as Universidades com menos de 2.000 alunos, uma vez que essas instituições poderiam ser razoavelmente atendidas com recursos do Tesouro Nacional, posto que o Programa seria financiado com recursos provenientes de outras fontes. (MEC, 1979, p.95)

A meta física de expansão das instituições selecionadas era o acréscimo de um milhão e setecentos mil metros quadrados de área subdivididos em dois níveis de prioridades: o atendimento às necessidades físicas a curto e médio prazo e as instalações a longo prazo. De acordo com Relatório publicado pelo MEC, o Programa abrangia 70% da população universitária brasileira (MEC, 1979).

O Programa recebia financiamento externo que não era restrito apenas a questão da expansão física, por isso, os contratos direcionados ao Programa de Desenvolvimento Físico foram: PREMESU IV e V, Programas Especiais, Programas de Emergência, MEC/FAS I, II e III, Conclusão e Melhoramento de Hospitais de Ensino e Financiamento de Projetos.

PREMESU IV: (...) Destina-se a desenvolver um conjunto de ações integradas em 7 estabelecimentos, envolvendo recursos para a construção de obras de edifícios e infraestrutura num total de 265.000 metros quadrados de área construída; (...)

MEC/FAS I, II, III : representam a 2º, 3º e 4º etapas de implantação do Programa de Desenvolvimento Físico de Campus de Universidades Federais. Desse conjunto está em implantação o Programa MEC/FAS-I, beneficiando 5 Estabelecimentos, quatro dos quais em processo de execução (...), e que permitirão a construção de cerca de 58,4 mil metros quadrados e a conclusão de 28,7 mil metros quadrados. Os demais Programas de Desenvolvimento, encontram-se em fase de análise por parte da SEPLAN-PR (aguardando a concessão de prioridades); (...) e possibilitarão a construção de cerca de 141,8 mil metros quadrados de edificações.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA: destina-se a sanar problemas específicos nas Universidades Federais da Bahia e Fluminense, sendo que na primeira os recursos foram empregados na compra de terrenos e reforma de edifícios, e, na segunda, em conclusão das obras. (...)

PROGRAMAS ESPECIAIS: destinam-se à implantação dos Campi das Universidades Federais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, cujos portes exigem uma ação mais direta. (...)

CONCLUSÃO E MELHORAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO: destina-se a suprir os Estabelecimentos de Ensino Superior de recursos materiais para a melhoria dos níveis de rendimento do ensino da área Biomédica, assim como promover o aumento do número de leitos em relação à população usuária dos recursos hospitalares que servem ao ensino superior. No período 76/78 o Programa foi desenvolvido em três etapas paralelas, a primeira visando a conclusão de obras em 5 estabelecimentos federais; a segunda etapa envolveu a construção, conclusão, recuperação e adaptação das unidades hospitalares que servem a 14 outras; e a terceira etapa beneficiou nove Instituições não Federais, com a mesma finalidade. O valor global do Programa atinge cerca de 725,2 milhões de cruzeiros - e que permitirão a construção de cerca de 56,2 mil metros quadrados, bem como a conclusão de cerca de 93,8 mil metros quadrados e a recuperação e adaptação de 82,2 mil metros quadrados. Está prevista ainda uma nova etapa no valor global de 655,0 milhões de cruzeiros para completar em caráter definitivo as instalações ora em implantação.

PREMESU V: destina-se a suprir os Estabelecimentos com equipamentos passíveis de serem fornecidos pela indústria nacional. (...)

FINANCIAMENTO DE PROJETOS: esse Programa desenvolve-se a partir de um esforço interno do PREMESU, no sentido de assegurar recursos para a elaboração de projetos de Urbanismo e Arquitetura dos Campi para os Estabelecimentos que participam do esforço desenvolvido pelo órgão. Não existe um montante de recursos

prefixados, pois sua captação se dá com a retenção de uma parcela sobre as liberações das Operações de Crédito. (MEC, 1979, p.96-97)

Após o período de implantação do PREMESU entre 1974 e 1978, foi elaborado relatório com a identificação das ações realizadas, bem como das ações complementares a serem implantadas até 1981 para que o Programa conseguisse alcançar seus objetivos. Os quadros abaixo resumem as concretizações e complementações esperadas.

Quadro 1. Metas Físicas concluídas no período 1974/1978.

2		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS INSTALAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR - PREMESU METAS FÍSICAS EM CONSTRUÇÃO DOS CAMPI NO PERÍODO DE 74/78.			
PROGRAMAS		ÁREA(m ²)			TOTAL
		Construção	Conclusão	Recuperação e Adaptação	
PREMESU III		202.103	-	-	202.103
ESPECIAIS		186.992	8.658	-	195.650
EMERGENCIA		8.500	17.981	113.015	139.496
DESENVOLVIMENTO FÍSICO DE CAMPUS UNIV. FEDERAIS	1ª ETAPA PREMESU IV.	76.372	—	—	76.372
	2ª ETAPA MEC/FAS-I	46.700	28.663	—	75.363
	SUB-TOTAL	123.072	28.663	-	151.735
CONCLUSÃO E MELHORAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	1ª ETAPA-5 HOSP. FEDERAIS.		76.745	41.660	118.405
	2ª ETAPA-16 HOSP. FEDERAIS.	43.860	16.628	40.384	100.872
	3ª ETAPA-10 HOSP. NÃO FED.	12.296	416	6.157	18.869
	SUB-TOTAL	56.156	93.789	88.201	238.146
TOTAL		576.823	149.091	201.216	927.130

Fonte: MEC, 1979.

Quadro 2. Número de instituições participantes do Programa.

3	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS INSTALAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR - PREMESU</p> <p>PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO DO PREMESU NO PERÍODO 74/81, POR DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS.</p>
----------	--

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTOS	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES									
	PERÍODO 74/78					PERÍODO 79/81				
	Fed	Est	Mun	Part	Tota ₁	Fed	Est	Mun	Part	Tota ₁
Programa Premesu III	13	-	-	-	13	-	-	-	-	-
Programa Premesu II	37	14	4	37	92	43	14	4	36	97
Programa Premesu V	29	3	-	3	35	43	14	4	-	61
Programa Especiais	2	-	-	-	2	1	-	-	-	1
Programa de Emergência	5	-	-	-	5	-	-	-	-	-
Programa Premesu IV	7	-	-	-	7	8	-	-	-	8
Programa MEC FAS I	4	-	-	-	4	3	-	-	-	3
Programa MEC FAS II	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
Programa MEC FAS III	-	-	-	-	-	3	-	-	-	3
Programa de Expansão dos Campi	-	-	-	-	-	9	-	-	I	10
Programa de Residências Universitárias	-	-	-	-	-	20	-	-	-	20
Programa de Aquisição de Equipamentos	-	-	-	-	-	11	-	-	-	11
Programa de Financia- mento de Projetos	9	-	-	-	9	-	-	-	-	-
1ª Etapa-5 Hosp.	5	-	-	-	5	-	-	-	-	-
2ª Etapa- 16Hosp. Federais	14	-	-	-	14	-	-	-	-	-
3ª Etapa- 10 Hosp. Não Federais	9	-	-	-	9	-	-	-	-	-
4ª Etapa-8 Hosp. Federais	-	-	-	-	-	8	-	-	-	8

Fonte: MEC, 1979.

Quadro 3. Metas físicas implantadas e a implantar no período 1974/1981.

4 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS INSTALAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR - PREMESU. METAS FÍSICAS EM EDIFICAÇÕES IMPLANTADAS E A IMPLANTAR NO PERÍODO 74/81			
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO	IMPLANTADAS (74-78) M ²	A IMPLANTAR (79-81) M ²	TOTAL M ²
PREMESU HI	202.103	-	202.103
ESPECIAIS	195.650	97.118	292.768
EMERGÊNCIA	139.496	-	139.496
PREMESU IV	76372	188.678	265.050
MEC/FAS I	75.363	23.917	99.280
MEC/FAS II	-	87.300	87.300
MEC/FAS III	-	54.500	54.500
RESIDÊNCIAS UNIVERSIT.	-	57.140	57.140
1ª ETAPA 5 HOSPITAIS	118.405	—	118.405
2ª ETAPA 16 HOSPITAIS	100.872	—	100.872
3ª ETAPA	18.869	—	18.869
HOSPITAIS			
TOTAL	927.130	508.653	1.435.783

Fonte: MEC, 1979.

Quadro 4. Parte das instituições participantes do Programa com a UFPE em destaque.

5 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS INSTALAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR - PREMESU PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO PREMESU - 74/78											
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	PREMESU II	PREMESU HI	PREMESU V	ESPECIAIS	EMERGÊNCIA	Desenv. Fis. do Campus Univ. Fed.	Conclusão e Melhor. de Hospitais do Estado				
	PREMESU II	PREMESU HI	PREMESU V	ESPECIAIS	EMERGÊNCIA	Desenv. Fis. do Campus Univ. Fed.	1ª Etapa 5 Hosp.	2ª Etapa 16 Hosp.	3ª Etapa 16 Hosp.	4ª Etapa 16 Hosp.	Plano de Projeto
1 - Universidade Federal de Alagoas	X		X				X				X
2 - Universidade Federal do Amazonas	X		X								X
3 - Universidade Federal da Bahia	X				X	X		X			
4 - Universidade de Brasília	X	X			X						
5 - Universidade Federal do Ceará	X	X	X					X			X
6 - Universidade Federal Fluminense	X		X		X			X			
7 - Universidade Federal de Goiás	X	X	X					X			
8 - Universidade Federal do Maranhão	X										X
9 - Universidade Federal do M. Grosso	X		X								X
10 - Universidade Federal de M. Gerais	X	X	X					X			
11 - Universidade Federal de Ouro Preto	X		X								
12 - Universidade Federal da Paraíba	X	X	X		X	X		X			
13 - Universidade Federal do Paraná	X		X			X					X
14 - Universidade Federal de Pelotas	X		X								
15 - Universidade Federal de Pernambuco	X	X	X		X		X	X			X

Fonte: MEC, 1979 (adaptado).

De acordo com o quadro 3, até o ano de 1978, a meta física alcançada foi de 927.130m², restando 508.653m² para ser realizada até 1981, totalizando 1.435.783m². Tal meta representava apenas 22% do déficit do sistema universitário considerado para 1979 de acordo com o estudo realizado em 1974 (MEC, 1979).

De acordo com o quadro 4, a UFPE foi uma das vinte e uma universidades contempladas pelo PREMESU e, portanto, recebeu incentivo para expansão de seu espaço físico, no entanto, a autora da pesquisa não encontrou documentação que pudesse esclarecer quais foram os acréscimos físicos concretizados no Campus Universitário Joaquim Amazonas pelo referido Programa.

Para dar celeridade ao processo com o melhor aproveitamento dos recursos financeiros, o PREMESU implantou nas universidades os Escritórios Técnico-Administrativos (ETA's), "organismos encarregados da execução dos Programas" (MEC, 1979, p.105) diretamente ligados à administração superior. Além disso, realizou encontros e seminários e fixou alguns princípios projetivos como: não utilização de construções suntuosas, caras e de difícil manutenção; utilização de edifícios modulados, flexíveis e adaptáveis; implantação de edifícios com poucos pavimentos; aproveitamento dos ventos dominantes e sombreamento natural para garantir as condições climáticas necessárias ao desenvolvimento das atividades sem o uso de equipamentos mecânicos de alto custo (MEC, 1979). Tais princípios já refletiam a preocupação com a dificuldade de investimentos voltados à manutenção das universidades, fator que contribui significativamente para a degradação física dos campi.

Na década de 80 o PREMESU foi extinto, para dar lugar ao Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico a Educação (CEDATE), órgão que passou a funcionar com os mesmos objetivos do seu antecessor e deu continuidade a seu trabalho, no entanto, a autora não encontrou informações sobre o desenvolvimento dos programas a partir de sua institucionalização, como também o período de sua vigência.

Em abril de 2007, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pelo Decreto nº6096, em cumprimento ao

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado pelo governo federal no mesmo ano, com os seguintes objetivo e meta:

Art. 1^a Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1^a O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.¹⁸ (BRASIL, 2007)

A taxa de conclusão dos cursos de graduação é a razão entre os alunos diplomados em determinado ano e o total de alunos ingressos cinco anos antes, levando em consideração apenas os cursos de graduação presenciais. Já a relação de alunos de graduação por professor é a razão entre a relação da matrícula projetada¹⁹ e a medida ajustada do corpo docente²⁰.

Para aderir ao Programa, a universidade interessada deveria apresentar um plano de reestruturação levando em consideração as seguintes dimensões: a) ampliação da oferta de educação superior pública; b) reestruturação acadêmico-curricular; c) renovação pedagógica da educação superior; d) mobilidade intra e inter-institucional; e) compromisso social da instituição; f) suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

O plano de reestruturação deveria ser submetido ao MEC para aprovação e liberação de recursos financeiros dentro de sua capacidade. O REUNI não era um programa exclusivo de

¹⁸ A meta global estabelecida pelo Reuni visava alcançar o seguinte objetivo estabelecido pelo PDE: “o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (BRASIL, 2007, p.4)”.

¹⁹ “A matrícula projetada em cursos de graduação estima a capacidade de atendimento da universidade como função do número de vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos e a duração dos cursos (BRASIL, 2007, p.15)”.

²⁰ A medida ajustada do corpo docente é o cálculo do número de professores em regime de dedicação exclusiva com a dedução do número de professores devida à pós-graduação (BRASIL, 2007).

expansão física, mas também de expansão institucional, por isso, os recursos seriam liberados para as seguintes aplicações:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação. (BRASIL, 2007, Art. 3º)

Tendo em vista a inclusão no REUNI, a UFPE apresentou seu Plano de Reestruturação no ano de 2007. No Plano em questão trouxe um diagnóstico da situação da Universidade em que o número de vagas oferecido pela Instituição não vinha atendendo à crescente demanda dos últimos anos, por isso, traçou como meta, uma projeção de aumento do número de vagas por ano até 2012, conforme o quadro abaixo:

Quadro 5. Projeção de ampliação do número de vagas na UFPE no período 2008/2012.

Aumento de vagas	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Cursos existentes - Turno Diurno	0	204	95	0	0	299
Cursos existentes - Turno Noturno	0	135	55	15	15	220
Cursos existentes - Total	0	339	150	15	15	519
Cursos Novos - Turno Diurno	0	250	70	0	60	380
Cursos Novos - Turno Noturno	160	220	80	60	0	520
Cursos Novos - Total	160	470	150	60	60	900
Total novas vagas - Turno Diurno	0	454	165	0	60	679
Total novas vagas - Turno Noturno	160	355	135	75	15	740
Total de Novas Vagas /Ano	160	809	300	75	75	1419
Total acumulado Novas vagas/ Ano	160	969	1269	1344	1419	1419
% Novas vagas/ Vagas atuais/ Ano (5.285)	3,0	15,31	5,68	1,42	1,42	26,83
% Acumulado Novas vagas/ Vagas atuais (5.285)	3,0	18,31	23,99	25,41	26,83	26,83

Fonte: UFPE, 2007.

Com o intuito de alcançar a meta estabelecida, estabeleceu também a ampliação do corpo docente, do corpo técnico-administrativo e a expansão do espaço físico, visto que todas essas grandezas possuem uma relação direta de expansão.

Quadro 6. Projeção de ampliação do corpo docente na UFPE no período 2008/2012.

	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Cursos novos / Ampliação de vagas	27	36	35	27	4	125
Cursos existentes / Ampliação de vagas e Reestruturação	30	87	85	23	46	275
TOTAL	57	123	120	50	50	400

Fonte: UFPE, 2007.

Quadro 7. Projeção de ampliação do corpo técnico-administrativo na UFPE no período 2008/2012.

Nível Superior	QTD	CLASSE	2008	2009	2010	2011	2012
Total	200		5	20	25	80	70
Total Acumulado			5	25	50	130	200

Nível intermediário	QTD	CLASSE	2008	2009	2010	2011	2012
Total	400		40	60	65	220	15
Total Acumulado			40	100	165	385	400

Fonte: UFPE, 2007.

De fato, a expansão institucional prevista para o REUNI exigia uma considerável expansão e adaptação física não apenas do Campus Joaquim Amazonas, mas também dos outros campi da UFPE. Para tanto, o Relatório produzido pela Universidade previa a ampliação de sua estrutura física por meio da construção de novos edifícios, bem como da reforma e recuperação das instalações físicas existentes de acordo com os quadros 8 e 9, com foco no aumento do número de salas de aula e laboratórios pela relação direta de necessidade da expansão institucional, como também de residência universitária para abrigar os alunos vindos de outras regiões.

Quadro 8. Projeção de reforma da estrutura física da UFPE no período 2008/2012.

ANO	Meta	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
2008	01	Reforma das Instalações Físicas das Casas de Estudante masculina e feminina do Campus Recife	M ²	3.700	01/2008	12/2008
2008	03	Reforma das Instalações Físicas do Sistema de Bibliotecas da UFPE	M ²	7.000	01/2008	12/2008
2008	05	Reforma das Instalações Físicas do Centro de Artes e Comunicação	M ²	2.160	01/2008	12/2008
2008	07	Reforma das Instalações Físicas do Centro de Ciências Exatas e da Natureza	M ²	1.500	01/2008	12/2008
2008	09	Reforma das Instalações Físicas do Centro de Ciências Jurídicas	M ²	2.000	01/2008	12/2008
2008-09	13	Reforma das Instalações Físicas do Núcleo de Hotelaria e Turismo	M ²	2.000	01/2008	12/2009
2009	15	Reforma das Instalações do Centro de Ciências da Saúde	M ²	6.200	01/2009	12/2009
2009	17	Reforma das Instalações do Centro de Ciências Biológicas	M ²	1.000	01/2009	12/2009
2009	19	Reforma das Instalações do Centro de Filosofia e Ciências Humanas	M ²	3.200	01/2009	12/2009
2009	21	Reforma das Instalações do Centro Acadêmico de Vitória	M ²	2.000	01/2009	12/2009

Fonte: UFPE, 2007.

Quadro 9. Projeção de construção para a UFPE no período 2008/2012.

ANO	Meta	Obras	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
2008-09	11	Construção da 1ª etapa da Moradia Estudantil do Campus Vitória	M ²	500	01/2008	12/2009
2009	23	Construção da Moradia Estudantil do Campus Agreste	M ²	650	01/2009	12/2009
2009-10	25	Ampliação do Centro de Educação	M ²	1.200	01/2009	12/2010
2009-10	27	Ampliação do Centro de Artes e Comunicação	M ²	3.930	01/2009	12/2010
2009-10	29	Ampliação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas	M ²	1.460	01/2009	12/2010
2009-10	31	Ampliação do Centro de Ciências da Saúde	M ²	4.825	01/2009	12/2010
2010-11	33	Ampliação do Centro de Tecnologia e Geociências	M ²	2690	01/2010	12/2011
2010-11	35	Ampliação do Centro de Ciências Biológicas	M ²	500	01/2010	12/2011
2010-11	37	Ampliação do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas	M ²	1.540	01/2010	12/2011
2010-11	39	Ampliação das Casas de Estudante do Campus Recife	M ²	800	01/2010	12/2011
2011-12	41	Ampliação do Centro de Informática	M ²	1.300	01/2011	12/2012
2011-12	43	Ampliação da Moradia Estudantil do Campus Vitória	M ²	500	01/2011	12/2012
2011-12	45	Ampliação do Centro Acadêmico de Vitória	M ²	2.200	01/2011	12/2012
2011-12	47	Ampliação do Centro de Ciências Exatas e da Natureza	M ²	3.000	01/2011	12/2012

Fonte: UFPE, 2007.

A sempre crescente demanda por vagas para ingresso no ensino superior é uma realidade brasileira desde várias décadas atrás, fator que, para ser atendido, desencadeia uma série de necessidades institucionais que culminam na indispensável adaptação dos espaços físicos dos campi das universidades por meio de reformas e acréscimo de área. O incentivo à expansão das universidades por parte do governo federal objetivava atender essas questões e a UFPE esteve inserida nos programas implantados.

Porém, é importante perceber que tais reformas e expansões vão de encontro às recomendações teóricas que definem os processos de intervenção ao bem patrimonial como prejudiciais à sua conservação. Por isso, o atendimento às necessidades expansivas das universidades deveria ser conduzido de forma a respeitar a existência de um contexto urbano e arquitetônico com características projetuais, história e significados próprios, como é o caso do Campus Universitário Joaquim Amazonas.

3.4 Fundação e estrutura institucional pedagógica da UFPE

Em 21 de junho de 1946, sendo Presidente da República, o General Eurico Gaspar Dutra e Ministro da Educação e Saúde, o professor Ernesto de Souza Campos, foi criada a UR, atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pelo Decreto-Lei nº 9.388:

Art. 1º. É criada a Universidade do Recife, com sede na cidade do Recife capital do Estado de Pernambuco, instituição de ensino superior, como pessoa jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos da legislação federal e do Estatuto, que a regulamentará.

De acordo com seu Estatuto, a UR tinha como objetivo "o preparo e o aperfeiçoamento cultural e técnico de profissionais e pesquisadores nos domínios da filosofia, das ciências, das letras e das artes" (Art. 2º). Em agosto desse mesmo ano aconteceu a cerimônia de inauguração da Instituição no teatro Santa Isabel:

Realizou-se domingo, as 20:30, no teatro Santa Isabel, a instalação da Universidade do Recife. Os trabalhos estiveram sob a presidência do prof. Joaquim Amazonas,

primeiro reitor. Tomaram parte à mesa os representantes dos corpos docente e discente da Universidade do Brasil, prof. Pedro Calmon, o representante do Ministério da Educação, prof. Paulo Artigas e de outras Faculdades do Brasil. [...] Como foram programadas, as solenidades do 11 de agosto decorreram com grande entusiasmo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO in BERNARDES; SILVA; LIMA, 2007, p.38-39)

A UR foi a primeira universidade do Norte-Nordeste do país, configurando-se, portanto, desde sua fundação, como um importante polo de ensino superior para a região. Foi inicialmente composta pela reunião das seguintes instituições que já existiam anteriormente: Faculdade de Direito do Recife, Escola de Engenharia de Pernambuco, Faculdade de Medicina do Recife e anexas de Odontologia e Farmácia, Escola de Belas Artes de Pernambuco e Faculdade de Filosofia do Recife, cujo ano de fundação de cada uma está especificado no quadro abaixo:

Quadro 10. Instituições da formação inicial da UR.

Instituições	Ano de fundação
Faculdade de Direito do Recife	1827
Escola de Engenharia de Pernambuco	1896
Faculdade de Medicina do Recife e anexas de Odontologia e Farmácia	1914
Escola de Belas Artes de Pernambuco	1932
Faculdade de Filosofia do Recife	1939

Fonte: a autora, 2012.

Em 1965, a Instituição passou a ser denominada ‘Universidade Federal de Pernambuco’, tornando-se autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar.

Desde sua fundação, quinze reitores²¹ já estiveram à frente da gestão da UFPE. Na época da fundação da UR, a nomeação do reitor era feita pelo Presidente da República, cuja escolha

²¹ Reitores da UFPE: Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas (agosto de 1946 a agosto de 1959); João Alfredo Gonçalves da Costa Lima (agosto de 1959 a junho de 1964); Newton Maia (julho de 1964 a agosto de 1964); Murilo Humberto de Barros Guimarães (agosto de 1964 a agosto de 1971); Marcionilo de Barros Lins (agosto de 1971 a agosto de 1975); Paulo Frederico do Rego Maciel (setembro de 1975 a setembro de 1979); Geraldo

provinha de uma lista tríplice votada pelo Conselho Universitário e o seu mandato era de três anos, podendo ser reconduzido ao cargo por igual intervalo de tempo desde que fosse realizado todo o processo novamente.

Seu primeiro reitor foi o professor Joaquim Amazonas, nomeado pelo Presidente da República em julho de 1946 mediante uma lista tríplice que continha também os nomes de Ageu Godoi de Magalhães e Manuel Antonio de Moraes Rego.

Em 13 de julho de 1946, no edifício da Faculdade de Direito, procede-se à constituição da lista tríplice que será encaminhada ao presidente da República para a efetivação do Reitor da Universidade do Recife. [...] Foi apurado o seguinte resultado: Professor Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, treze (13) votos; Ageu de Godoi Magalhães, um (1) voto. Foi realizado um outro escrutínio para a escolha do terceiro, assim ficando: Manuel Antonio de Moraes Rego, seis (6) votos; Oscar Coutinho, três (3) votos; Luiz de Barros Freire, dois (2) votos; Antonio Vicente de Andrade Bezerra, um (1) voto; Luiz Maria de Souza Delgado, um (1) voto; Pelópidas da Silveira, um (1) voto. A lista tríplice final a ser encaminhada ao presidente é a que se segue: Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas; Ageu Godoi de Magalhães e Manuel Antonio de Moraes Rego. (SANTOS; SILVA, 2009, p.39)

Assim como estabelecia o Estatuto, a cada triênio uma nova lista era formada e Joaquim Amazonas esteve presente nas três listas consecutivas a de 1946 e foi reconduzido ao cargo em todas elas, até que, no ano de 1959, após seu falecimento, uma nova lista foi composta com os nomes do Professor Antônio Figueira, Professor Soriano Neto e Professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, tendo sido este último o escolhido pelo Presidente da República para assumir o cargo de reitor da UR no lugar do Professor Joaquim Amazonas.

Lafayette Bezerra (dezembro de 1979 a abril de 1983); Geraldo Calábria Lapenda (abril de 1983 a novembro de 1983); George Browne do Rêgo (novembro de 1983 a novembro de 1987); Edinaldo Gomes Bastos (novembro de 1987 a novembro de 1991); Éfrem de Aguiar Maranhão (novembro de 1991 a novembro de 1995); Mozart Neves Ramos (dezembro de 1995 a fevereiro de 2003 – dois mandatos); Geraldo José Marques Pereira – Vice-Reitor no exercício da Reitoria (fevereiro de 2003 a outubro de 2003); Amaro Henrique Pessoa Lins (outubro de 2003 a outubro de 2011 – dois mandatos); Anísio Brasileiro de Freitas Dourado (outubro de 2011 até hoje).

De acordo com o primeiro Estatuto da UR, datado de outubro de 1946, a estrutura pedagógica era formada pelas Faculdades/Escolas organizadas em departamentos e pelos Institutos Especiais. As Faculdades/Escolas possuíam estrutura de formação para os cursos de graduação, aperfeiçoamento, especialização, extensão, pós-graduação e doutorado.

Quanto aos Institutos Especiais, o Estatuto apenas determinava que sua função era "cooperar com as Faculdades e Escolas nas suas finalidades de ensino e pesquisa" (Estatuto da Universidade do Recife, 1946, Art. 51) e que deveriam ser regulamentados por regimento próprio aprovado pelo Conselho Universitário.

O plano urbano original do Campus Universitário Joaquim Amazonas foi desenvolvido para atender essa formação institucional estabelecida pelo Estatuto de 1946, onde as edificações implantadas abrigariam às funções relativas às Faculdades, Escolas e Institutos Especiais. O projeto desenvolvido na época pelo arquiteto Mario Russo estudou e considerou minuciosamente o funcionamento de cada uma das edificações para receber sua conformação de implantação.

Contudo, no ano de 1975, foi publicado um novo Estatuto da UFPE que definiu uma nova estrutura institucional pedagógica para a Universidade, organizada agora em Centros e não mais em Faculdades/Escolas. Tais centros foram categorizados em dois grandes sistemas: a) Sistema Comum de Ensino e Pesquisa Básico e b) Sistema Profissional e Pesquisa Aplicada. Além dos Centros, a Universidade passou a dispor de um sistema de Órgãos Suplementares e os antigos Institutos Especializados deixaram de existir. O quadro abaixo apresenta cada um dos Centros em seus respectivos sistemas, bem como os Órgãos Suplementares discriminados pelo Estatuto.

Quadro 11. Estrutura institucional pedagógica UFPE (Estatuto de 1975)

Sistemas	Centros/ Órgãos
Comum de Ensino e Pesquisa Básico	Centro de Artes e Comunicação Centro de Ciências Exatas e da Natureza Centro de Ciências Biológicas Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Profissional e Pesquisa Aplicada	Centro de Educação Centro de Ciências Sociais Aplicadas Centro de Ciências da Saúde Centro de Tecnologia Centro de Ciências Jurídicas
Órgãos Suplementares	Biblioteca Central Editora Universitária Hospital das Clínicas Núcleo de Educação Física e Desportos Núcleo de Processamento de Dados Núcleo de Televisão e Rádio

Fonte: a autora, 2013.

Os Centros se apresentavam organizados em departamentos. De acordo com o Estatuto de 1975, Art. 41, o departamento é a “menor fração universitária, é o órgão que congrega em uma área específica do saber, do ponto de vista didático-científico e administrativo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Ainda no mesmo artigo, parágrafo primeiro, esclarece também que “o departamento reunirá as disciplinas correspondentes à sua área específica e, mediante lotação própria, o pessoal docente da mesma área para fins de ensino em qualquer nível, pesquisa e extensão”.

Os cursos, antes oferecidos pelas Faculdades/Escolas, passaram a ser responsabilidade dos departamentos. As modalidades descritas pelo Estatuto de 1975 eram: graduação; pós-graduação; especialização e aperfeiçoamento; atualização; extensão. No caso dos cursos de graduação e pós-graduação, estabeleceu-se ainda a formação de um Colegiado para cada um deles objetivando a integração dos estudos e a coordenação didática, cuja formação deveria ser composta pelos docentes ministradores das disciplinas.

O Estatuto de 1975 trouxe consigo um perfil funcional completamente distinto do perfil da Universidade quando de sua fundação. Essa mudança funcional corroborou substancialmente para o surgimento da necessidade de intervenções diretas no plano urbano e nos edifícios implantados até o momento no Campus Universitário Joaquim Amazonas, como aconteceu nos casos da antiga Faculdade de Medicina e dos antigos Institutos de

Antibiótico e Micologia, ambos anteriores ao referido Estatuto. Tais intervenções contribuíram para a degradação física e espacial dos primeiros edifícios implantados no Campus e, conseqüentemente, para a perda de sua condição de integridade.

3.5 Análise dos dados quantitativos institucionais da UFPE

Anteriormente, demonstrou-se a implantação de programas de expansão das universidades federais brasileiras e a contemplação da UFPE pelas ações dos referidos programas. Visto que a expansão institucional tem relação direta com a expansão física, foram levantados dados quantitativos institucionais relativos à Universidade no período entre 1975 e 2010 com o objetivo de dimensionar seu volume de crescimento institucional por meio da construção de gráficos em linha. Os dados utilizados para a construção dos gráficos foram fornecidos pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Gestão da UFPE.

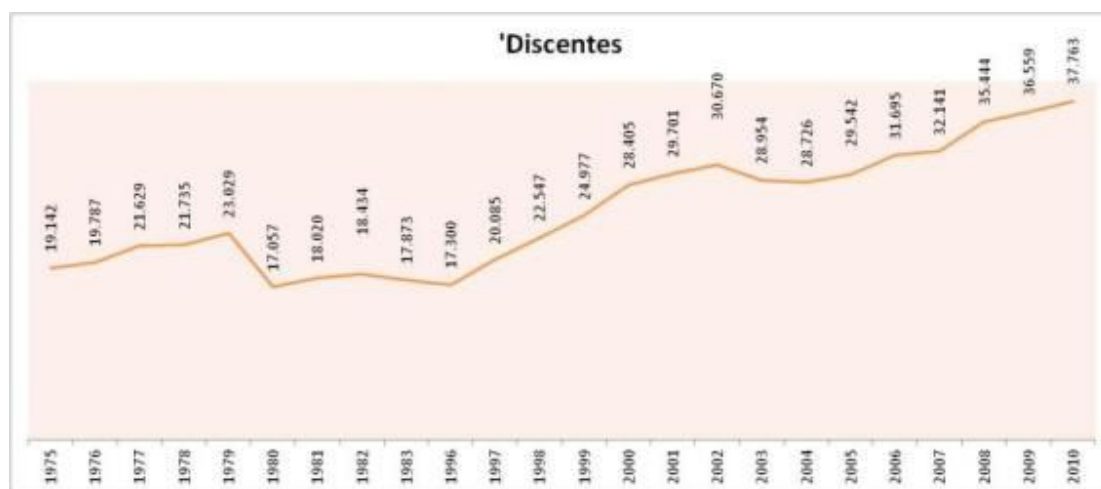


Fig.40 Gráfico em linha do corpo discente em números absolutos.

Fonte: A autora.

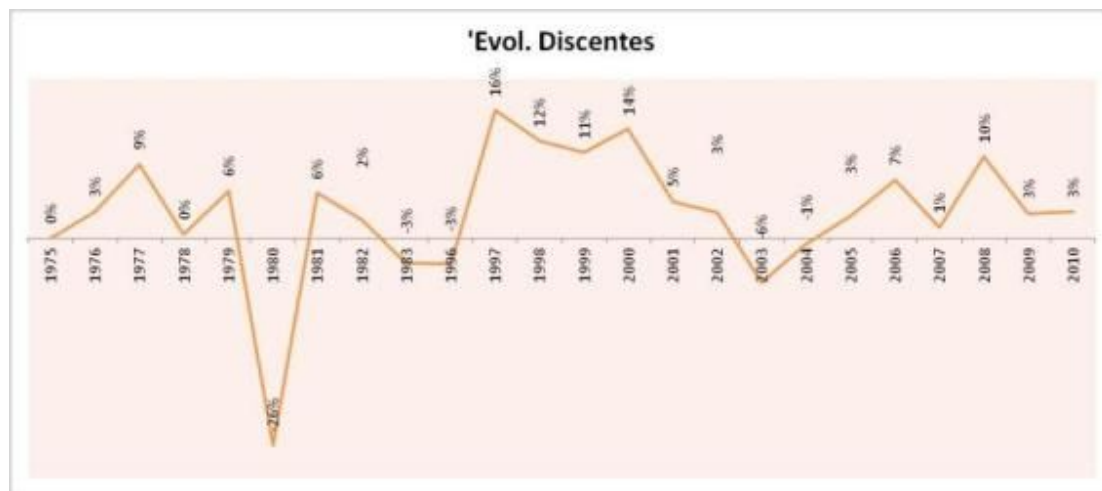


Fig.41 Gráfico em linha da evolução do corpo discente em números percentuais.

Fonte: A autora.

O primeiro dado institucional a ser analisado graficamente é a evolução do corpo discente, já que os demais fatores giram em torno da quantidade de alunos que a Universidade abriga. Os gráficos acima demonstram que o corpo discente da UFPE passa, em números absolutos, de um total de 19.142 (dezenove mil, cento e quarenta e dois) alunos, no ano de 1975, para um total de 37.763 (trinta e sete mil, setecentos e sessenta e três) alunos, no ano de 2010, o que significa um aumento acumulado da ordem de 97% ao longo de trinta e cinco anos. Na década de 70 e 80, em números percentuais, o crescimento registrado é negativo, da ordem de -10% e -0,8%, respectivamente. Já na década de 90, entre os anos de 1996 e 2000, o crescimento é positivo, com aumento do corpo discente da ordem de 64%. Por fim, entre os anos de 2001 e 2010, o crescimento registrado também é positivo, da ordem de 27%.

O segundo dado institucional analisado é relativo ao corpo docente. Ao se analisar os dois extremos da curva do gráfico de números absolutos, constata-se que o índice percentual de crescimento acumulado ao longo de 35 anos é de 21%. Na década de 70, a universidade demonstra um crescimento da ordem de 35%, já na década de 80, onde os dados só abrangem o período entre 1981 e 1983, o percentual de crescimento é negativo, da ordem de -5%. A década de 90 apresenta um crescimento positivo da ordem de 14% e entre 2001 e 2010, o crescimento volta a ser negativo, com índice de -3,7.

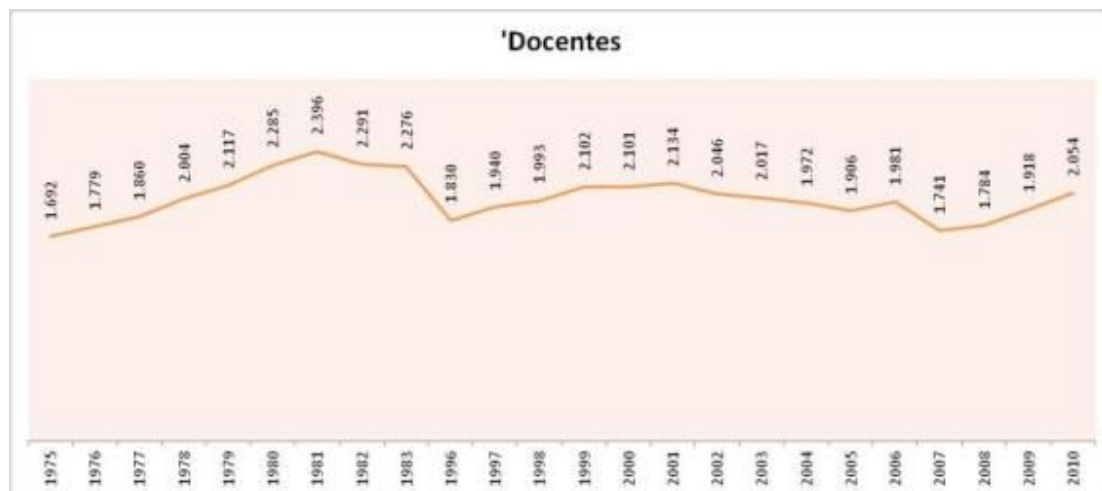


Fig.42 Gráfico em linha do corpo docente em números absolutos.

Fonte: A autora.

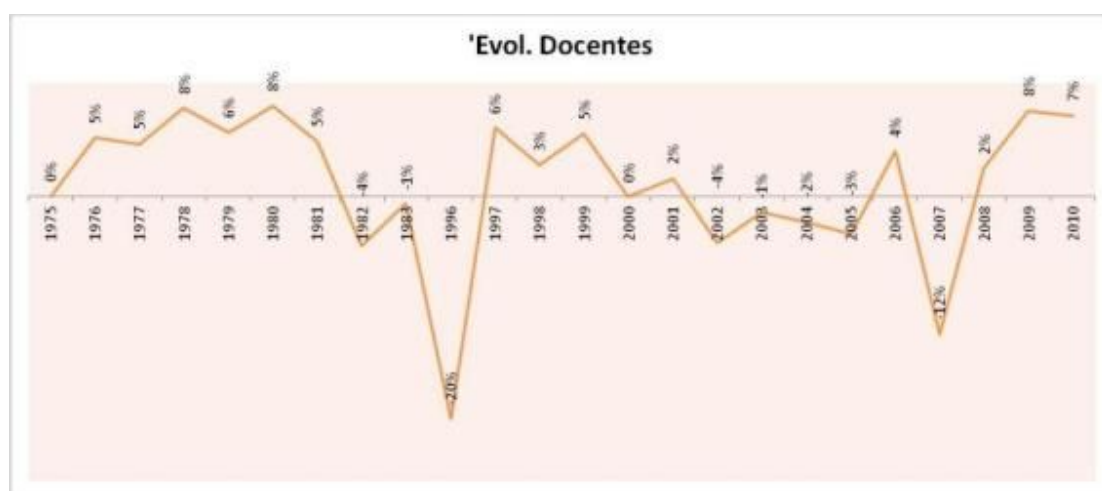


Fig.43 Gráfico em linha da evolução do corpo docente em números percentuais.

Fonte: A autora.

Se compararmos a relação aluno/docente ao longo dos anos percebe-se que a UFPE parte de uma relação de 11,31 alunos para cada professor, referente ao ano de 1975 para uma relação de 18,39 alunos por professor em 2010, que é a meta estabelecida pelo REUNI, como explicado anteriormente.

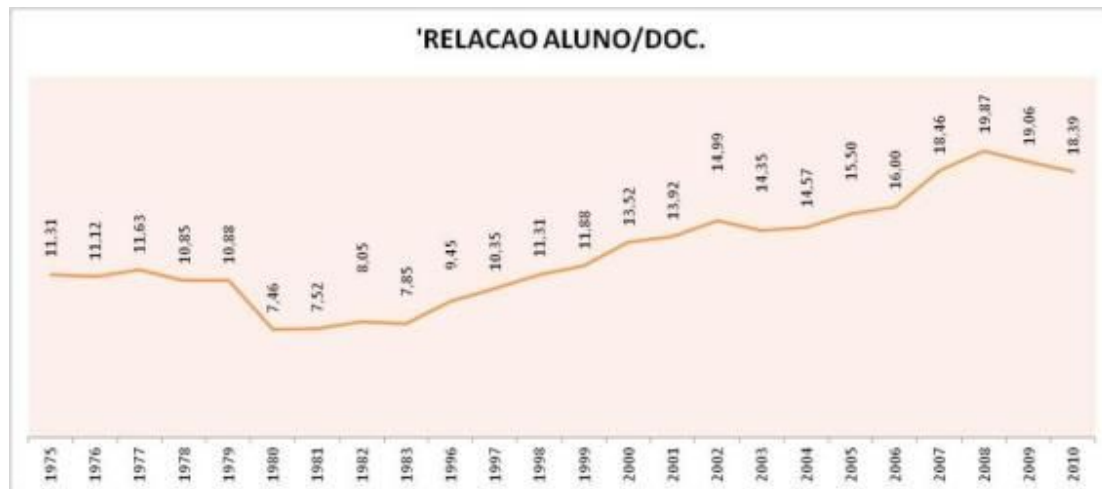


Fig.44 Gráfico em linha da relação aluno/docente em números absolutos.

Fonte: A autora.

É natural que o crescimento do corpo discente tenha vindo acompanhado do aumento do número de vagas oferecidas para adentrar na UFPE, portanto, o registro do crescimento apresentado pela Universidade entre os anos de 1978 e 2010 é de 100%. Em números absolutos, a UFPE oferecia 3.250 (três mil, duzentas e cinquenta) vagas em 1978 e passou a oferecer, em 2010, um total de 6517 (seis mil, quinhentas e dezessete) vagas para o ingresso de alunos na Universidade.



Fig.45 Gráfico em linha do número de vagas oferecidas em números absolutos.

Fonte: A autora.



Fig.46 Gráfico em linha da evolução do número de vagas oferecidas em números percentuais.

Fonte: A autora

Por último, o número de cursos oferecidos também foi levantado pela autora, visto que também é um fator que está diretamente ligado ao crescimento do corpo discente e que rebate na configuração do espaço-físico do Campus Universitário Joaquim Amazonas, pois se o número de cursos oferecidos pela Instituição aumenta, é necessário que a infraestrutura acompanhe esse crescimento por meio da ampliação de sua área física, bem como da devida adaptação dos espaços. O número de cursos levantado ficou restrito aos anos de 1996 e 2010. Em 1996, a UFPE oferecia um total de 135 (cento e trinta e cinco) cursos. Em 2010 passaram a ser 276 (duzentos e setenta e seis), o que configura um crescimento de 104%.



Fig.47 Gráfico em linha do número de cursos oferecidos em números absolutos.

Fonte: A autora.



Fig.48 Gráfico em linha da evolução do número de cursos oferecidos em números percentuais.

Fonte: A autora.

Todos os dados institucionais aqui analisados exigiram um alto grau de adaptação e crescimento do espaço físico do Campus Joaquim Amazonas para poder atender suas necessidades. A construção dos gráficos demonstrou que o crescimento institucional da UFPE ao longo de sua história foi substancial. Fatores como o corpo discente, o número de vagas oferecidas e o número de cursos indicaram uma ordem de aumento em torno de 100%, cujo rebatimento na estrutura física-espacial seria inevitável, no entanto, para que a adaptação e o crescimento necessário do Campus fossem implantados, os fatores relativos à sua conservação também deveriam ser levados em consideração e não apenas os fatores institucionais, devido à sua história e importante configuração patrimonial.

4. A CONDIÇÃO DE INTEGRIDADE

Tendo em vista o imprescindível papel desempenhado pela condição de integridade para o reconhecimento e valorização de um bem patrimonial, onde essa condição de integridade significa o estado de completude do patrimônio, a pesquisa levanta alguns pontos a respeito da condição de integridade atual do Campus Joaquim Amazonas, tanto com base nos valores da arquitetura moderna quanto do plano urbano que foram descritos no capítulo 2.

Cabe aqui identificar os pontos mais importantes dessa condição de integridade do patrimônio físico-espacial da UFPE com base em textos analíticos existentes acerca do Campus, do levantamento de dados e da observação da autora. A dimensão e complexidade do conjunto urbano impossibilita uma análise completa no âmbito desta dissertação.

4.1. Sobre o plano urbano

A análise sobre a condição de integridade levará em conta a conformação do plano urbano do Campus Universitário Joaquim Amazonas com base nos estudos feitos até o último plano revisado, o de 1957, e a situação pós-implantação em 1985 (não há registros sobre a evolução do plano entre 1957 e 1985), descrita pelo Plano Diretor Físico elaborado nesse ano, as configurações nos anos de 1998, 2004 e 2012 de acordo com mapas fornecidos pela PCU, na tentativa de abordar ao menos uma configuração por década a partir da década de 80.

Com relação ao planejamento de 1957 e a configuração implantada em 1985, percebe-se que o anel viário perimetral, o eixo leste-oeste (atual Av. dos Reitores), o circuito de vias e o giradouro foram conservados. No entanto, grande parte das edificações não foi implantada e, até mesmo pela questão da dinâmica social, foram substituídas por volumes diferentes dos projetados anteriormente.

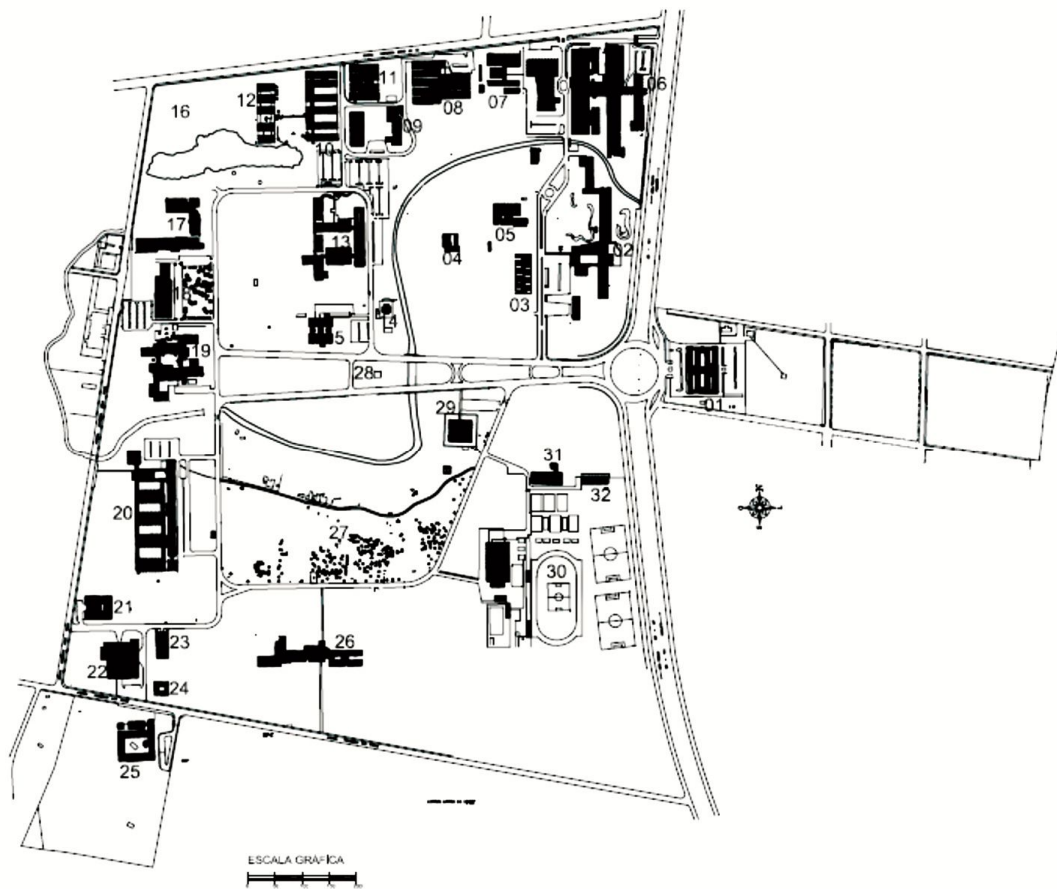


Fig.49 Mapa do Plano Urbano do Campus, em 1985.

Fonte: DPP/UFPE.

A reitoria passou da extremidade oeste para a extremidade leste do eixo central e a sala magna e a praça cívica não foram construídas, o que, de acordo com Amorim e Nascimento (2015), era o elemento estruturador de todos os planos urbanísticos estudados para o Campus, o que configura aspecto de degradação de sua condição de integridade.

Do ponto de vista de acessibilidade, o eixo monumental continuava reunindo as linhas de maior acessibilidade do conjunto, revelando o equívoco da decisão de deslocar a Reitoria e inviabilizar a construção da Praça Magna. O espaço de destinação coletiva, por ser o mais raso e, no caso, mais próximo de todos os setores pedagógicos, revela-se vazio de usos e destituído do valor simbólico que a ele teria sido atribuído. (AMORIM; NASCIMENTO, 2015, p.10)

Na extremidade oeste do eixo foi construído o CAC e a seu lado o CFCH (originalmente Faculdade de Filosofia), mas apenas um de seus blocos foi implantado. Ao sul do CAC está o CTG, que permaneceu com a implantação original da antiga Escola de Engenharia. No eixo leste-oeste foi implantado ainda o Núcleo de Processamento de Dados.

A área antes destinada à Faculdade de Arquitetura, Escola de Belas Artes e Artes Dramáticas-Música, na implantação de 85, passou a abrigar as oficinas, o almoxarifado central, a PCU e o CCEN e se tornou uma área segregada no sistema.

A área desportiva permaneceu com a mesma zona de implantação, bem como a área destinada às ciências médicas. Já a área destinada às residências não foi implementada, sendo construída apenas uma edificação com esse fim, denominada Casa do Estudante, nas proximidades da zona desportiva e do Restaurante Universitário.

Outra zona não executada foi a que estava destinada à Maternidade, Instituto de Puericultura e Escola Primária, pois houve doação do terreno em questão por parte da Universidade para a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). A Faculdade de Direito também não foi contemplada e, no local destinado à sua implantação, foi construído o CCSA.

Acerca do Plano de 1985, Amorim e Nascimento apontam aspectos de degradação de sua condição de integridade, onde se destaca a perda da propriedade de permeabilidade entre a malha do Campus Universitário Joaquim Amazonas e a malha circundante da cidade do Recife:

Fica evidente neste momento de implantação do Campus da UFPE uma estrutura morfológica caracterizada pelos seguintes elementos: um sistema espacial centrado no eixo monumental, com setores isolados ao sul e falta de conexão entre setores ao norte, além da consolidação da lógica de limitação de acesso entre o campus e o território circundante. (AMORIM; NASCIMENTO, 2015, p.10)

No plano urbano referente à situação atualizada do Campus Universitário Joaquim Amazonas, em 1998, percebe-se que, nesse intervalo de tempo, aconteceram grandes expansões de algumas edificações, como no caso do CCB, antes denominado Departamento de Biociências, cujo acréscimo de área utilizou um sistema composto por dez módulos de ilhas contendo salas de aula e laboratórios interligados por passarelas e também a implantação de um auditório.

Além da expansão do CCB, a construção de uma biblioteca setorial para o CCS, a construção do edifício da Fundação Oswaldo Cruz e a ampliação do Departamento de Odontologia (antes Departamento de Micologia) adensaram fortemente a zona destinada às ciências médicas.

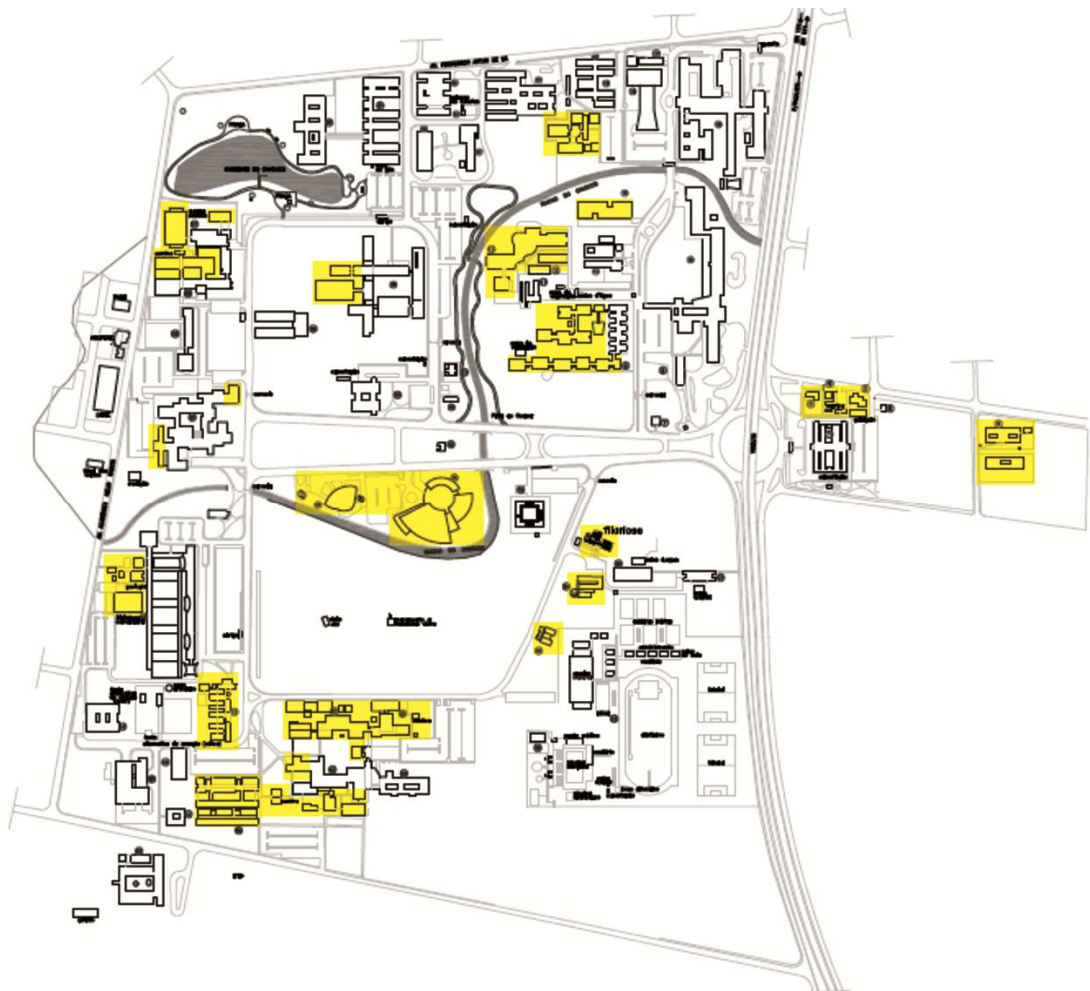


Fig.50 Mapa do Plano Urbano do Campus, em 1998, com áreas expandidas destacadas em amarelo.

Fonte: DPP/UFPE (adaptado).

Outras edificações também foram submetidas a ampliações. O CCSA expandiu com a implantação de uma biblioteca setorial. O CE implantou um novo bloco de salas de aula e a quadra coberta no Colégio de Aplicação. O CAC recebeu expansão da biblioteca setorial e implantação de uma ala destinada a salas de professores. O CTG também recebeu a implantação de sua biblioteca setorial e, em suas proximidades, foi construída uma nova edificação para abrigar o Departamento de Oceanografia. No CCEN é percebida uma generosa ampliação com o acréscimo de áreas destinadas a abrigar o Departamento de Química Fundamental, o Departamento de Informática, o Departamento de Matemática e Estatísticas e o Ciclo Geral e Básico da Área II.

Na área destinada as atividades desportivas não houve nenhuma expansão própria da função originalmente destinada, mas ocorreu a implantação de edifícios destoantes de sua caracterização setorial, a saber: Departamento de Fisioterapia, Departamento de Terapia Ocupacional e o Centro Internacional de Treinamento em Filariose Linfática. Todos eles são funcionalmente inerentes ao setor destinado às ciências médicas. Tal perturbação na ordem funcional do Campus contribuiu negativamente para a condição de integridade do plano urbano.

Por fim, margeando o eixo principal foram construídos o Centro de Convenções e a Concha Acústica. A implantação desses edifícios é mais um fator de descaracterização do plano urbano original com contribuição negativa para sua condição de integridade, visto que seu projeto não dialoga com os princípios adotados nas demais edificações do Campus causando segregação do espaço.

A construção da Concha Acústica e do Centro de Convenções retoma a ideia do centro cívico. No entanto, a solução arquitetônica encontrada para os dois conjuntos consolidou a forte segregação e isolamento entre as partes norte e sul do campus. Com isso, a ideia de um centro cívico de direta e fácil acessibilidade de todas as partes do conjunto urbano universitário tornou-se remota. Além disso, a concepção arquitetônica dos dois conjuntos favorece o isolamento do espaço público, pouco contribuindo para a melhoria dos níveis de ocupação. (AMORIM; NASCIMENTO, 2015, p.11)

Nas proximidades da Reitoria, no extremo leste dos limites do Campus, foram acrescentados alguns pequenos edifícios, a Casa da Estudante e o Núcleo de Apoio a Eventos. A soma de todas as áreas de construção acrescentadas no plano urbano do Campus Universitário Joaquim Amazonas promovem um considerável adensamento construtivo de sua área.

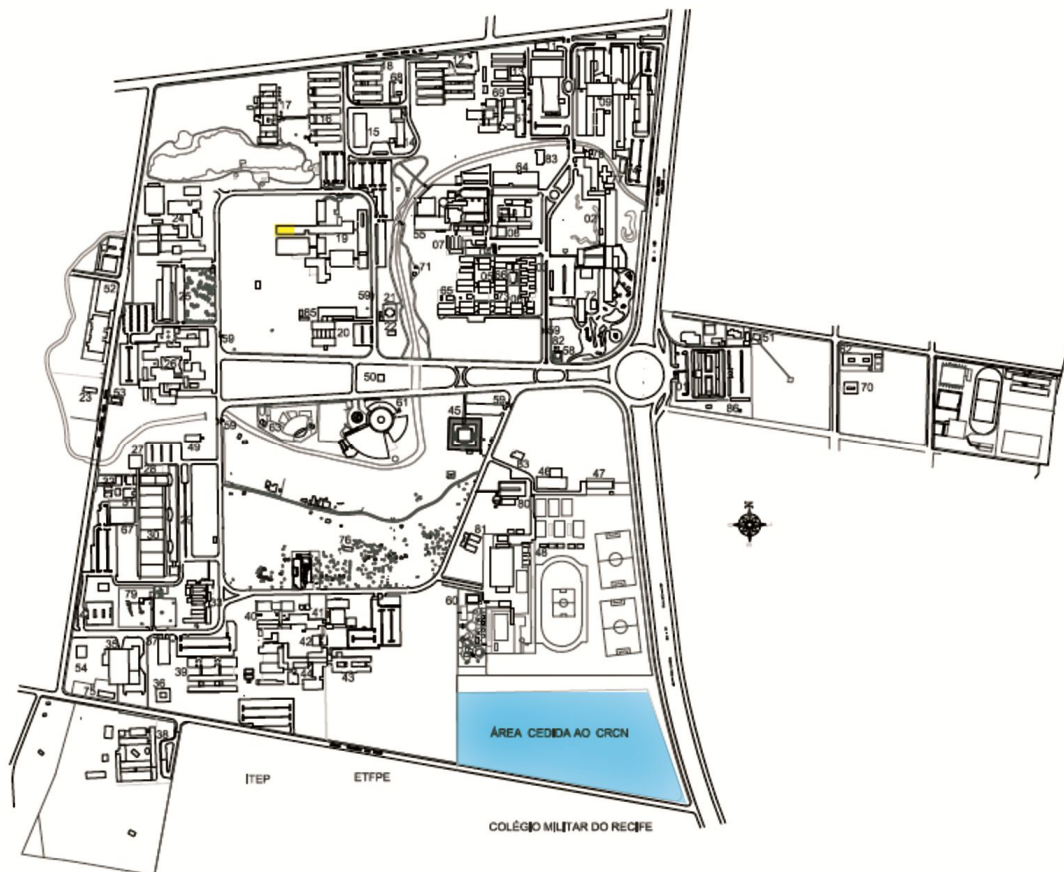


Fig.51 Mapa do Plano Urbano do Campus, em 2004, com área expandida destacada em amarelo e área cedida em azul.

Fonte: DPP/UFPE (adaptado).

No caso do plano urbano no ano de 2004, o volume expansivo é praticamente inexistente no nível do plano geral do Campus. Percebe-se apenas um pequeno acréscimo de área, referente ao aumento do número de salas de aula, no edifício que abriga o CCSA. No entanto, há uma generosa redução da área pertencente ao Campus devido à concessão ao CRCN (Centro Regional de Ciências Nucleares) de uma grande porção de seu terreno, referente à zona

destinada as atividades desportivas no projeto original. As demais zonas permaneceram inalteradas quanto à configuração de 1998.

Por fim, na configuração do Plano Urbano no ano de 2012, o Campus volta a apresentar expressivas expansões. No entanto, tais expansões aparecem agora com uma nova configuração, não mais havendo acréscimo de área nas edificações existentes, mas por meio da construção de novos edifícios e da projeção de futuras implantações.

Nesse caso, apenas dois centros apresentam expansão de seus edifícios, o CCSA com o acréscimo de um bloco de salas de aula e salas de professores, e o CAC que, embora não apareça no mapa cedido pelo DPP, também foi submetido à expansão de sua área com acréscimo de um volume com três pavimentos destinados a salas de aula, salas de professores e laboratórios, cujo projeto é datado de Junho de 2008 e foi elaborado pelo escritório de Reginaldo Esteves, arquiteto projetista do traçado original do edifício.

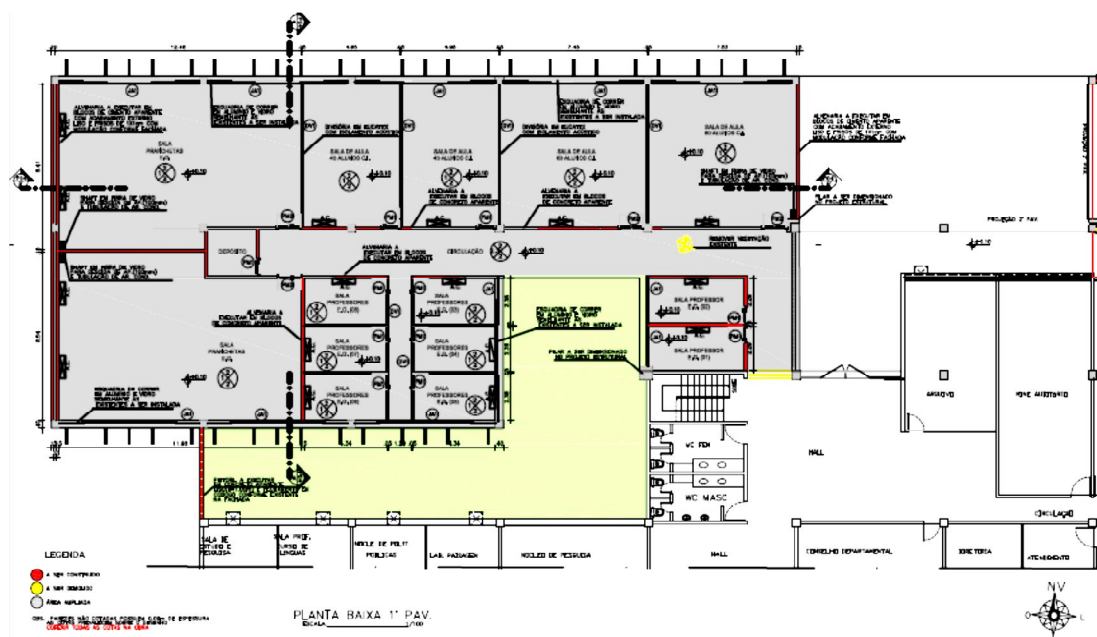


Fig.52 Planta Baixa do primeiro pavimento do projeto de expansão do CAC.

Fonte: DPP/UFPE.

Quanto às edificações construídas e futuras projeções, no setor de saúde foi implantado o Núcleo de Pesquisa em Inovação Terapêutica e projetada a expansão do Departamento de Odontologia, como também foram construídos o Laboratório de Graduação e o edifício de

Engenharia Biomédica e projetados para implantações futuras o edifício de Genômica, o Núcleo de Genética Humana e o Núcleo de Biodiversidade.

No eixo principal, a Avenida dos Reitores, foi construído o novo Restaurante Universitário retomando mais uma vez a ideia da praça cívica em torno do eixo leste-oeste. Nas proximidades do CTG foram implantados o Centro de Energias Renováveis, o Museu de Oceanografia, o Centro de Estudos e Ensaaios em Risco e Modelagem Ambiental (CEERMA) e há projeções para construção do Laboratório Integrado de Tecnologia em Petróleo, Gás e Biocombustível (LITPEG) e de um edifício destinado à Engenharia de Produção.

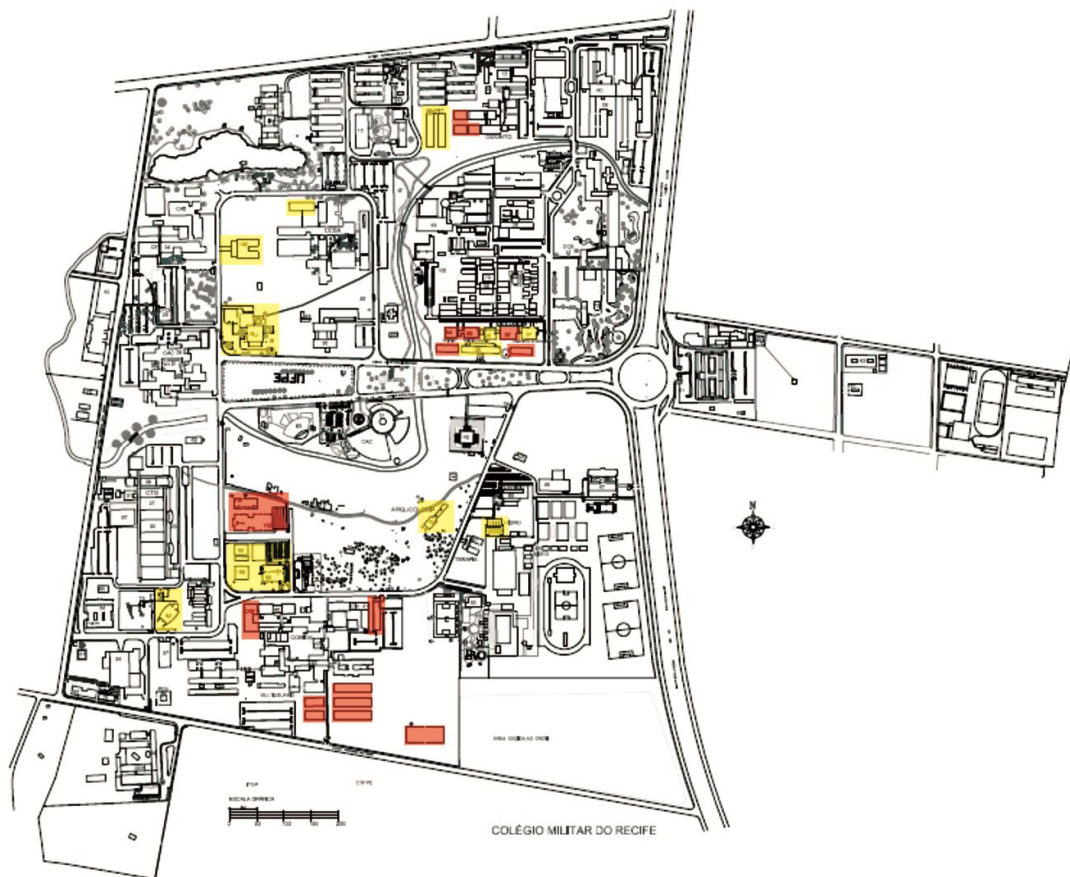
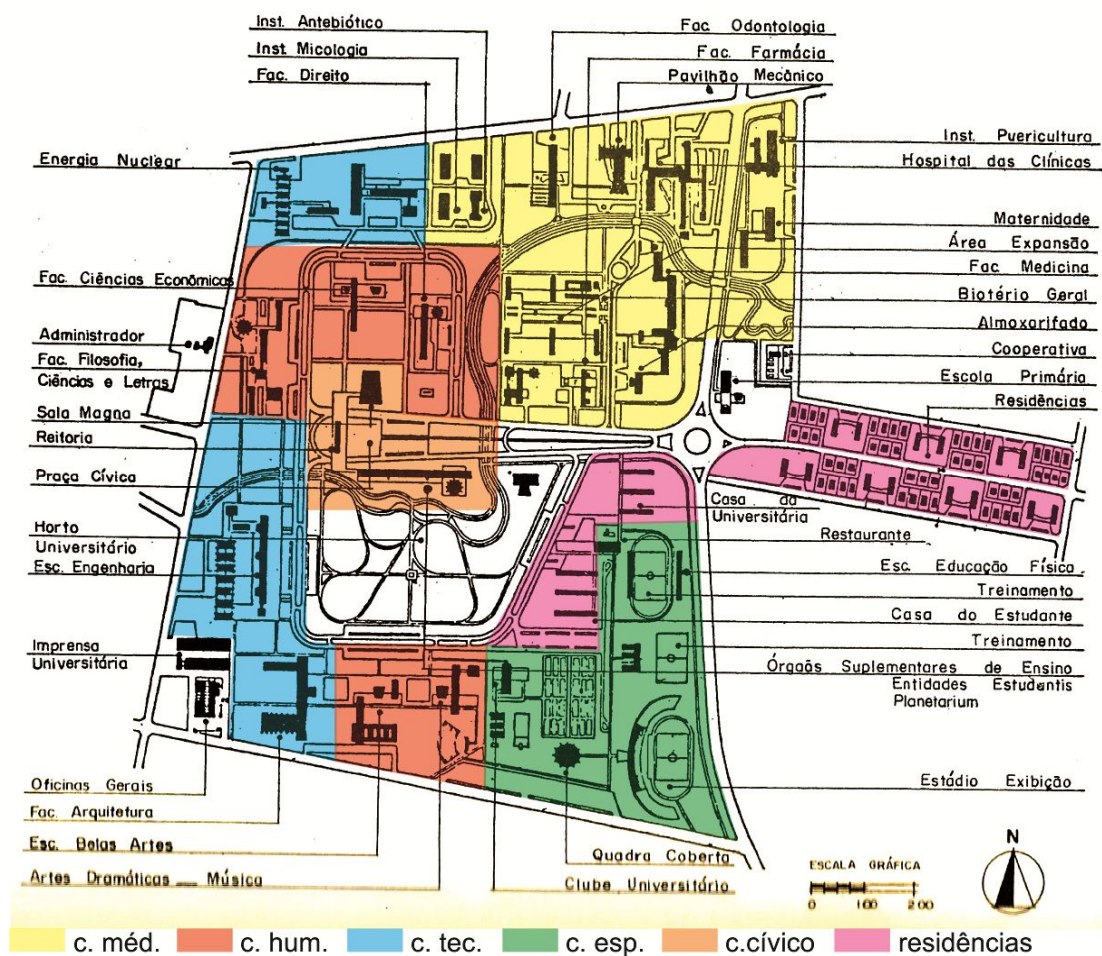


Fig.53 Mapa do Plano Urbano do Campus, em 2012, com área expandida destacada em amarelo e área de projeção de futuras expansões em vermelho.

Fonte: DPP/UFPE (adaptado).

Na área II, há a demarcação de diversas futuras construções, bem como projeções de ampliação do Departamento de Química Fundamental e do Centro de Informática. Na zona desportiva, próximo ao Departamento de Fisioterapia, foi construído o Centro de Hidroterapia e numa zona especial onde se localizava a Casa Grande do antigo Engenho do Meio, foi implantado o edifício de Arqueologia, visto que a área possui potencial histórico para pesquisas por meio de escavações arqueológicas.

Aparecem aqui também, três novas edificações que possuem uma caracterização diversa das demais edificações do Campus, os Núcleos Integrados de Atividades de Ensino (NIATE). Configuram-se como edifícios de salas de aula e laboratórios de apoio a diversos centros formadores da Instituição. São, portanto, uma nova forma de expansão da área física dos centros, sem a intervenção física direta em suas obras já consolidadas.



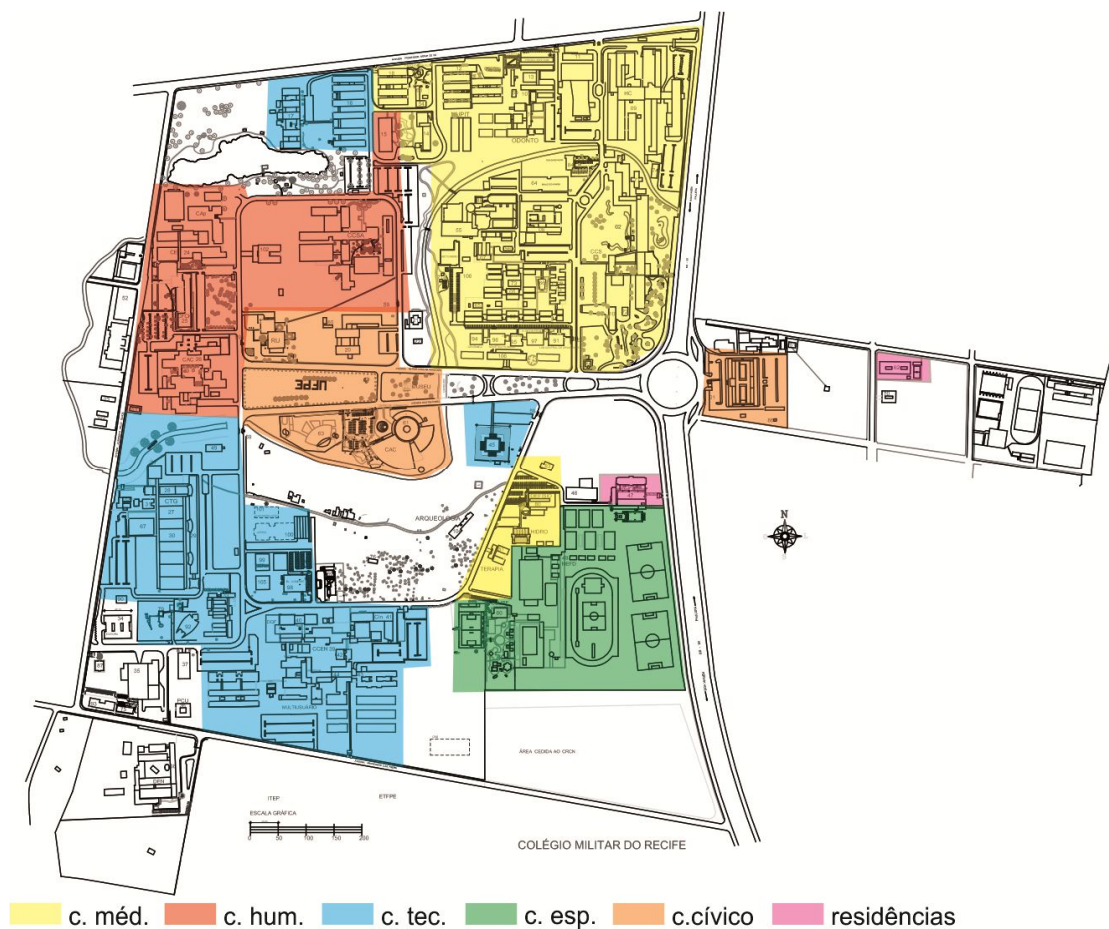


Fig.54 Mapas do Plano Urbano do Campus, em 1957 e 2012, respectivamente.

Fonte: DPP/UFPE (adaptado).

Com base nas manchas dos planos analisados, percebe-se que a integridade espacial referente à conformação setorizada do Campus se manteve praticamente inalterado em toda a porção a norte do eixo leste-oeste e na praça cívica. No entanto, há o deslocamento da Reitoria que perturba a ordem do zoneamento funcional. Já na porção sul há descaracterização quase em toda sua totalidade. Percebe-se expansão do setor tecnológico, supressão do setor humanístico e degradação do setor desportivo com a construção de edifícios pertencentes ao setor das ciências médicas e supressão de área, além do fato de toda a zona residencial ter sido reduzida a apenas duas edificações.

A perturbação do zoneamento funcional; a alta densidade construtiva e a inexpressividade de muitos dos edifícios implantados, tanto em relação à escala para a qual o Campus foi

projetado, com o surgimento de diversas edificações acanhadas em seus volumes, quanto em relação à contextualização de inserção em um conjunto urbano de ambiência modernista são fatores de contribuição negativa para a condição de integridade do plano urbano do Campus Universitário Joaquim Amazonas visto à degradação de seu esquema tradicional e de seu equilíbrio compositivo original.

As propriedades urbanas mais marcantes do Campus desde os primeiros planos são a baixa densidade edificada e o afastamento das edificações das vias públicas. No entanto, a construção de novas edificações para atendimento das demandas de ampliação de unidades existentes e criação de novos departamentos, núcleos, centros e institutos, vem modificando estas propriedades. A inexistência de um plano ordenador de sua ampliação promoveu a introdução agregação de novas unidades ao sabor das demandas e das áreas disponíveis para a construção. Esta solução revela uma mudança quanto aos critérios de zoneamento utilizado pelos técnicos da PROPLAN, fugindo do princípio de ordenamento por setores segundo campos do conhecimento. (AMORIM; NASCIMENTO, 2015, p.13)

4.2. Sobre os valores da arquitetura moderna

i. dos materiais e técnicas construtivas, das vanguardas artísticas e a nova concepção espacial e dos materiais modernos e tradicionais: é notável a perda da condição de integridade da instância material do Campus Universitário Joaquim Amazonas. A falta de manutenção do substrato físico do patrimônio da UFPE faz surgir uma série de aspectos de degradação da matéria de seus edifícios, fato esse que compromete três dos valores da arquitetura moderna encontrados no Campus.

No CCS, por exemplo, é possível identificar patologias decorrentes das ações das intempéries na passarela coberta, degradação das paredes de vidro que compõem os volumes das escadas dos diversos blocos, patologias nos pilares e revestimentos em pintura, mau funcionamento das esquadrias, bem como a degradação das paredes de fachadas pela implantação de aparelhos de ar-condicionado.

As patologias na cobertura e pilares contribuem para a degradação da estrutura em concreto; as patologias nos revestimentos e degradação das paredes de fachada pela instalação dos aparelhos de ar-condicionado prejudicam a leitura da relação entre estrutura, volume e vedações de suas fachadas; a degradação dos elementos vazados de vidro, desenhados por Mário Russo, contribui para a perda da integridade da sua solução de utilização de uma técnica tradicional somada a um material original para amenização das condições climáticas do edifício.



Fig.55 Aspectos de degradação física do CCS. **a.** passarela coberta. **b.** laje da circulação. **c.** parede de vidro.

Fonte: A autora

A Biblioteca Central (BC), projeto dos arquitetos Antônio Didier e Maurício Castro, possui seu volume de escada ao molde dos princípios projetivos de Mario Russo. A escada, assim como acontece na antiga Faculdade de Medicina, é ladeada por duas paredes opacas e uma translúcida que, no caso da BC, é formada por um grande vitral, uma obra de arte que faz parte da composição do edifício, no entanto, que se encontra em estado de degradação pela quebra de diversas de suas peças.



Fig.56 Vitral do volume da escada da Biblioteca Central. **a.** vista da composição completa. **b.** base do vitral degradada.

Fonte: A autora

A substituição de materiais de revestimento originais das edificações, consequência da realidade iminente do Campus relativa à dificuldade de manutenção de seu substrato físico também está presente no objeto de estudo e representa perda da condição de integridade da concepção espacial volumétrica por meio das fachadas. Tais substituições mutilam o edifício no que tange sua composição material original. Essa situação é identificada em pelo menos dois edifícios emblemáticos pertencentes ao Campus: o CFCH e o antigo Instituto de Micologia.

No Campus Joaquim [sic] Amazonas, no bairro do Engenho do Meio, Recife, o antigo Instituto de Micologia (1954), primeira obra construída do arquiteto Reginaldo Esteves, teve todas as superfícies externas revestidas por pastilhas substituídas por revestimento cerâmico em dimensões e cores distintas das originais. O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (1954), de Fellippo Mellia, também sofreu intervenção recente de mesma natureza, mas no lugar da cerâmica, a pintura. (AMORIM, 2007, p.44)

Ademais, são diversos os pontos em que se encontram vestígios de degradação do substrato material do patrimônio físico da UFPE, seja pela falta de manutenção preventiva que leva a situações como o descascamento de revestimento em pintura e infiltrações, seja pela falta da

manutenção corretiva que não retifica áreas degradadas como os elementos vazados cerâmicos do antigo Instituto de Antibióticos, seja pela falta de planejamento projetivo que permite situações de degradação de paredes e esquadrias por meio da instalação de aparelhos de ar-condicionado, etc.



Fig.57 Fachadas dos edifícios que sofreram substituição do revestimento original. **a.** CFCH. **b.** antigo Instituto de Micologia.

Fonte: A autora

Todos esses fatores de degradação física dos edifícios que compõem o Campus levam a uma perda significativa de sua condição de integridade em relação aos materiais e técnicas construtivas, concepção espacial volumétrica e materiais modernos e tradicionais, contribuído negativamente para sua valoração e significado.





Fig.58 Situações de degradação física em alguns edifícios do Campus **a.** Hospital das Clínicas. **b.** Centro de Tecnologia e Geociência. **c.** antigo Instituto de Antibióticos. **d.** Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **e.** Centro de Tecnologia e Geociências.

Fonte: A autora

ii. das novas estratégias projetuais e da relação com o lugar: o espaço, considerado a essência da expressão arquitetônica do movimento modernista e estudado tão profundamente por Mario Russo, é um dos valores mais fortemente prejudicados em relação a condição de integridade do Campus Universitário Joaquim Amazonas.

A antiga Faculdade de Medicina, atual Centro de Ciências da Saúde (CCS), é, provavelmente, a mais emblemática das edificações pertencentes ao Campus Joaquim Amazonas. A edificação foi uma das primeiras obras construídas no Campus. Seu projeto é datado do ano de 1949. Sua construção foi iniciada no ano de 1951 e finalizada em 1958. Foi uma das duas únicas obras que obedeceu por completo o projeto original do arquiteto italiano Mario Russo, a outra foi o antigo Instituto de Antibióticos.

O conjunto arquitetônico construído para abrigar a Faculdade de Medicina foi projetado de acordo com os preceitos do movimento moderno e apresentou grande qualidade arquitetônica na concretização do complexo edilício que obedecia às necessidades sociais refletidas na organização espacial. Contudo, devido às reformas institucionais que ocorreram na Universidade, a Faculdade de Medicina foi extinta e a edificação projetada para o seu ideal funcionamento, passou a abrigar uma grande variedade de cursos e se transformou no CCS, situação essa que gerou uma série de intervenções em sua dimensão espacial na busca pela adaptação ao abrigo da nova ordem institucional que lhe foi devida.



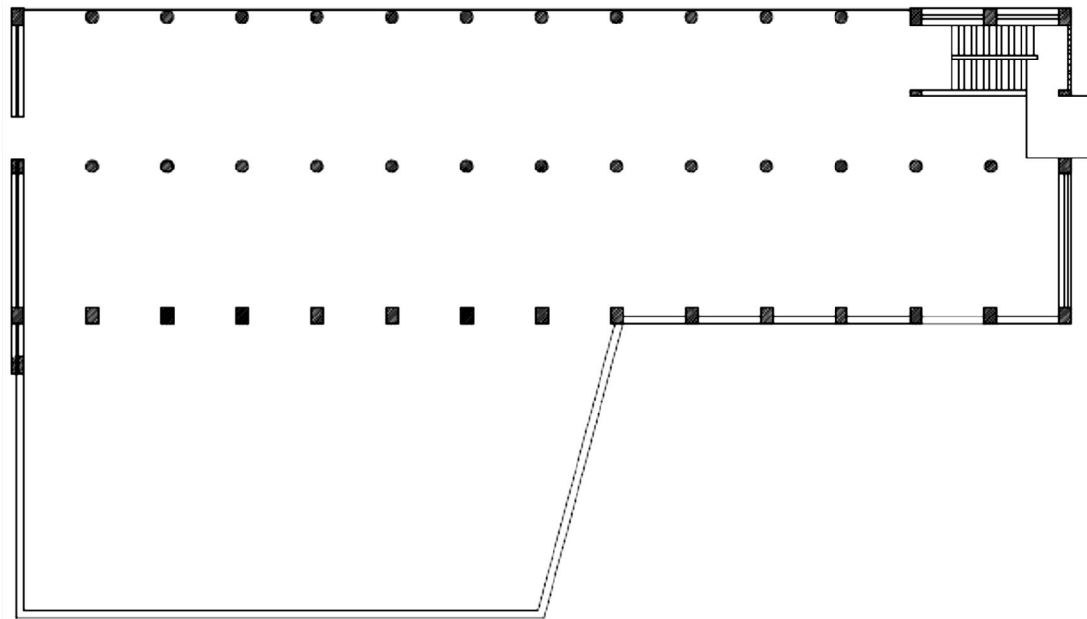
Fig. 59 Bloco F da Antiga Faculdade de Medicina com o pavimento térreo fechado nos dias atuais.

Fonte: A autora

Uma dessas intervenções foi o fechamento de algumas áreas de vão livre do projeto original. O hall principal de entrada da antiga Faculdade, por exemplo, localizado no pavimento térreo do Bloco F (suspense sobre pilotis), que, por sua posição estratégica às margens da BR 101, constituía-se como uma das principais entradas de pedestres do Campus, foi fechado em quase toda a sua totalidade, restando apenas uma estreita passagem de acesso, deixando, portanto, de apresentar o caráter que lhe era inerente de convidar os transeuntes a

adentrar e descobrir o Campus, trazendo prejuízo a uma parte interessante do edifício que era seu ‘portal’ de entrada.

O Bloco F da antiga Faculdade foi projetado para abrigar suas atividades comuns ou de convivência. Nele, encontravam-se não apenas o hall principal, mas também área de estar, cantina, sala de leitura e terraço, por isso, concentrava grandes áreas de vãos livres em seus três pavimentos. Com o surgimento das novas necessidades institucionais, tais áreas acabaram sofrendo uma densa ocupação acarretando perda do esquema espacial original do edifício. O terceiro pavimento, por exemplo, constituía-se em uma grande área de estar seguida por uma generosa varanda descoberta no projeto desenvolvido por Mario Russo. Atualmente, o pavimento se encontra ocupado em quase toda sua totalidade, restando apenas a varanda com seu vão livre a céu aberto.



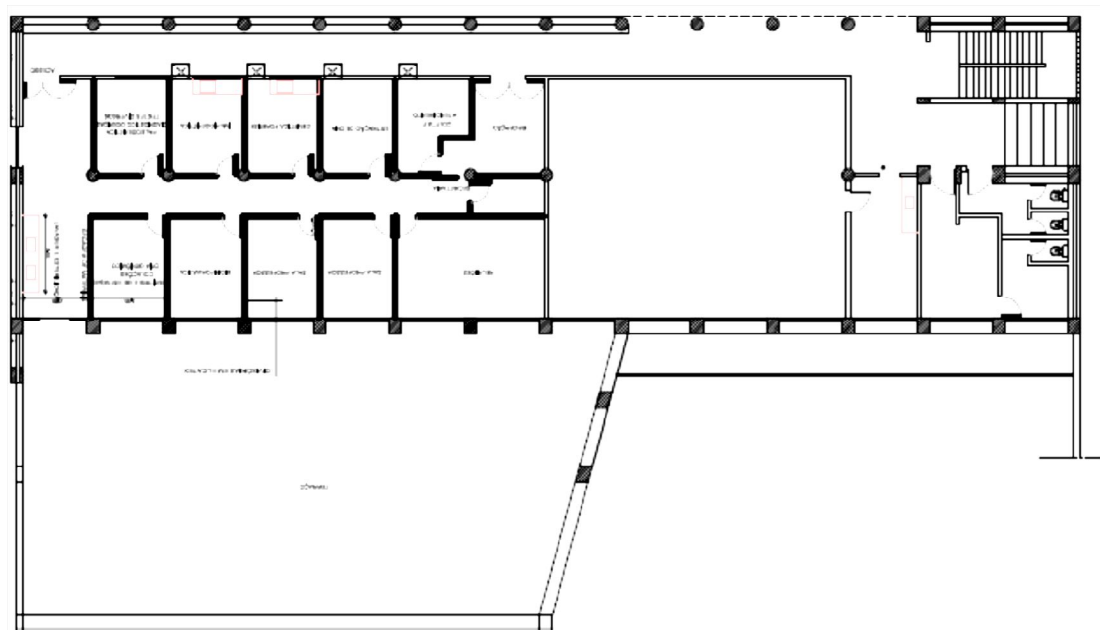


Fig.60 Planta Baixa do terceiro pavimento do Bloco F da Antiga Faculdade de Medicina. **a.** projeto original. **b.** situação atual.

Fonte: CPBI/UFPE

As transformações da ordem espacial não são restritas apenas à antiga Faculdade de Medicina. A ocupação de áreas de vão livre e o fechamento de pavimentos vazados é um fenômeno que acometeu as edificações do Campus de forma generalizada:

Fecharam o CTG, o CFCH e Medicina, que eram todos sobre pilotis. Já que tem piso e tem teto, basta botar as paredes, não é? Saíram os professores e os cientistas fechando. Aí fecharam os pilotis. Pode tirar tudo de baixo que ficam só os pilotis. O CAC tinha três, quatro acessos, tinha aquele que funciona, o norte. O leste era ali no auditório, a gente entrava por ali. Aí tinha o da cantina também e aquele cobogó que botaram do lado de lá, tinha ali também, a gente entrava por ali, tinha uns quatro acessos. E os pavimentos eram todos 'terraçados', tinha brecha, terraço, quem andava por ali ficava olhando a paisagem. Aí lá vem professores, cientistas, diretorias: "Tá sobrando espaço e a gente tá precisando de sala para professor fulano de tal." Aí fecha aqui. Aí saiu fechando tudo. (ENIO ESKINAZI, jun. 2012, entrevista)



Fig.61 Centro de Artes e Comunicação. **a.** fachada com entrada atual do edifício. **b.** antiga entrada leste do edifício que funciona atualmente como acesso para um pátio externo gradeado.

Fonte: A autora

O ideal compositivo da permeabilidade do pavimento térreo a partir dos diversos acessos do CAC e as partes interessantes da composição de seus pavimentos terraçados sofreram, portanto, a degradação iminente das intervenções mal planejadas a que lhe submeteram, levando em consideração apenas as necessidades provenientes de demandas institucionais.

Outras duas edificações que sofreram com intervenções semelhantes foram os antigos Instituto de Micologia (atual Núcleo de Hotelaria) e o de Antibióticos. O primeiro foi projetado com um volume suspenso sobre pilotis, o segundo possuía um pavimento intermediário vazado que permitia o isolamento do pavimento térreo em relação aos pavimentos superiores do edifício. Nos dois casos, o esquema tradicional de suas composições representado por suas áreas de vãos livres sofreu degradação pela ocupação posterior, consequência de mudanças de ordem institucional.

O primeiro projeto para ocupação quase total do pavimento vazado data de 1962 e não foi realizado. A falta de sintonia com o conceito estruturador do projeto é marcante. De fato, este pavimento sempre foi objeto de tentativas de ocupação, como em 1971, muito provavelmente pelo baixo custo para a realização de obras de ampliação. Parte deste pavimento foi, finalmente, ocupado com a construção de salas de aula para programa de pós-graduação do departamento, nos anos de 1980. (AMORIM, BRASILEIRO, LUDERMIR, 2009, p.10)²²



Fig.62 Imagens atuais. **a.** antigo Instituto de Antibióticos. **b.** antigo Instituto de Micologia.

Fonte: A autora

²² O texto citado é referente ao edifício do antigo Instituto de Antibióticos.

(...) O pilotis foi ocupado, eliminando a integração com o jardim e reduzindo o acesso ao edifício.

Internamente foram suprimidas as circulações posteriores com o rebaixamento de parte do piso, modificando a relação entre os níveis. No piso superior, os espaços projetados para laboratórios foram reconfigurados em salas de aula com dimensões variadas sem respeito pela modulação existente. A circulação leste, que margeava toda a fachada, foi subdividida em pequenas varandas acessadas diretamente pelas salas de aula. (SIMÃO, et.al., 2010, p.9)²³

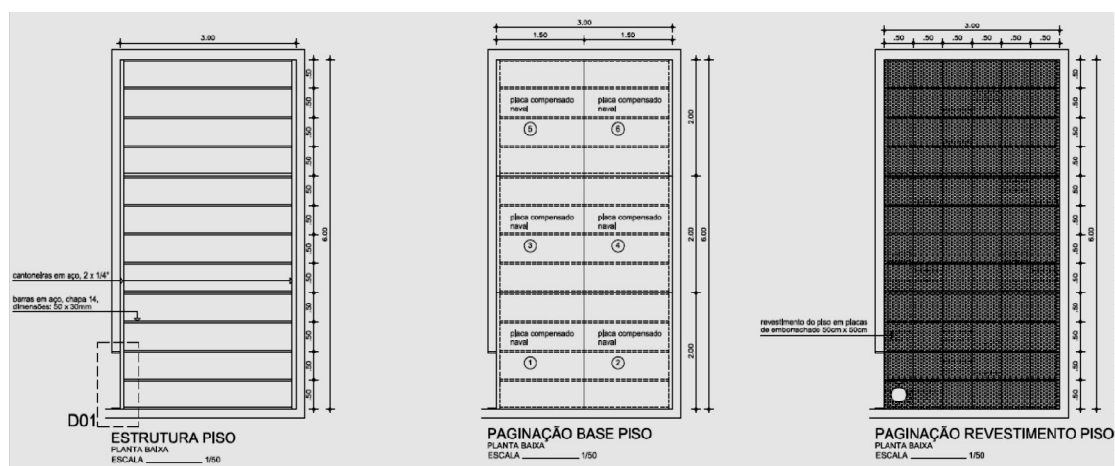


Fig.63 Projeto para implantação de piso intermediário em estrutura metálica no Departamento de Bioquímica do CCS.

Fonte: DPP/UFPE

A ocupação física dos espaços livres das edificações do Campus não ocorreu apenas no sentido horizontal, mas houve também ocupação vertical com a construção de pisos a meio pavimento destinados a salas de professores na antiga Faculdade de Medicina. Essa ocupação reduziu drasticamente o pé-direito do edifício, que era extremamente generoso para um pavimento, mas tornou-se extremamente baixo quando foi subdividido para atender a dois pavimentos. Nas áreas onde houve a construção desses pisos, o pé-direito passou a ser semelhante à altura das portas que, em alguns locais, não atinge nem mesmo a medida padrão correspondente a dois metros e dez centímetros. A ocupação vertical provocou também o fechamento de aberturas de ventilação que existiam no alto dos pavimentos,

²³ O texto citado é referente ao edifício do antigo Instituto de Micologia.

alterando o sistema de ventilação natural do projeto original. A própria autora da pesquisa foi solicitada a desenvolver projeto dessa instância no desempenho de suas atividades funcionais para a Universidade (Fig. 57). Situações como essa são responsáveis pela degradação do edifício visto que o equilíbrio espacial de sua composição é fortemente alterado.

Outra situação de perda da integridade espacial se deu também na edificação da Antiga Faculdade de Medicina. Seus pátios internos, projetados originalmente para favorecer a ventilação na edificação e promover sombreamento, não possuem mais a característica de área verde como fator de amenização climática, revelando, portanto, degradação de sua relação com o meio ambiente. Atualmente os pátios se encontram cimentados e gradeados. O piso de cimento reflete boa parte do calor proveniente dos raios solares, expondo os ambientes em volta. Não há permanência neles e ainda são utilizados como bicicletários improvisados pelos alunos, já que é possível acorrentar as bicicletas em suas grades perimetrais.



Fig.64 Imagem atual de pátio interno da Antiga Faculdade de Medicina cimentado e gradeado.

Fonte: A autora

4.3. Da síntese dos resultados

De acordo com os dados levantados e analisados, a pesquisa aponta a existência de um acelerado processo de degradação da condição de integridade do patrimônio físico-espacial da UFPE, o Campus Universitário Joaquim Amazonas, refletido em dois níveis: no plano urbano e nos valores da arquitetura moderna.

A degradação do plano urbano é marcada pela perda gradual de vários princípios que eram norteadores do projeto original elaborado pelo arquiteto Mario Russo, consequência de situações como:

i: a destituição do elemento estruturador de todo o conjunto urbano (o centro cívico) devido ao deslocamento da Reitoria e a não construção da Sala Magna e da Praça Cívica, o que provocou vazios de usos e comprometimento do valor simbólico do conjunto;

ii: a segregação do sistema nas áreas onde foram implantados o almoxarifado, a PCU e o CCEN, além da implantação da Concha Acústica e do Centro de Convenções (edificações que não dialogam com os demais projetos do Campus);

iii: a perda da propriedade da permeabilidade entre a malha compositiva do Campus e a malha urbana da cidade;

iv: o alto adensamento construtivo sem a apropriação de critérios norteadores;

v: a descaracterização funcional da porção sul do plano urbano devido à expansão do setor tecnológico, à supressão do setor humanístico e da zona residencial, à concessão de generosas áreas pertencentes ao Campus e à implantação de edificações sem expressividade arquitetônica e funcionalmente desconexas na zona desportiva.

No caso dos valores da arquitetura moderna, a degradação da condição de integridade é refletida nas seguintes condições levantadas:

i: a falta de manutenção preventiva do substrato físico do Campus que acarreta patologias nas cobertas, pilares e materiais de revestimento, infiltrações, mau funcionamento das esquadrias, degradação dos elementos de vidro que compõem paredes e vitrais, etc.;

ii: a substituição de materiais de revestimentos de fachadas;

iii: a instalação de aparelhos de ar condicionado nas fachadas sem planejamento;

iv: a degradação da ordem espacial dos edifícios devido à ocupação de áreas de vão livre e o fechamento de pavimentos vazados por meio de intervenções sem planejamento levando em consideração apenas as demandas institucionais;

v: a degradação da ordem espacial devido à ocupação vertical dos pavimentos com prejuízo do pé-direito original dos mesmos;

vi: a degradação da relação com o meio-ambiente e conforto térmico devido à pavimentação de pátios.

Todas as situações levantadas contribuem com o processo de degradação da condição de integridade do patrimônio do Campus Universitário Joaquim Amazonas que, por isso, necessita uma especial atenção para o desenvolvimento de um planejamento de conservação que permita sua salvaguarda e evite sua perda.

CONCLUSÃO

O Campus Universitário Joaquim Amazonas se encontra em um progressivo estado de degradação da condição de integridade de seus valores urbanos e arquitetônicos modernistas devido a uma combinação de fatores que envolvem a gestão institucional da UFPE e a ausência de um plano de conservação.

No capítulo introdutório, os depoimentos tomados com os gestores da UFPE demonstram que a manutenção preventiva do Campus Universitário Joaquim Amazonas enquanto ação de conservação de fundamental importância para o patrimônio sempre foi travada pela falta de recursos financeiros da Instituição para esse fim. Em alguns casos, quando a manutenção veio a ocorrer, deu-se de forma corretiva para o restauro de um estado já avançado de degradação física de alguma área do Campus e não como medida de prevenção. Em outros momentos, é demonstrado que havia grande injeção de recursos para financiamento de ampliação do espaço físico, no entanto a demanda era muito grande para curtos prazos e mão de obra insuficiente, como também a falta de controle das ações de ampliação por meio dos gestores. Tudo isso demonstra falha na gestão da Universidade no que diz respeito à conservação de seu patrimônio físico-espacial.

No capítulo primeiro da pesquisa, foi possível perceber as necessidades do universo da conservação do patrimônio a partir de John Ruskin, Viollet-le-Duc e Camillo Boito, onde se destacam a importância da manutenção preventiva e da autenticidade dos monumentos, em que as ações de intervenção devem ser evitadas, mas, quando necessárias, claramente identificáveis. A partir das cartas patrimoniais também foi possível identificar a importância da manutenção preventiva para a salvaguarda dos valores arquitetônicos, bem como a preocupante condição da possibilidade de desaparecimento dos patrimônios da humanidade devido ao desenvolvimento desenfreado da sociedade e da economia.

Além disso, foi possível compreender os conceitos da significância, autenticidade e integridade do patrimônio, condições que se fazem necessárias para a sua conservação. Dessas, apenas a condição de integridade (estado de completude do objeto patrimonial) foi

considerada para efeito da pesquisa, devido à impossibilidade de se desenvolver as demais nesse estudo. A condição de integridade é fortemente dependente do modelo de gestão aplicado e de suas ações, por isso, o planejamento estratégico aparece como ferramenta eficaz na busca pela conservação integrada do patrimônio urbano, caminho esse não identificado pela pesquisa em relação ao Campus Universitário Joaquim Amazonas.

No segundo capítulo foi demonstrado o surgimento das primeiras universidades na Europa e a complicada relação entre as demandas institucionais e as necessidades físico-espaciais para atendê-las já nessa época, até o surgimento do modelo campus universitário nos EUA. No Brasil, a primeira universidade brasileira (Universidade do Brasil) a tentar implantar o modelo campus universitário também já nasceu problemática. A segregação de suas instituições e a morosidade para sua construção por causa de entraves de ordem política e econômica resultou em um espaço físico que já foi construído ineficaz para atender as demandas e, por isso, já foi submetido a intervenções desde o início de sua formação.

Além disso, foi demonstrada a existência de universidades latino-americanas, cujos *campi* de caráter modernista fazem parte da lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. A Cidade Universitária de Caracas, cuja necessidade de implantação do modelo campus universitário surgiu a partir do grande crescimento do número de alunos e da fragmentação institucional e que, apesar de apresentar degradação física, possui valoração suficiente para integrar a lista da UNESCO. A Universidade Nacional do México, cuja rápida construção (menos de três anos) foi fator determinante para garantir a salvaguarda de suas condições de autenticidade e integridade e, por fim, a Universidade de Brasília, instituição integrante do plano piloto de Brasília, cujo plano de implantação gradual de seu campus, em consonância com o desenvolvimento institucional, provocou diversas modificações do plano original, o que possibilitou o surgimento do ícone arquitetônico da universidade, o ICC.

No mesmo capítulo, foi demonstrado ainda o surgimento da Universidade do Recife, sob influência do modelo campus universitário americano, cuja implantação foi instrumento incentivador de expansão da malha urbana da cidade.

O plano Urbano do Campus Universitário Joaquim Amazonas foi projetado pelo arquiteto italiano Mario Russo e, nele, foram identificados os seguintes princípios: autonomia urbana, setorização funcional, quebra da linearidade de vias e simetria clássicas, baixa densidade edificada, alta permeabilidade urbana, conformação de um centro cívico agregador, orientação de acordo com as condições de insolação e ventilação, local de habitação para mestres e alunos, dentre outros.

Foram identificados, também, os valores da arquitetura moderna com base no texto de Fernando Moreira e Guilah Naslavsky, onde fatores como o uso do concreto armado, ausência de simetria nas edificações, ausência da centralidade vertical clássica, geração do volume pela estrutura, geometrização de fachadas por meio da estrutura, fileira de pilares centrais que soltam o volume do chão, angulações de fachada, decomposição de planos e volumes, percepção do espaço enquanto essência da arquitetura, modulação definida em função dos espaços, zoneamento funcional, permeabilidade das edificações, preocupação com o clima a partir da orientação dos edifícios, da utilização de pátios internos e jardins e da utilização de elementos de controle climático como cobogós e *brises-soleil*, foram determinantes para o levantamento dos valores modernistas presentes nas edificações do Campus Universitário Joaquim Amazonas.

No terceiro capítulo foi possível identificar a estruturação institucional pedagógica das universidades brasileiras, bem como as transformações ocorridas nessa estrutura por conta das reformas universitárias que surgiram ao longo do tempo, com destaque para a Reforma Universitária de 1968, O Plano de Assistência Técnica estrangeira, o Plano Atcon e o Relatório Meira Mattos que identificaram questões como: o alto crescimento da demanda de alunos para adentrar nas universidades, a necessidade de um planejamento integral dos *campi* brasileiros, a necessidade de mudança da configuração acadêmica para departamentos, a necessidade de implantação real dos programas de pesquisa científica, a necessidade de implantação dos ciclos básico e profissional, etc.

Por causa dos fatores citados, todos eles relacionados à gestão das universidades, foram identificadas também as necessidades de adaptação dos espaços existentes e expansão física dos *campi* brasileiros. Para tanto, Programas de expansão (PREMESU, CEDATE, REUNI)

foram implantados pelo governo ao longo dos anos, com o objetivo de atender às necessidades postas.

No caso da UFPE, a partir do REUNI foram levantadas as necessidades de aumento do número de alunos, aumento do corpo docente e aumento do número de técnicos-administrativo. Todo esse crescimento institucional foi comprovado por meio de gráficos em linha construídos a partir dos dados quantitativos fornecidos pela Instituição ao longo de várias décadas. O número de alunos, o número de professores, o número de vagas e cursos oferecidos aumentaram em grandes proporções. Tudo isso gerou, como consequência, a necessidade de aumento do número de salas de aula, laboratórios e residências universitárias.

Além disso, mudanças no estatuto da UR, provindas das reformas universitárias, fizeram surgir, também, as necessidades de modificações da estrutura física do Campus para atender a uma caracterização institucional diversa daquela para a qual alguns de seus edifícios mais emblemáticos haviam sido construídos.

Todo esse contexto de necessidades físico-espaciais provindas das necessidades e transformações institucionais provocaram intervenções do espaço físico do Campus Universitário Joaquim Amazonas, que, somadas a um falho processo de gestão no que tange sua conservação vêm causando a degradação do seu patrimônio, tanto em relação ao seu plano urbano, quanto em relação aos valores da arquitetura moderna nele identificados. No capítulo 4, foi levantado todo esse processo com alto grau de degradação da condição de integridade do espaço físico do Campus.

Urge a necessidade de frear o processo de degradação das condições de integridade do Campus Universitário Joaquim Amazonas. Para tanto, a pesquisa finaliza com o apontamento de algumas diretrizes que podem contribuir com tal ação:

- Com base na determinação explicitada no capítulo 1, de que um objeto não possui valor por si só para que seja reconhecido como um bem patrimonial, mas necessita da atribuição de significados perante os grupos de interesse da sociedade (*stakeholders*), é necessário o levantamento valorativo do Campus Joaquim Amazonas e de seus

edifícios, com a finalidade de construção de sua significância para que se justifique a implantação de um planejamento de gestão do patrimônio com ações de conservação, bem como de selecionar quais edificações do Campus merecem a salvaguarda, visto que, de acordo com a Carta de Atenas, nem tudo que é passado tem direito à perenidade. Lembrando que esse levantamento valorativo deve ocorrer sistematicamente de tempos em tempos, pois as mudanças sociais podem alterar os significados de um bem de geração em geração;

- O desenvolvimento aprofundado de estudos e pesquisas acerca das edificações consideradas mais emblemáticas, sua história, seus princípios projetivos originais, suas características compositivas, os materiais utilizados, prospecção de cores e revestimentos, suas modulações e possíveis projeções de ampliações, etc., para serem utilizados como base para o trabalho prático projetivo dos profissionais que lidam diretamente com o Campus Universitário Joaquim Amazonas. Para que esses estudos produzam os devidos resultados práticos, é necessária uma parceria entre pesquisadores do Departamento de Arquitetura da UFPE e o atual órgão responsável pelo planejamento físico da Universidade, a Diretoria de Planos e Projetos;
- O levantamento de diretrizes projetuais a partir dos estudos e pesquisas realizadas para serem utilizados pela Diretoria de Planos e Projetos no desenvolvimento dos projetos solicitados por meio de instrumentos legais;
- A capacitação técnica interdisciplinar da equipe de profissionais responsável pelos projetos de intervenção no Campus, bem como sua conscientização sobre a importância de salvaguarda do patrimônio, visto que o sentimento de perpetuar seus significados e valores não é identificado no órgão atual de planejamento físico da Universidade;
- O levantamento dos efeitos negativos à condição de integridade do patrimônio decorrentes da falta de manutenção física do Campus com o objetivo de sugerir e implantar ações de correção dos efetivos processos de deterioração, bem como ações de prevenção de futuros desgastes da instância material, já que, de acordo com a teoria

da conservação, a manutenção da integridade do patrimônio é condição necessária para sua valoração;

- A implantação de um programa de manutenção a ser seguido rotineiramente, dada a importância que tal ação possui na permanência da condição de integridade do patrimônio;
- O estudo prévio dos impactos que as intervenções propostas na área do Campus podem causar às condições de integridade de seu plano urbano e de suas edificações, para só então decidir pelo desenvolvimento dessas intervenções ou não;
- No caso da decisão pelo projeto de intervenção ser positiva, promover a elaboração de documento justificativo acerca da intervenção para que haja o registro dos processos interventivos no Campus, visto que o registro das decisões e ações acerca de um bem patrimonial é de extrema importância para o entendimento futuro de possíveis alterações de seu significado;
- A educação para conscientização da sociedade, a partir da própria população universitária, sobre a importância patrimonial do Campus Universitário Joaquim Amazonas e suas edificações, a conscientização sobre a responsabilidade que a própria sociedade tem pela sua manutenção e continuidade, bem como a divulgação de seus significados e valores, suas características e sua história;
- A criação de um fundo de financiamento próprio para a manutenção preventiva da instância material do patrimônio por meio dos gestores, visto que esse é um dos principais entraves à condição de integridade do Campus;
- A criação de um órgão de gestão responsável diretamente pela conservação do patrimônio, com o objetivo de tomar decisões e executar ações de conservação, bem como de promover o monitoramento permanente do estado de conservação do Campus, com o envolvimento de especialistas, gestores e da população universitária (professores, alunos, funcionários e comunidade externa);

- A junção programática de demandas diversas com o objetivo de gerar um programa de necessidades volumoso a fim de evitar o aparecimento de intervenções inexpressivas à ambiência do Campus;
- A tomada para si, pelos gestores da Universidade, desde o órgão de controle do planejamento físico até o patamar hierárquico mais elevado da Instituição na figura do reitor, da responsabilidade em garantir a salvaguarda e a continuidade do patrimônio, já que, de acordo com a carta de Atenas, como visto no capítulo 1, é de responsabilidade daqueles que detém o patrimônio humano, sua transmissão para os séculos futuros;
- Com a tomada da responsabilidade, os gestores devem assumir seu papel de mediador entre as necessidades físicas advindas do crescimento institucional e as necessidades de conservação do patrimônio, para tanto, o suporte técnico dos especialistas é de fundamental importância na concretização satisfatória da mediação;
- Para as ações de mediação por meio dos gestores, é necessário também que eles possuam o devido conhecimento acerca dos princípios de conservação, ou seja, é importante que possuam clareza e segurança quanto ao universo da conservação para que possam ser capazes de advogar a seu favor.

Tais diretrizes são apenas um ponto de partida para o desenvolvimento de um plano estratégico de conservação que possa sanar a problemática da degradação do patrimônio urbano e arquitetônico modernista representado pelo Campus Universitário Joaquim Amazonas e garantir sua salvaguarda, dada a importância que o conjunto possui na história e cultura da sociedade pernambucana, bem como da arquitetura brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADHYA, A., AMORIM, L. From Annarbour to A2: a morphological genesis of the City of Ann Arbor, USA In: Fifth International Space Syntax Symposium, 2005, Delft.

AFONSO, Alcília. *La Consolidación de la arquitectura moderna en Recife en los años 50*. Barcelona: Universidad Politécnica de Catalunya. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona [tese de doutorado], 2006.

ALBERTO, Klaus. *Os projetos para a Universidade do Brasil na década de 30: debates e contribuições para a formação do pensamento urbanístico no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo: UFRJ.

AMORIM, L.. *Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista*. Recife: [s.n.]. 2007.

AMORIM, L.; BRASILEIRO, C.; LUDERMIR, R.. *Da restauração do espaço da arquitetura: o Instituto de Antibióticos*. In: 8º Seminário Docomomo Brasil, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do 8º Seminário Docomomo Brasil*. Rio de Janeiro: DOCOMOMO- Rio, 2009.

AMORIM, L.; NASCIMENTO, C.. *Campus Joaquim Amazonas: morfologia, uso e ocupação*. 2006. Circulação Restrita.

AMORIM, L.; NASCIMENTO, C.. *Da integração ao isolamento: gênese e desenvolvimento do Campus da UFPE*. 2015. Circulação Restrita.

ARTIGAS, Juan Benito. *La ciudad universitaria de México y su inclusión en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO*. **Apuntes**, Bogotá, v.22, n.2, Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-97632009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Ago. 2015.

ATCON, Rudolph P. *Manual Sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário*. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. UFSC, 1970.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1998.

BERNARDES, Denis; SILVA, Amanda; LIMA, Márcia. *Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do Recife*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

BRASIL. *Decreto nº 19.851 de 11 de Abril de 1931*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 dez. 2011.

_____. *Decreto-Lei nº 8.393 de 17 de Dezembro de 1945*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

_____. *Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

_____. *Decreto-Lei nº 53 de 18 de Novembro de 1966*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126183/decreto-lei-53-66>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

_____. *Decreto-Lei nº 252 de 28 de Fevereiro de 1967*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117229>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

_____. *Lei nº 5.540 de 28 de Novembro de 1968*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 06 dez. 2011.

_____. *Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996*. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

_____. *Decreto nº 6096 de 24 de Abril de 2007*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>.

Acesso em: 06 dez. 2011.

_____. *Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*. Diretrizes Gerais. Brasília: PDE, 2007.

BERNARDES, D.; SILVA, A.; LIMA, M. *Memórias de criação da Cidade Universitária do Recife*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

BUARQUE, S.C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de Planejamento*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUARQUE, S.C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. 2. Ed. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

CABRAL, Renata. *Mario Russo: um arquiteto racionalista italiano em Recife*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

Ciudad Universitaria de Caracas. Disponível em: <centenariovillanueva.org>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4. Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CLAVIR, Miriam. *Conservation and Cultural Significance*. In: Richmond, Alison; Bracker, Alison. *Conservation : Principles, dilemmas and uncomfortable truths*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2009.

DE LA MORA, Luis. *A gestão da conservação do patrimônio e seus instrumentos*. Recife, 2011.

Circulação Restrita.

EAPES. *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Acordo MEC/USAID)*. Rio de Janeiro: MEC/DES, 1968.

ENGLISH HERITAGE. *Conservation principles: policies and guidance for the sustainable management of the historic environment*. London: English Heritage, 2008. Disponível em:

<http://www.englishheritage.org.uk/upload/pdf/Conservation_Principles_Policies_and_Guidance_April08_Web.pdf?1249292726>. Acesso em: 27 ago. 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Da Universidade "Modernizada" à Universidade Disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____. *A Universidade do Brasil: Um Itinerário Marcado de Lutas*. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. n.10, p.16-32, jan./abr. 1999. Disponível em:

<<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n10/n10a03.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. *Da Cátedra Universitária ao Departamento: subsídios para discussão*. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [199-?]. Disponível em:

<<http://www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

FREIRE, Adriana. *A consolidação do Moderno: análise da obra do arquiteto Maurício Castro*. In: 2º Seminário Docomomo N-NE, 2008, Salvador. *Anais do 2º Seminário Docomomo N-NE*. Salvador: DOCOMOMO, 2008.

FREIRE, Adriana. *As soluções da arquitetura tropical em Recife*. **Revista Arquitetura e Urbanismo**. n.195. jun. 2010. Disponível em <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/195/artigo175864-3.asp>>. Acesso em: 03 mai. 2012.

ICOMOS. 1933. *Carta de Atenas*. Disponível em:

<http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2011.

_____. 1964. *Carta de Venezuela*. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

_____. 1972. *Carta do Restauro*. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=242>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

_____. 1975. *Carta de Amsterdã*. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=247>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

_____. 1994. *Nara Document on Authenticity*. Disponível em:

<http://www.international.icomos.org/naradoc_eng.htm>. Acesso em 16 mai. 2011.

_____. 1999. *The burra charter*. Disponível em: <www.icomos.org/australia/burra.html>.

Acesso em: 08 nov. 2009.

JOKILEHTO, J. *Considerations on authenticity and integrity in world heritage context*. City & Time 2 (1): 1, 2006. Disponível em <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Silvio Mendes. *Plano de Gestão da Conservação Urbana:*

Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LASALA, Silvia Hernández de. *Em busca do sublime: Villanueva e a Cidade Universitária de*

Caracas. Vitruvius. Arqtextos. 016.02. ano 02, set. 2001. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/browse/arqtextos>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

MASON, Randall. *Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices*. In: DE LA TORRE, Marta (Ed.). *Assessing the values of cultural heritage: research report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/assessing.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

MEC. *Campus Universitário: textos*. Brasília: CEDATE, 1984.

MEC. *Relatório anual: o ensino superior no Brasil 1974/1978*. Brasília: MEC, 1979.

MOREIRA, Fernando; NASLAVSKY, Guilah. *Valores da Arquitetura Moderna*. In *MARC-AL 1º Curso Latino-Americano de Conservação da Arquitetura Moderna*. CECI, 2009. Circulação Restrita.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier, 2005.

PCU. 2005. *Regimento Interno da Prefeitura da Cidade Universitária*.

PCU. 2007. *Relatório de Gestão 2004/2007*.

PINTO, Gelson; BUFFA, Ester. *Arquitetura e Educação: câmpus universitários brasileiros*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

SANTOS, Evson (Org.). *UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SANTOS, Evson; SILVA, Talita. *O reitorado de Joaquim Amazonas através das Atas do Conselho Universitário*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SIMÃO, Alcione Sarkis, et.al. *Conservação da arquitetura moderna: plano de conservação e de reuso para o instituto de micologia da UFPE*. In: 3º Seminário Docomomo N-NE, 2010, João Pessoa. *Anais do 3º Seminário Docomomo N-NE*. João Pessoa: DOCOMOMO, 2010.

TINEM, Nelci. *O Alvo do olhar estrangeiro: O Brasil na historiografia da arquitetura moderna*. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

UCV. *114 años de Villanueva: la obra cumbre*. Caracas: DIC/UCV, 2014. Disponível em: <www.ucv.ve>. Acesso em: 19 nov. 2014.

UFPE. *Campus Joaquim Amazonas: Plano Diretor Físico*. Recife, 1985.

UFPE. *Plano Diretor Físico do Campus*. Recife, 2006. Circulação Restrita.

UFPE. *Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*. Projeto REUNI/UFPE, 2007.

UNAM. *Construcción de Ciudad Universitaria*. Disponível em:
<<http://www.unam.mx/patrimonio/index.html>>. Acesso em 19 Nov. 2014.

UNAM. *Declaración de valor excepcional universal*. Disponível em:
<<http://www.unam.mx/patrimonio/index.html>>. Acesso em 19 Nov. 2014.

UNAM. *Edificios y espacios abiertos*. Disponível em:
<<http://www.unam.mx/patrimonio/index.html>>. Acesso em 19 Nov. 2014.

UNB. *Registro arquitetônico da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2014, p. 28-32.
Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/images/institucional/registros-arquitetonicos.pdf>>.
Acesso em: 14 mar. 2015.

UNESCO. 1972. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

UNESCO. 2005. *Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972*. Disponível em:
<<http://whc.unesco.org/>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

UNESCO. 2015. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/986>>. Acesso em: 8 de mai. de 2015

UNESCO. 2015. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1250>>. Acesso em: 8 de mai. de 2015

ETCU. *UR: Plano Urbanístico*. Recife: Imprensa Universitária.

VIEIRA, Natalia Miranda. *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *Conservação Integrada e Planejamento Urbano: uma revisão*. **Cadernos de Estudos Sociais**, v.19, n. 1. Recife, 2003.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *Gestão da Conservação e Desenvolvimento Urbano Sustentável do Brasil: propostas para uma agenda*. **Textos para Discussão**, v.17, Série 1. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2007.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *What is sustainable conservation of urban heritage sites?* Mimeo, 2009.

ZANCHETI, Silvio Mendes (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

ZANCHETI, Silvio Mendes, et.al. *Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage*. **City & Time**, v. 4, n. 2:5, 2009. Disponível em: <<http://www.cecibr.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>>. Acesso em: 23 de jan. 2011.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lucia. *A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna*. In: **Curso latino americano sobre a conservação da arquitetura moderna**, vol. 1, 2009.

Sites consultados:

patrimoniocuc.wordpress.com

portal.mec.gov.br

whc.unesco.org

www.ucv.ve

www.ufpe.br

Campus Joaquim Amazonas: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano

www.ufrj.br

www.unam.mx

www.unb.br

APÊNDICE A- ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO
ROSALI FERRAZ DA COSTA

1. Nome completo:
2. Formação acadêmica:
3. Cargo desempenhado:
4. Período de mandato:
5. Você poderia explicar o modelo de gestão utilizado no seu mandato?
6. Quais as intenções e os desafios propostos com relação ao patrimônio fisicoespacial da UFPE (Campus Joaquim Amazonas) que você destacaria na sua gestão?
7. Instrumentos legais foram utilizados como ferramenta de gestão fisicoespacial? Quais?
8. No seu entendimento, as demandas institucionais traziam consequências fisicoespaciais de impacto para o Campus? Quais você destacaria?
9. O modelo de gestão implantado previa controle fisicoespacial frente a essas demandas?
10. Quais as práticas ou ações de controle fisicoespacial implantadas que você destacaria?
11. Na sua gestão, foram implantadas ações com o objetivo de conservar o patrimônio fisicoespacial do Campus? Quais você destacaria?
12. Qual a noção de conservação utilizada nessas ações?
13. Baseado no conhecimento que você tem do Campus, afirmaria que a morosidade no processo de implantação do mesmo prejudicou sua concepção arquitetônica original?
14. Você gostaria de fazer alguma consideração final com respeito aos questionamentos abordados?

Obrigada.

APÊNDICE B- LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO JOAQUIM AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ANTIBIÓTICOS



BIBLIOTECA CENTRAL



Campus Joaquim Amazonas: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano

CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO





CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS



CENTRO DE TECNOLOGIA E GEOCIÊNCIAS



HOSPITAL DAS CLÍNICAS



Campus Joaquim Amazonas: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano

NÚCLEO DE HOTELARIA E TURISMO



Campus Joaquim Amazonas: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE





Campus Joaquim Amazonas: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano

CASTELO D'ÁGUA E CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS



ÁREAS VERDES

